



# COMPLEMENTAÇÃO FINITA NO PORTUGUÊS DE ANGOLA

PARA UMA GRAMÁTICA DA FRASE

*David Jorge Lopes Suelela*

Tese apresentada à Universidade de Évora  
para obtenção do Grau de Doutor em Linguística

ORIENTADORA: Professora Doutora Maria do Céu Brás da Fonseca

ÉVORA, JULHO DE 2019



# COMPLEMENTAÇÃO FINITA NO PORTUGUÊS DE ANGOLA

PARA UMA GRAMÁTICA DA FRASE

---

*David Jorge Lopes Suelela*

Tese apresentada à Universidade de Évora  
para obtenção do Grau de Doutor em Linguística

ORIENTADORA: Professora Doutora Maria do Céu Brás da Fonseca

ÉVORA, JULHO DE 2019





## Composição do Júri

### **Presidente do Júri**

**Nome:** Helder Adegar Teixeira Dias Fonseca

**Instituição:** Universidade de Évora/Departamento de História

**Categoria profissional:** Professor Catedrático

### **Vogais**

**Nome:** Carlos da Costa Assunção (**Vogal**)

**Instituição:** Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

**Categoria profissional:** Professor Catedrático

**Nome:** Paulo José Tenente da Rocha Santos Osório (**Vogal**)

**Instituição:** Universidade da Beira Interior

**Categoria profissional:** Professor Associado c/ Agregação

**Nome:** Manuel Célio Jesus Conceição (**Vogal**)

**Instituição:** Universidade do Algarve

**Categoria profissional:** Professor Associado

**Nome:** Maria João Brôa Martins Marçalo (**Vogal**)

**Instituição:** Universidade de Évora/Departamento de Linguística e Literaturas

**Categoria profissional:** Prof<sup>a</sup>. Auxiliar c/ agregação

**Nome:** Maria do Céu Brás da Fonseca (**Orientadora**)

**Instituição:** Universidade de Évora/Departamento de Linguística e Literaturas

**Categoria profissional:** Prof<sup>a</sup>. Auxiliar c/ agregação

António Jorge e Domingas Francisco,  
de eterna e feliz memória

## **AGRADECIMENTOS**

À Professora Doutora Maria do Céu Fonseca, minha orientadora, por todo o apoio pessoal, bibliográfico e científico que tanto contribuiu para o meu crescimento em ciências da linguagem e para que esta gramática da frase fosse possível.

Às Professoras Doutoradas Maria João Marçalo, Ana Alexandra Silva, Filomena Gonçalves, Ana Paula Banza e Fernanda Gonçalves pelo apoio pedagógico e incentivo à frequência do Programa de Doutoramento em Linguística Portuguesa na Universidade de Évora.

Aos Professores Doutores Paulo Osório e Ana Rita Carrilho, meus orientadores do mestrado, pela minha formação em linguística funcional e sintaxe histórica do português.

À Reitoria da Universidade da Beira Interior e aos Professores Doutores Gabriel Magalhães, Henrique Manso, Cristina Vieira, Maria da Graça Sardinha, Reina Pereira e Carla Sofia.

Aos meus mestres e professores do Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, nomeadamente Professora Doutora Teresa José da Costa, Professor Doutor Afonso Miguel, Professor Doutor Manuel Muanza, Mestre Paixão Gomes, Professor Doutor Victorino Reis, Mestre António Vilela de Freitas (de feliz memória), Professor Doutor António Costa, Professor Doutor Alexandre Chicuna e aos Mestres António Quino e Clemêncio Queta, pela minha formação em Ensino de Português e pela Bolsa de Estudo que permitiu a frequência ao Mestrado.

À Professora Doutora Luísa Carvalho, pela amizade e por todo o apoio desde o ISCED de Luanda a Portugal.

Aos Senhores Padres Manuel António da Silva e Eduardo Roca por todo o apoio que me concederam.

Aos Senhores Padres Inácio Gonçalves, Pedro Luís e Alfredo Ramos, às Madres Arcádia Sanchez, Elisa Lopez, à Dra. Maria de Assunção Botelho e aos professores João Filipe (de feliz memória) e Amorim Valente.

Aos Diretores Raimundo Franco Júlio, Kayosso Cunha e Marcelina de Castro.

À minha Marcelina Andrade, ao meu Emanuel Suelela e aos meus cunhados (André, António Alexandre, Zacarias, Maria Luísa e Sany).

Ao meu cunhado Pedro Nito.

Aos meus irmãos Lourenço José Ernesto, Júlio Kaianda, Leonardo Mamba, Belarmino Tony (seculo Chihopio) e Carlos Dombe.

Às minhas manas Graciana e Teodora Francisco, Adelina e Elisa Suelela, Ilda, Dulce e Micaela Carlos.

Aos meus sobrinhos Paulino, Horácio e Flora Culocala e Edna, Indira e Edmar Ulica.

Ao tio Dumbo Paulo e a toda a família Chavita (Fátima, Paula, Nhangá e Adelino Chavita).

Ao Mestre Nelson Soquessa por estes anos de caminhada linguística, “dação, existência e outridade”.

Aos Mestres Mateus Manuel, João Major Serrote, John Quitaxe, Bruno Galantinho, Scoth Kambolo, André Mateus (Kikas), Kimavuid Ferreira, André Joaquim, Tomásia Morais, Israel Cabamba, João Quixico, Agnaldo Jaka, Ana Bela Custódio, Gaudêncio Gameiro, Francisco de Oliveira Gaspar, Catarina Luís, Araújo dos Anjos, Baptista Muassangue, Sérgio Rodrigues, Alberto Godi.

Aos Drs. Bartolomeu de Freitas, José António Ernesto, Zeferino Bundo, Lourenço Silva, Bartolomeu Francisco (Babefra), António Fernandes, Agostinho Correia Cassule, Admar Carlos, Marcos Gaspar, Ventura Timóteo, Félix Roberto Bravo, Edgar Francisco, Adão Octávio, Helena Armando, Júlia Peres, Pedro Vaz, Gelson Camavo, Jorge Kapitango, Sengó, Fiel Neto, Martins Manuel, Salomé Gouveia, Domingos Canda, Jacob Mossy, Julião Augusto, Inocência Lumbongo, Luciano Dumbo Chingueta, Paulo Ndala, Sónia Neves e Alexandra Silva.

Aos companheiros Luciano Jeremias, Barroso Major Serrote (Man Barra), Eugénio e Alves Laurindo, Silvano André Manguangua, José Eduardo Kapamba (Man Santos), Félix Alentejo, Caetano Clemente, Inácio Abril, Emília Buta, Gilberto e Rogéria, Domingos Paulo (Pragmático).

## RESUMO

O presente trabalho visa descrever a natureza estrutural e funcional da complementação oracional finita na variedade angolana do português, segundo os princípios teóricos e metodológicos do funcionalismo linguístico das escolas francesa e espanhola. Pretende-se contribuir para o estudo de uma proposta de gramática da frase que evidencie o atual panorama deste subtipo de subordinação na variedade angolana do português.

A descrição e interpretação realista de formas linguísticas mais estáveis, cujas unidades surgiram da análise e tratamento informático de um *corpus* representativo formado da imprensa escrita angolana, permitiram atestar graus de instabilidade nas relações de complementação oracional finita na norma angolana do português, como a sintaxe posicional dos clíticos em variação livre entre anteposição e posposição, a omissão da preposição *de* em completivas verbais intrinsecamente pronominais, a perda crescente da noção de mundo possível por causa da ocorrência do modo indicativo com predicadores “íreais” e por causa do elevado rendimento funcional de predicadores factuais no sistema e, igualmente, a inexistência de restrições temporais em completivas de conjuntivo, barrando, desta forma, a oposição funcional entre conjuntivo, tempo-dependente e indicativo, tempo-independente. Isso parece evidenciar que, na história interna de uma língua, nenhuma sincronia é estática e igualmente que o português falado e escrito em Angola é diferente, por exemplo, do português falado e escrito em Portugal.

Os resultados descritos na presente gramática da frase, cujo mérito, a existir, pertence a gerações anteriores de linguistas nacionais e estrangeiros, poderão, de igual modo, contribuir para a definição e sistematização estrutural da norma angolana do português.

**Palavras-chave:** funcionalismo, complementação finita, gramática da frase, norma angolana do português.



# FINITE COMPLEMENTATION IN ANGOLAN PORTUGUESE: FOR A CLAUSE GRAMMAR

## ABSTRACT

The present thesis aims at describing the structural and functional nature of the finite complement clauses in the Angolan Portuguese, according to the theoretical and methodological principles of the French and Spanish functionalist schools. We intend to contribute to the debate of these complex sentences, in discussing linguistic norm and standardization.

Through an electronic corpus of written texts (newspapers of Angola), the realistic description and interpretation of more stable linguistic forms allowed us to verify different performances with regard to finite complementation. This study analyses the linguistic phenomena that are responsible for such variation, namely (i) the positional syntax of the clitics, (ii) the deletion and addition of prepositions, (iii) the loss of functional opposition between the indicative and subjunctive moods (because of the selection of the indicative mood in contexts that require the subjunctive mood, according to the European Portuguese norm), and (iv) the phenomena of *consecutio temporum*. The analysis of the data indicates that, on the one hand, no synchrony is static in the internal history of a language and, on the other, the features of the finite complement clauses that differ from European Portuguese should be taken as specific properties of a variety of Portuguese.

The results of this work, whose merit, if it has any, belongs to several generations of national and foreign linguists, can contribute to the definition and structural systematization of the Angolan variety of Portuguese.

**Key-words:** functionalism, finite complementation, clause grammar, Angolan Portuguese.

<b>ÍNDICE GERAL</b>	
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	iv
<b>RESUMO</b> .....	vi
<b>ABSTRACT</b> .....	vii
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	x
<b>SIGLAS E ABREVIATURAS</b> .....	x
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I</b> .....	16
<b>PRELIMINARES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS</b> .....	16
1.1. Linguística da língua e linguística das línguas .....	17
1.2. Frase, sintaxe, sintaxe funcional .....	21
1.3. Norma, desvio e sistema: gramática descritiva, prescritiva e estrutural.....	25
1.4. Linguística interna e linguística externa: para a descrição estrutural da norma angolana do português.....	29
<b>CAPÍTULO II</b> .....	34
<b>DA GRAMÁTICA FUNCIONAL</b> .....	34
2.1. Da primeira articulação: monema, sintagma e sintema.....	36
2.2. Categoria, função e transposição.....	42
2.3. Das funções sintáticas .....	48
2.3.1. Núcleo e periferia: conclusão do estudo.....	53
<b>CAPÍTULO III</b> .....	56
<b>DA COMPLEMENTAÇÃO FINITA</b> .....	56
3.1. Complementação oracional .....	57
3.2. Complementação finita na literatura linguística portuguesa e brasileira.....	61
3.2.1. Completivas conjuncionais e não conjuncionais.....	63
3.2.2. Completivas argumentais e não argumentais .....	68
3.2.3. Completivas assertivas e não assertivas .....	70
3.2.4. Completivas com preposição necessária e sem preposição necessária .....	74
3.2.5. Da dependência temporal .....	76
3.3. Complementação e adjetivação: estudo contrastivo.....	78
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	80
<b>DAS PROPRIEDADES SINTÁTICAS DAS ESTRUTURAS COMPLETIVAS FINITAS NA NORMA ANGOLANA DO PORTUGUÊS</b> .....	80
4.1. Da linguística das línguas à linguística de <i>corpus</i> .....	81
4.2. Propriedades sintáticas das orações completivas finitas na norma angolana do português .....	85
4.2.1. Completivas plenas e “transcategorizadas” .....	86

4.2.2. Completivas F <sub>1</sub> e F <sub>2</sub> .....	89
4.2.3. Completivas F <sub>4</sub> e F <sub>2</sub> “reanalisadas” .....	95
4.2.4. Sintaxe posicional dos clíticos em estruturas completivas finitas .....	101
<b>CAPÍTULO V</b> .....	104
<b>DAS PROPRIEDADES SEMÂNTICO-PRAGMÁTICAS DAS ESTRUTURAS COMPLETIVAS FINITAS NA NORMA ANGOLANA DO PORTUGUÊS</b> .....	104
5.1. Da sintaxe funcional às fronteiras entre a semântica, axiologia e pragmática .....	105
5.2. Completivas declarativas, interrogativas e exclamativas .....	107
5.3. Completivas assertivas e não assertivas .....	109
5.4. Completivas dependentes e independentes .....	114
<b>CONCLUSÃO</b> .....	118
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	121
<i>Corpus</i> .....	129
<b>ANEXOS</b> .....	i

## ÍNDICE DE FIGURAS

Quadro sinótico 1: Princípios e tarefas da sintaxe funcional .....	22
Quadro sinótico 2: Verbos pronominais.....	74
Quadro sinótico 3: Para a pesquisa em linguística de <i>corpus</i> em LP.....	82
Tabela 1: Da caracterização geral do <i>corpus</i> .....	84
Tabela 2: Orações completivas plenas e transcategorizadas .....	87
Tabela 3: Subtipos sintáticos de orações completivas.....	89
Tabela 4: Monemas e sintagmas verbais regentes de orações completivas F <sub>2</sub> .....	91
Tabela 5: Sintaxe posicional dos clíticos em estruturas completivas finitas.....	101
Tabela 6: Predicadores não assertivos.....	111
Tabela 7: Predicadores assertivos .....	112
Gráfico 1: Completivas F <sub>1</sub> .....	89
Gráfico 2: Completivas F <sub>4</sub> e completivas F <sub>2</sub> reanalisadas.....	99
Gráfico 3: Sintaxe posicional dos clíticos em estruturas completivas finitas .....	103
Gráfico 4: Subtipos semânticos e pragmáticos de orações completivas finitas .....	109
Gráfico 5: Classificação semântico-pragmática de estruturas completivas .....	114

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

ANJ: Associação Nacional de Jornais

APCT: Associação Portuguesa para Circulação e Tiragem

Art.: Artigo

CLP: Círculo Linguístico de Praga

CIPM: *Corpus* Informatizado do Português Medieval

DT: Dependência Temporal

JA: Jornal de Angola

JAAL: Jornal Angolano de Artes e Letras

JD: Jornal dos Desportos

LP: Língua Portuguesa

NGB: Nomenclatura Gramatical Brasileira

NGP: Nomenclatura Gramatical Portuguesa

PA: Português de Angola

PB: Português Europeu

PE: Português Brasileiro

PEUL: Programa de Estudos sobre o Uso da Língua

PM: Português Moçambicano

SN: Sintagma Nominal

TLEBS: Terminologia Linguística para o Ensino Básico e Secundário

TPA: Televisão Pública de Angola

«Uma língua não é um produto acabado, é uma actividade»

(Martinet 1995: 46).

«Cada língua em plena sincronia apresenta zonas de maior ou menor estabilidade e a todos os níveis» (Clairis 2008: 21).

## INTRODUÇÃO

Em linguística portuguesa descritiva, os trabalhos de Casteleiro (1981), Duarte (2003) e Barbosa (2013) são os mais completos em matéria de complementação oracional finita. Todavia, não afloram, em profundidade, determinados aspetos relacionais, semânticos e pragmáticos inerentes às estruturas completivas finitas, como a classificação das completivas com base na concordância temporal e nas implicações semântico-pragmáticas da alternância modal indicativo-conjuntivo *vs.* conjuntivo-indicativo. Desta feita, e embora sejam trabalhos de referência no âmbito da complementação oracional, pretende-se que esta proposta de gramática da frase possa preencher um vazio até então observado na linguística portuguesa descritiva: a inexistência de trabalhos sobre a complementação oracional desenvolvidos segundo o funcionalismo de André Martinet e Alarcos Llorach. Daí o investimento num trabalho que vise, em primeiro plano, alcançar os seguintes objetivos:

- Dispor um estudo sintático atento aos princípios teóricos e metodológicos do funcionalismo martinetiano e alarquiano à linguística portuguesa descritiva;
- Descrever as propriedades relacionais, semânticas e pragmáticas da complementação oracional finita em português;
- Propor a integração das noções funcionais de ordem, referência e topicalização no estudo e compreensão das estruturas completivas finitas;
- Descrever o padrão posicional dos clíticos em estruturas completivas finitas;
- Contribuir para alargar o espaço dedicado ao estudo da noção de sequencialização ou concordância temporal (*consecutio temporum*) na regência de estruturas completivas finitas;
- Distinguir a complementação finita da relativização universal;
- Proceder, ainda que de modo implícito, a um estudo contrastivo entre a complementação finita em português e em outras línguas românicas (espanhol e francês) para a obtenção de subsídios que se traduzam numa gramática sobre a subordinação argumental finita do português.

Por outro lado, o presente trabalho vem elaborado a fim de:

- Contribuir para a definição da história estrutural da língua portuguesa em Angola;
- Apresentar o quadro geral das propriedades estruturais e relacionais das orações completivas finitas no português de Angola (doravante, PA);

- Descrever as propriedades estruturais e relacionais das orações completivas subjetivas, objetivas diretas e oblíquas no PA;
- Descrever os mecanismos de correferência e disjunção de sujeito em orações completivas subjetivas, objetivas diretas e oblíquas atestadas no *corpus* formado da imprensa escrita angolana (disponível no Volume II da presente tese);
- Descrever a ordem dos constituintes em completivas subjetivas, objetivas diretas e oblíquas no PA, a fim de se verificar eventuais casos de ordem marcada nestes subtipos sintáticos das relações de complementação oracional;
- Descrever o padrão posicional dos clíticos em completivas finitas subjetivas, objetivas diretas e oblíquas no PA;
- Descrever os mecanismos gramaticais que determinam a seleção de estruturas completivas assertivas, não assertivas e “dessemantizadas” no PA;
- Descrever a produtividade funcional das orações completivas declarativas, interrogativas e exclamativas no PA;
- Descrever os mecanismos de concordância temporal (*consecutio temporum*) que determinarão uma possível distinção no PA entre construções completivas prospetivas ou dependentes e completivas não prospetivas ou independentes;
- Colocar uma gramática da frase a ser elaborada segundo os princípios teóricos e metodológicos da linguística funcional e da linguística de *corpus* à disposição da comunidade científica angolana e não só, proporcionando, de igual modo, ferramentas de pesquisa nessas duas áreas das ciências da linguagem;
- Contribuir para a constituição de um *Corpus* de Referência do Português Angolano Contemporâneo.

Em termos estruturais, o trabalho está dividido em cinco capítulos. A atualização e descrição de alguns conceitos de linguística geral e teoria da linguagem no primeiro capítulo, como linguística da língua e linguística das línguas, sintaxe e sintaxe funcional, norma, desvio e sistema, linguística interna e linguística externa, permitirão compreender o objeto e o enquadramento teórico e metodológico do presente estudo. No segundo capítulo, e como forma de operacionalização de conceitos-chave da teoria sintática de Martinet e Alarcos Llorach, serão descritas as unidades da primeira articulação, as noções de categoria, função e transposição e de sintaxe nuclear e periférica. O terceiro capítulo será reservado ao levantamento e tratamento hermenêutico da produção existente sobre a complementação oracional no quadro do funcionalismo linguístico francês e espanhol e da literatura linguística portuguesa e brasileira.



Deste capítulo, e dando continuidade ao trabalho de Fonseca e Suelela (2017)<sup>1</sup>, poderá advir uma nomenclatura sintática não prevista atualmente na terminologia linguística e gramatical portuguesa e brasileira. Designações e noções, que se arrisca usar no presente trabalho, como estruturas completivas transcategorizadas, completivas F<sub>2</sub> reanalisadas, completivas correferentes e disjuntas, completivas assertivas e não assertivas, completivas dependentes e independentes, não são comuns na especialidade.

O quarto e o quinto capítulos serão precedidos de introduções sumárias sobre o objeto e procedimento de análise de dados e sobre fronteiras teóricas e metodológicas entre a linguística das línguas e a linguística de *corpus* e entre a sintaxe funcional, axiologia e pragmática. A descrição realista e imanente dos factos, atestados na imprensa escrita angolana, será realizada com recurso à metodologia da linguística de *corpus*, área disciplinar não estrutural da linguística cujos primeiros passos e investimentos foram feitos nos Estados Unidos da América. De igual forma, será possível apresentar, por um lado, um quadro real sobre as propriedades relacionais, semânticas e pragmáticas das orações completivas finitas no PA e, por outro, aferir as seguintes hipóteses:

- i) «Cada língua em plena sincronia apresenta zonas de maior ou menor estabilidade e a todos os níveis» (Clairis 2008: 21);
- ii) «[...] uma descrição sincrónica, e puramente sincrónica, para ser de facto satisfatória, deverá ter em conta a dinâmica das línguas» (Martinet 1995: 49);
- iii) «[...] o português, que também aos Angolanos serve de vector para a aquisição do conhecimento e para a compreensão do mundo circundante, [...], foi-se adaptando à realidade geográfica e cultural desse país, ganhando, desse modo, características próprias» (Adriano 2014: 12).

Os dados serão tratados estatisticamente segundo o princípio do rendimento funcional aplicado inicialmente por Martinet (1995: 13) no âmbito da análise e descrição de oposições fonológicas, a fim de se observar casos de concorrência, alternância, estabilidade ou instabilidade entre certas estruturas completivas finitas no PA. Não sendo nem uma gramática tradicional nem um trabalho sobre linguística teórica, e uma vez que o assunto já anda bem tratado conceitualmente nos estudos a que se fez alusão nos parágrafos anteriores, não se divagará sobre noções gerais e transversais intrínsecas à complementação oracional.

---

<sup>1</sup> Os dados, apresentados neste artigo e trabalhados por David Suelela, coincidem com os da presente tese, então em fase de elaboração.

**CAPÍTULO I**  
**PRELIMINARES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS**

## 1.1. Linguística da língua e linguística das línguas<sup>2</sup>

O presente estudo sobre a complementação oracional finita na norma angolana do português enquadra-se na linha da linguística funcional por pugnar pela definição da norma angolana com base na observação e descrição realista dos usos efetivos dos falantes, situando o seu objeto de estudo num plano “exclusivamente linguístico”. Assim sendo, e para lá das abordagens linguísticas *a priori*<sup>3</sup>, o foco de estudo deste trabalho será a análise de enunciados reais, produzidos por falantes.

Fundado sobre o princípio geral de que a língua está ao serviço do falante e em constante adaptação (Hoyos-Andrade 1992; Hernández Alonso 1996; Neves 1997; Gutiérrez Ordóñez 1997a), o modelo estrutural e funcional da linguagem encontra as suas premissas em investigadores afetos i) ao Círculo de Praga (Jakobson, Hjelmslev, Martinet), ii) às modernas escolas de Genebra (Tesnière) e Tübingen (Coseriu) e iii) em pesquisadores ingleses (Halliday), holandeses (Dik, Hengeveld e Mackenzie) e norte-americanos (Van Valen, Givón). A par da consensual ideia de que «a functional grammar is essentially a “natural” grammar» (Halliday 1985: xiii), são reconhecidos dois subtipos de gramática dentro do pensamento linguístico funcionalista: uma gramática da frase, virada para análise e descrição das funções sintáticas (Tesnière, Martinet)<sup>4</sup> e uma gramática do enunciado, virada para análise e descrição das funções semânticas e pragmáticas (Halliday, Dik, Hengeveld e Mackenzie, Van Valen, Givón). Independentemente da existência de subcorrentes e matrizes gramaticais diferentes, o funcionalismo distingue-se das demais escolas e correntes do pensamento linguístico contemporâneo pela tónica que dá à função e dinâmica das estruturas linguísticas:

[...] o que caracteriza a concepção de linguagem defendida pela gramática funcional – bem como pela Escola de Praga – é seu caráter não apenas funcional como também dinâmico. Ela é funcional porque não separa o sistema linguístico e suas peças das funções que têm de preencher, e é dinâmica porque reconhece, na instabilidade da relação entre estrutura e função, a força dinâmica que está por detrás do constante desenvolvimento da linguagem (Neves 1997: 3).

La característica esencial de la lingüística funcional, en oposición a otras corrientes de investigación en los estudios contemporáneos sobre el lenguaje, es, como su nombre lo indica muy claramente, la de dar énfasis a la *función*, sea que se trate de la función de

---

<sup>2</sup> Epígrafe retomada do artigo de Alarcos Llorach (1977) cuja formulação surge como paráfrase da designação do quarto capítulo do *Cours de linguistique générale*, “Linguistique de langue et linguistique de la parole”, de Saussure (1985).

<sup>3</sup> Situam-se nesta e na mesma linha os estudos sobre a genealogia e afinidade das línguas, bem como as gramáticas psicológicas, muitas das quais inscritas no quadro da linguística generativo-transformacional.

<sup>4</sup> São exemplificadoras as principais obras de Martinet (1985) e Tesnière (1959) dedicadas à sintaxe.

la lengua como instrumento de comunicación, de la función distintiva en fonología o de las funciones sintácticas (Hoyos-Andrade 1992: 11).

A gramática funcional de matriz holandesa, sobretudo a discursivo-funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008), tem sido objeto de um conjunto significativo de trabalhos sobre a complementação oracional no Brasil (Sousa 2007; Santana 2010; Sperança-Criscuelo 2011; Gonçalves e Sousa 2013) e nas variedades lusófonas (Souza 2014)<sup>5</sup>. Partindo das contribuições destes trabalhos (vd. secções 3.1 e 3.2), tomar-se-á a gramática funcional francesa, desenvolvida por André Martinet, como matriz teórica e metodológica desta tese. O estabelecimento de pontes teóricas e conceituais com outros modelos gramaticais do pensamento funcionalista europeu e norte-americano permitirá propor uma gramática da frase sobre a norma angolana do português que, explorando certos tópicos da gramática do enunciado, não se restringirá ao plano das funções sintáticas e, de igual modo, permitirá realizar um trabalho sintático descritivo<sup>6</sup>, não introspetivo e atento à pertinência e à mudança dos usos linguísticos<sup>7</sup>:

Au lieu d'envisager comme base de départ quelque chose qu'on désigne comme une hypothèse, on peut essayer de déterminer, sur la base de l'expérience la plus vaste possible, quels sont les traits qui paraissent nécessaires et suffisants pour qu'on ait le droit d'appliquer à un objet le terme dont il s'agit de donner une définition (Martinet 1985: 21).

A linguagem do homem varia porque se adapta sem cessar às necessidades cambiantes da humanidade. Deduz-se que todo traço do discurso que se encontra regularmente em toda comunidade não é, propriamente, um fato linguístico. Não cabe ao linguista estudá-lo, mas ao psicólogo ou ao fisiologista, aqueles que tratam do homem em geral, concebido como idêntico nos quatro cantos do mundo (Martinet 1971: 14-15).

As citações são ilustradoras de que se pretende encarar o objeto de estudo – complementação oracional finita na norma angolana do português – do ponto de vista descritivo (e não prescritivo)<sup>8</sup>, realista e imanente na observação e análise dos factos linguísticos<sup>9</sup> e, ainda, da

---

<sup>5</sup> Estas referências restringem-se aos estudos mais recentes sobre a complementação oracional e constituem apenas um aparte da extensa lista dos “Estudos funcionalistas no Brasil” que, segundo o recenseamento feito por Neves (1990: 71-104), vão dos trabalhos pioneiros de Evanildo Bechara e Hoyos-Andrade aos do grupo de pesquisa PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua), responsável pela organização e edição dos volumes da *Gramática do Português Falado*.

<sup>6</sup> Pretende-se que a descrição seja explicativa e interpretativa.

<sup>7</sup> Mounin e Marçalo não deixam de enfatizar a natureza factual da linguística martinetiana: «todos os que descreveram a doutrina de Martinet estão de acordo quanto a um ponto, que ele próprio sempre sublinhou: o seu realismo» (Mounin 1973: 176); «Martinet lega-nos uma teoria linguística completa, incentivando-nos a uma visão realista dos factos e a um respeito constante pelo objecto estudado» (Marçalo 1992: 117).

<sup>8</sup> Reconhece-se que «as normas são científicas por origem, mas a ciência da linguagem não é normativa, por definição» (Fonseca 2006: 277). Por este facto, ao linguista «é particularmente importante insistir no carácter científico e não prescritivo do estudo» (Martinet 2014: 31).

<sup>9</sup> Segundo Martinet, «[s]i se descarta la introspección como método de investigación, se está necesariamente obligado a examinar el lenguaje allí donde es objetivamente accesible, es decir, en su funcionamiento como instrumento de comunicación [...]» (1987: 28).

pertinência comunicativa e do dinamismo linguístico (“a sincronia dinâmica”, de Martinet (1995: 10))<sup>10</sup>, dado que o português, como qualquer língua natural, é uma instituição que goza de uma estabilidade estrutural aparente<sup>11</sup>. Por outro lado, e procurando isolar os traços sintáticos divergentes das construções completivas atestadas no *corpus* será possível apresentar um quadro enunciativo real da natureza funcional do subtipo de subordinação oracional da norma linguística em estudo.

No quadro da linguística hispânica, interessa ter presente a literatura produzida por Alarcos Llorach e seguidores das escolas de Oviedo e León cujo referencial teórico se forma a partir da conciliação de princípios de Praga, Copenhaga, Genebra e Paris<sup>12</sup>. Nas palavras de Alarcos Llorach e discípulos:

[...] nos situamos en una posición parecida a la de André Martinet (Alarcos Llorach 1977: 3).

En lo que respecta a las particularidades de la gramática funcional de español, éstas deben buscarse en la selección que se ha ido haciendo entre las divergencias internas dentro del amplio espectro del estructuralismo (en tal cuestión se sigue a Hjelmslev, en tales otras a Martinet, se ignora o no a Tesnière, etc.) (Martínez 1994b: 15).

Por un lado, tenemos el tronco madre de Oviedo, con derivaciones en otras universidades (León, La Laguna...) y, por el otro, el joven grupo de Santiago de Compostela. En el funcionalismo ovetense han cristalizado influencias de las grandes escuelas (Praga, Copenhague, Martinet, Tesnière...) (Gutiérrez Ordóñez 1997a: 469).

No caso do presente trabalho, uma das principais heranças da sintaxe de Martinet e Alarcos que importarão reter é o facto de a subordinação ser concebida ao nível das funções sintáticas quer porque funciona como expansão de um núcleo predicativo<sup>13</sup>, quer porque pode ser interpretada como elevação de estruturas simples: «Il ne pleut plus. Je vais faire mes courses, [...] est interprété comme s’il y avait : Puisqu’il ne pleut plus, je vais... » (Martinet 1985: 89).

---

<sup>10</sup> O conceito de sincronia dinâmica traduz a ideia de que «cada língua em plena sincronia apresenta zonas de maior ou menor estabilidade e a todos os níveis» (Clairis 2005: 21). Desta visão do dinamismo linguístico se atribui ao Círculo de Praga o epíteto de “sociolinguística *avant la lettre*” (Dirven e Fried 1987: x; Neves 1997: 16) e de “estruturalismos diacrónico” (Coseriu 1979). Ainda sobre os princípios teóricos e metodológicos do funcionalismo, vd. o trabalho de Mahmoudian (1979).

<sup>11</sup> Faz-se jus à conceção humboldtiana da língua enquanto *energia*.

<sup>12</sup> Sobre as semelhanças e diferenças entre as sintaxes de Martinet e Tesnière, vd. o artigo de Hoyos-Andrade (1994: 97-107).

<sup>13</sup> «[...] interesa la función específica que la oración transpuesta cumple en la oración total donde se inserta» (Alarcos Llorach 1994: 324).

Percebe-se, assim, que a subordinação oracional é definida em torno da determinação e transposição sintáticas, princípios que representam uma síntese bem conseguida da noção de subordinação das gramáticas tradicional<sup>14</sup> e de dependência<sup>15</sup>:

Le seul rapport qui se révèle décisif dans l'établissement des classes est celui qui, par opposition à la coordination, est désigné comme la subordination. Comme toutefois ce terme évoque le cas particulier des rapports entre propositions, on préfère en général parler de **détermination** (Martinet 1985: 112).

Las estructuras degradadas o transpuestas que aparecen insertas en una *oración compleja* se clasifican según la categoría de la palabra que podría sustituirlas desempeñando la misma función (Alarcos Llorach 1994: 324).

La oración compleja consta de una principal a la que [...] se subordinan a otras. Sólo la llamada principal sigue siendo pura y simplemente oración, mientras que la subordinada, aun manteniendo en la mayor parte de los casos su entidad interna de oración, respecto de la principal se equipara a un sustantivo, a un adverbio o a un adjetivo (Martínez 1999: 46).

É através da aplicação dos princípios de determinação e transposição sintáticas que poderão concretizar-se os objetivos do presente trabalho sobre a complementação verbal finita na norma angolana do português, considerando que «estudar como a língua funciona quer dizer estudar os padrões e as unidades que a ela pertencem, o modo como as pessoas lidam com estes padrões e unidades e como elas se mantêm em épocas diversas, lugares distintos e entre diferentes grupos de pessoa» (Halliday, McIntosh e Stevens 1974: 23). Vale referir, por último, que a teoria sintática martinetiana e alarquiana dispõe de uma terminologia linguística cuja atualidade e pertinência podem ser retomadas no âmbito da discussão da nomenclatura gramatical angolana<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> A clássica noção de que uma oração subordinada pode ser comutada por um sintagma, sintaticamente equivalente a sujeito, objeto, modificador ou adjunto adverbial como também já o afirmou Santos: «[q]ue esta ideia nem se quer é nova prova-o a classificação das «orações subordinadas» em «substantivas», «adjectivas» e «adverbiais», por desempenharem, respectivamente, as mesmas «funções» (função de «sujeito», função de «complemento directo», função de «complemento circunstancial» [...])» (Santos 2003: 51-52).

<sup>15</sup> É sabido que, em Tesnière, «[t]out en restant le centre de la proposition subordonnée, le verbe n'est plus ainsi qu'un élément de la proposition principale» (1988: 543).

<sup>16</sup> A atualidade e pertinência da terminologia gramatical de orientação alarquiana (e com certeza martinetiana) foi objeto de Marçalo (2009) e Vigón Artos (2007: 203-212) num período em que se discutia, em Portugal, a definição de uma nova Terminologia Linguística.

## 1.2. Frase, sintaxe, sintaxe funcional

De longa tradição nos estudos linguísticos, a frase tem traduzido a ideia de combinação entre unidades sintagmáticas<sup>17</sup> e a sintaxe o estudo dos mecanismos combinatórios entre as unidades sintagmáticas<sup>18</sup>. A linguística norte-americana de Bloomfield (1984) e continuadores não abandonou, de todo, a noção logicista da sintaxe ocidental. Chomsky, que pretendia demarcar-se do modelo de descrição sintática distribucional, concebe a sintaxe como «o estudo dos princípios e processos que presidem à construção de frases em línguas particulares» (1980: 13).

Com o princípio de conexão sintática da gramática de dependência, assistiu-se, no contexto da linguística estrutural europeia, ao surgimento de uma das primeiras tentativas de reformular a sintaxe combinatória da tradição gramatical clássica. Tesnière considerava que sem conexão a frase careceria de contiguidade sémico-comunicativa. A conexão seria, pois, o mecanismo sintático que contribui para a expressão do pensamento: «La connexion est **indispensable** à l'expression de la pensée. Sans la connexion, nous ne saurions exprimer aucune pensée continue et nous ne pourrions qu'énoncer une succession d'images et d'idées isolées les unes des autres et sans lien entre elles» (Tesnière 1988 : 12).

Como forma de propor alternativas ao debate dos estudos linguísticos até então dominante, Martinet viria a desenvolver os seus princípios sintáticos entre 1975 e 1985, a fim de definir fronteiras entre a sintaxe combinatória e a sintaxe funcional<sup>19</sup>. A novidade estaria, agora, no facto de que a sintaxe funcional:

- i) [...] se basa en la comprobación de que el hombre utiliza el lenguaje – que existe en forma de lenguas diversas – para comunicarse (Martinet 1978: 180);
- ii) [...] est la façon dont l'auditeur va pouvoir, à partir de la succession des monèmes dans l'énoncé, reconstruire, dans sa globalité, l'expérience qui a fait l'objet de la communication (Martinet 1985 : 159).

Desta feita, a sintaxe funcional acrescenta ao estudo das unidades combinatórias a noção de «um programa que permite estabelecer relações entre unidades significativas, por forma a que

---

<sup>17</sup> Para a revisão das noções de frase segundo os critérios lógico, semântico, fonético e estrutural usadas pelas gramáticas normativas e didático-pedagógicas, vd. por exemplo Mounin (1975), Vilela (1999) e Suelela (2017).

<sup>18</sup> A noção de combinação é aristotélica: «Podemos combinar ou não combinar entre si as palavras, expressão ou frases. Casos de combinação de palavras são, por exemplo, o homem corre, o homem vence; casos de palavras sem combinação são, por exemplo, homem, boi; corre, vence» (Aristóteles 1985: 44).

<sup>19</sup> Um dado ainda não tido em conta nos *Elementos de Linguística Geral* (1960), onde a frase é vista como «o enunciado cujos elementos se ligam todos a um predicado único ou a vários predicados coordenados [...]» (Martinet 2014: 152).

a mensagem corresponda à experiência que desejamos comunicar» (Clairis 2005: 76) e apresenta-se como uma proposta de descrição linguística que permite estudar e sistematizar as propriedades estruturais, relacionais, interrelacionais e dependenciais das unidades do discurso. Seguindo Martinet, a sintaxe funcional é relacional porque «não é, em si, a sucessividade dos elementos na cadeia, é o estudo dos meios de ligar um elemento ao outro para explicar a relação entre eles e que se encontram em cada língua» (Martinet 1995: 26-27). Nessa conformidade, o seu objeto de estudo, que incide na observação e análise das funções sintáticas enquanto unidades que participam da construção do discurso, fá-la congregar várias disciplinas da linguística e áreas afins, como a morfologia e a semântica funcional ou axiologia. A par da sintaxe combinatória, a uma sintaxe funcional opõe-se uma sintaxe categorial, oposição que, em Tesnière, introduz as noções de sintaxe estática e sintaxe dinâmica: «Nous appellerons **syntaxe statique** celle qui a pour objet l'étude des catégories, et **syntaxe dynamique** celle qui a pour objet l'étude des fonctions» (Tesnière 1988: 50).

À luz do marco teórico-conceitual expresso em 1.1 e 1.2, o presente trabalho sobre complementação finita na norma angolana do português adotará o conceito de i) oração como «algo más que una mera sucesión de palabra» (Martinet 1987: 125), ii) frase como a unidade que permite deixar o domínio da língua como sistema e atingir o da língua como instrumento de comunicação (Fonseca 2013: 53) e iii) enunciado como a unidade mínima do discurso, ou seja, «[e]l signo (o el conjunto de signos) que emite el hablante, y ha de captar el oyente, consiste en un mensaje con sentido cabal y concreto dentro de la situación en que se produce» (Alarcos Llorach 1994: 255).

O quadro 1, que resulta da conciliação de pontos de vista de autores de referência (Hoyos-Andrade 1992; Hernández Alonso 1996; Santos 2003; Clairis 2005; Marçalo 2006), ilustra os princípios e tarefas fundamentais da sintaxe funcional do eixo Paris-Oviedo:

**Quadro sinótico 1: Princípios e tarefas da sintaxe funcional**

Sintaxe Funcional	
Princípios	Tarefas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Frase/enunciado como instrumento de comunicação / unidade mínima do discurso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrição da frase/enunciado como um fenómeno linguístico não combinatório</li> </ul>



<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relação, inter-relação e dependência das unidades do enunciado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação e classificação da natureza relacional entre os componentes do enunciado</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Funcionamento e dinamismo das estruturas sintáticas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrição de estruturas sintáticas consolidadas, reconvertidas, em reconversão e em concorrência</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plurifuncionalidade e representatividade dos funtivos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Um mesmo funtivo pode exercer várias funções sintáticas na frase</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transposição</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrição dos mecanismos de reconversão categorial e sintática das unidades que compõem o enunciado</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comutação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudo e descrição de estruturas com funções equivalentes e comutáveis no enunciado</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Posição e copresença</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise, identificação e descrição da pertinência posicional das unidades sintagmáticas na frase/ enunciado</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrição dos diferentes valores e restrições funcionais das unidades do enunciado</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Determinação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrição dos processos de hierarquia, dependência e relação (subordinação) entre as unidades do enunciado</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compatibilidade<sup>20</sup></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudo e descrição das unidades que participam por subordinação da formação e composição de estruturas sintáticas</li> </ul>

Se, do ponto de vista da sintaxe combinatória, as estruturas do discurso resultam da combinação entre unidades da primeira articulação, ao nível da sintaxe funcional cujos princípios operatórios são descritos no quadro 1, as estruturas resultam de processos mais complexos que envolvem relações de dependência e interdependência entre as unidades para atualizar dados

<sup>20</sup> Recomenda-se, para fins pedagógicos, a leitura do quadro de compatibilidades entre classes sintáticas do português proposto por Fonseca (2013: 60).

da experiência. Nas relações entre as unidades do enunciado, «[u]no de los elementos se convierte en núcleo, con referencia al cual se organizarán todos los demás» (Martinet 1978: 148). As reformulações teóricas e conceituais, que ocorreram na linguística estrutural depois de Saussure, permitiram que se passasse do plano meramente combinatório da frase para o plano da hierarquia e conexão estrutural. Com base nisso, e como assinalava Tesnière em finais da década de 50, «[d]ire qu'une phrase du type *Alfred parle* ne comporte que deux éléments, c'est l'analyser d'une façon superficielle, purement morphologique, et en négliger l'essentiel, qui est le lien syntaxique» (Tesnière 1988: 12).

A comutação, uma das heranças da glossemática à linguística funcional martinetiana e alarquiiana, parece ser um dos princípios da sintaxe funcional menos conseguido teoricamente por ser um procedimento manipulativo e, por isso, introspetivo, apesar de em Martinet ser a operação «que nos permite tratar os factos linguísticos sem recurso à hipótese e à introspecção» (Martinet 1995: 15). Indo aos factos. Parece óbvio que, ao referir que «[a] a operação comutativa consiste em aproximar enunciados linguísticos que o não são na realidade da vida» (Martinet 1995: 14), o funcionalismo martinetiano perde parte da teoria realista e imanente relativamente à observação e descrição dos factos linguísticos. Identificar ou descrever fenómenos, que terão sido atestados pela observação, não deixaria de ser um procedimento análogo ao da sintaxe gerativo-transformacional cujo paradigma teórico-metodológico prevê a geração de um corpo infinito de frases através de um corpo reduzido de “estruturas profundas”.

De acordo com os princípios da posição e copresença, o sintaticista poderá explicar de forma interpretativa os valores das unidades linguísticas segundo a posição que ocupam na frase ou em relação aos demais constituintes da frase, sendo certo que em português, tal como em francês, «o lugar de um monema nem sempre é pertinente» (Mounin 1975: 121). Note-se, por exemplo, que a deslocação da oração completiva à direita do núcleo predicativo será determinante para se avaliar a oposição funcional entre completivas não marcadas, canónicas ou de proeminência de sujeito e completivas marcadas, não habituais ou de proeminência de tópico.

Valência (conceito aqui subjacente) é, com efeito, um dos princípios mais significativos da sintaxe funcional europeia cuja teorização inicial foi feita por Tesnière no seu *Éléments de syntaxe structurale* (1959). A hierarquia, dependência e interdependência entre as unidades que compõem a frase são tributárias da noção de valência, uma vez que é, a título de exemplo, a valência ou o valor sintático-estrutural de um verbo que determinará a natureza do seu

argumento interno. Em português e noutras línguas românicas, como o espanhol e o francês, o complemento direto é selecionado por verbos transitivos diretos ou monovalentes; os complementos indireto e oblíquo por seleção de verbos transitivos indiretos, bivalentes ou de sintaxe preposicional; o sujeito expletivo por seleção de verbos impessoais ou aivalentes, finalmente. Estes constituintes ocorrem e formam-se no quadro de uma cadeia de relações, hierarquia, dependência e interdependência, conforme se referiu. Por isso, interessa assinalar que a valência é um princípio da sintaxe funcional epistemologicamente análogo ao conceito de regência da sintaxe formalista por ser, segundo Borba, o procedimento que «envolve a dinâmica de um elemento sobre o outro, o que leva à interdependência entre os constituintes e, por conseguinte, à hierarquização das funções sintáticas» (Borba 1991: 191).

### **1.3. Norma, desvio e sistema: gramática descritiva, prescritiva e estrutural**

A língua é, por definição, um conjunto de códigos verbais cujo carácter convencional resulta dos usos efetivos dos falantes de uma dada comunidade linguística. A generalidade das correntes linguísticas contemporâneas trabalha com esse carácter de convenção naturalista e histórico-social da língua. Desta feita, em vão se tentará encontrar, em escolas como Praga, Copenhaga e Tübingen<sup>21</sup>, a noção de linguisticamente correto como aquilo que deveria ser dito numa comunidade. Para este ponto de vista, que é o da ciência linguística, a noção de correto, normal ou de comum numa língua é o que de facto se diz na comunidade; o uso determinado historicamente pelos membros da comunidade<sup>22</sup>. A nível da especialidade, com particular destaque para a terminologia coseriana, a esse emprego concreto da língua denomina-se norma real ou histórica, um conceito linguístico epistemologicamente distinto do conceito pedagógico de norma ideal, padrão ou esperada, que representa a língua concebida como o modelo de interação e integração sociais e que deve ser ensinado nas escolas e difundido pelos meios de comunicação social: «A norma abrange o que no falar de uma comunidade linguística é técnica historicamente realizada, o que nesse falar é realização comum e tradicional» (Coseriu 1987a:140).

A norma, quer real quer ideal, pode ser denominada culta, quando o objeto de estudo for a oralidade ou a escrita dos indivíduos que gozam de “maior prestígio” social (académicos, escritores, jornalistas, políticos). Todavia, é importante que não se perca de vista que norma real é a “língua que é”, historicamente realizada e norma ideal é a “língua que deveria ser”.

---

<sup>21</sup> Incluem-se, nesta lista, as escolas norte-americanas da linha de Bloomfield e Sapir.

<sup>22</sup> Para o estudo suplementar sobre o assunto, vd. Borba (1991: 48), Vilela (1999: 30) e Mateus e Cardeira (2007).

Meio século praticamente terminado desde que a escola estrutural e funcional praguense e pós-praguense apresentou propostas teóricas e metodológicas sobre a normalização linguística atenta ao uso real, concreto e objetivo da língua, em Angola e em outros países de língua oficial portuguesa, há quem ainda continue a entender que “expressão linguística correta” seja sinónimo de “expressão linguística dicionarizada” ou “contemplada numa gramática explícita”. Muito pelo contrário, as gramáticas, os dicionários e todo o material didático sobre uma língua são produzidos e enriquecidos com base em dados e factos linguísticos em si e historicamente atestados. Quer dizer que as gramáticas e os dicionários dificilmente contemplariam estruturas que não fossem usadas pelos membros de uma comunidade linguística.

Concretize-se. A atestação de cinco ocorrências do pronome *lhe* acusativo na imprensa escrita angolana (cf. (1-2)), em oposição funcional com “o estável *lhe* dativo” (cf. (3))<sup>23</sup>, parece evidenciar, por um lado, que, independentemente da força padronizadora da escola e das demais instituições sociais, o português, como qualquer língua natural, não é nem nunca terá sido um conjunto de estruturas acabadas e homogêneas, porquanto uma língua não é «um produto acabado, é uma actividade» (Martinet 1995: 46)<sup>24</sup>:

(1) a. Ao falar no acto central do Dia Nacional da Pessoa Idosa, Gonçalves Muandumba frisou que [...] e pediu às famílias para darem maior atenção à pessoa idosa, dando-lhe mais carinho, alimentação [...], ao invés de acusá-lo de feiticeiro e *levar-lhe* a um lar de terceira idade (JA. “Autoridades preocupadas com o abandono de idosos”. 1 de dezembro de 2016).

b. Caçule apaixonou-se pela Esperança da Graça que, na verdade, era Marta Domingas, uma mulher que carregava uma paralisia que não *lhe ajudava* a fazer muita coisa que gostaria de fazer (...) (JAAL. “Resumo literário da obra “a última ouvinte” de Gociante Patissa”. 17 de janeiro de 2017).

(2) a. O nosso interlocutor informou que Ernesto Antunes insurgiu-se contra o actual treinador do FC Bravos do Maquis, por *considerar-lhe* culpado da não efectivação do contrato (...) (JD. “Natural do Bié sonha jogar num clube de referência a nível nacional”. 21 de dezembro de 2016).

b. Evitam os lamentos dos clubes que ficam prejudicados nas Afrotanças. *Ajuda-lhes* nos estágios e nas preparações. (JD. “O ministro também viu”. 28 de fevereiro de 2017).

c. Luiz Bosselli esclareceu que os países faltosos no Africano de boxe da região IV nada *lhes impede* de estar em qualquer prova (JD. “Angola e África do Sul disputam o Zonal IV”. 29 de abril de 2017).

(3). a. Posso sim, porque tenho os meus subsídios a *dar-lhes* (JD. “Duvido que haja mudanças no futebol”. 16 de novembro de 2016).

---

<sup>23</sup> Considera-se “estável *lhe* dativo” em detrimento do baixo rendimento funcional do “*lhe* acusativo” (cinco ocorrências) num universo de 415 textos.

<sup>24</sup> A máxima humboldtiana da língua como *energia* impôs uma reorientação de todo o paradigma linguístico europeu pós-saussuriano. Nesta linha, onde se enquadra a citação de Martinet, pode considerar-se que «uma língua não é uma “coisa feita”, um produto estático, mas um conjunto de “modos de fazer”, um sistema de produção, que, a todo o instante, somente em parte surge como já realizado historicamente em produtos linguísticos» (Coseriu 1987b: 23).

b. Desde tempos imemoriais que o Natal é celebrado como aniversário de Jesus Cristo, o profeta maior, pois trouxe a paz entre os homens (...), *mostrando-lhes* que todos somos iguais diante de Deus (JAAL. “Natal: Razão de fé ou feriado comercial?” 20 de dezembro de 2016).

c. Estão anunciados novos tempos para o futebol nacional. É certo que os novos gestores da modalidade não são milagreiros, será necessário *dar-lhes* algum tempo para que possam mudar as coisas (...) (JD. “Tempos novos”. 20 de janeiro de 2017).

d. O grupo volta dois anos depois com sede de vencer e promete convencer o júri com a banga e alegria que *lhe* são *características* (JA. “Grupo de carnaval na disputa do pódio”. 24 de fevereiro de 2017).

e. Não é que Angola seja obrigada a chegar a final, ou à conquista do título. Isso, até pode acontecer, sendo que também é uma selecção com ambição. Mas o que se *lhe exige* é uma prestação que não volte a macular a imagem do país (...) (JD. “Palanquinhas à labuta”. 14 de março de 2017).

Nos exemplos dados, observa-se, por outro lado, que o pronome *lhe* apresenta traços sintáticos opositivos ou distintivos: (i) ocorre como objeto direto em ((1) e (2)) por ser selecionado por verbos transitivos diretos (*levar, ajudar, considerar e impedir*), formando, com efeito, construções idênticas às atestadas num *corpus* do português arcaico médio<sup>25</sup> e na variedade contemporânea do português brasileiro<sup>26</sup>; (ii) ocorre como objeto indireto em (3) por ser selecionado por monemas transitivos indiretos (*dar, mostrar, caraterísticas, exigir*). Assim sendo, e a montante de critérios de correção/incorreção, é natural que haja, numa língua, formas correlatas e distintas enquanto possibilidades estruturais e comunicativas disponibilizadas aos falantes pelo sistema, ou seja, pelo «conjunto das oposições funcionais (distintivas) comprováveis no mesmo falar, as regras distintas segundo as quais esse falar se realiza e, por conseguinte, os limites funcionais de sua variabilidade» (Coseriu 1987a:140). À luz disso, o *lhe* acusativo, atestado no português arcaico médio, no português brasileiro (doravante, PB) e agora no PA ((1)-(2)), será classificado como um correlato sintático dos pronominais átonos *o, a; os, as*, ao passo que o *lhe* dativo, a forma com maior rendimento funcional em todas as fases da história do português, será classificado como um correlato sintático dos pronominais tónicos *a mim, a ti, a vós, a nós*.

Essa oposição funcional entre *lhe* acusativo e *lhe* dativo, atestada no período arcaico médio, PB e no PA, permite espelhar a pluricentralidade temporal e geográfica do português como sendo uma língua constituída por vários sistemas e subsistemas (diassistema, em Cunha e Cintra 2014:

---

<sup>25</sup> Afirmação resultante de um estudo recente realizado com base na análise de um conjunto de textos do *Corpus Informatizado do Português Medieval*, uma fonte indispensável a quem pretenda trabalhar sobre a sintaxe histórica da língua portuguesa (Suelela 2017: 91-103).

<sup>26</sup> Trata-se de um dos resultados obtidos no estudo de um *corpus* do jornal *O Globo* (fevereiro-junho de 2016) (cf, Suelela 2017: 62-87) além, claro, dos resultados que têm sido obtidos pelos investigadores brasileiros durante as últimas cinco décadas cujo marco inicial foi a idealização e materialização do *Projeto da Norma Urbana Linguística Culta* (1969) (cf. Castilho e Basílio 2002).

3; estrutura múltipla, em Clairis 2008: 22) passíveis de serem desdobrados, respetivamente, em i) históricos (sistema do português arcaico, arcaico médio e clássico) e ii) nacionais (sistemas do português europeu (doravante, PE), PB, PA). Por este facto, pouco aproveitará quem, trabalhando sobre o PA, se proponha encarar o PE como uma espécie de “protolíngua” desta ou de outras variedades ou normas nacionais do português, porque, e como reconhecem sem qualquer atitude valorativa Peres e Mória, «uma língua de vasta expansão como o português não constitui uma entidade uniforme, antes se desdobrando numa multiplicidade de variantes» (1995: 13). Disso decorre que, em linguística, o conceito de desvio só será válido se definido dentro de um sistema, norma ou variedade nacional.

Talvez o mais avisado seja partir do primado de que, em ciências da linguagem, dificilmente se obterão resultados linguísticos com objetivos pedagógicos. Outrossim, é fundamental que se distinga língua ou norma real de língua ou norma ideal, dado que a primeira constitui o objeto de estudo da gramática descritiva e a segunda o objeto de estudo da gramática normativa. Sem qualquer foco de descrição realista e imanente dos usos linguísticos, «[c]abe à gramática normativa, que não é uma disciplina com finalidade científica e sim pedagógica, elencar os fatos recomendados como modelares de exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais de convívio social» (Bechara 2009: 52).

Importa referir, com efeito, que da descrição linguística se obtém material escolar pedagogicamente bem trabalhado<sup>27</sup>. O sistema, por sua vez, constitui o objeto de estudo da gramática estrutural (Cosseriu 1987a: 80) e da linguística interna (Saussure 1985: 40-43). Desta feita, entende-se, com Santos (2016), que a confusão metodológica, o dogmatismo profissional e o não reconhecimento da pertinência social das gramáticas descritivas e normativas são três dos muitos “impasses” ainda longe de serem resolvidos por linguistas e professores de língua (entre a academia e a escola). É de todo significativo que, no trabalho investigativo e pedagógico sobre as línguas, o ponto de partida seja a distinção do objeto de estudo dos três subtipos de gramáticas em discussão.

Considerando a sua dimensão teleológica de estudo concreto e realista da língua, todas as gramáticas funcionais são, em essência, descritivas pelo seu carácter “não introspetivo” e por partirem, em regra, da constituição de um *corpus* representativo. Além das já conhecidas gramáticas funcionais de Martinet (1979) e Alarcos Llorach (1970), a *Gramática de Usos do*

---

<sup>27</sup> Entende-se, com efeito, que «[d]a descrição resulta assim toda uma rede de correspondências e decorrências, que não refletem a realidade genética, mas cuja apreensão rigorosa se impõe para a justa interpretação da estrutura e do funcionamento da língua» (Camara Jr. 1981: 12).

*Português* (Neves 2000) constitui, no mundo lusófono, uma obra exemplar do trabalho de descrição das línguas atento aos factos efetivos dos falantes. De matriz estrutural-categorial, também são habitualmente consideradas descritivas as gramáticas americanas de orientação distributiva e gerativo-transformacional.

Do ponto de vista operacional, as gramáticas categoriais, tal como as sintaxes categoriais, ocupam-se da análise e segmentação das categorias gramaticais. Por isso, em estruturas como “Caçule apaixonou-se pela Esperança da Graça” de (1b), interessará, principalmente, identificar e segmentar as categorias gramaticais. No quadro do estruturalismo linguístico norte-americano, esta segmentação é formalmente apresentada em caixas ou em árvores (Chomsky 1978, 1980; Raposo 1983; Azevedo, 1976), como se sabe.

Viradas para a identificação e descrição da pertinência das unidades do discurso, as gramáticas funcionais ocupam-se da descrição das diferentes relações funcionais das unidades sintagmáticas na frase. É sabido que as funções linguísticas podem ser de nível sintático, semântico e pragmático. Esses níveis funcionais permitem justificar as razões da tendência generalizada para a subespecialização das gramáticas de usos em i) funções sintáticas (Martinet 1985; Alarcos Llorach 1970), ii) semânticas (Halliday 1985) e iii) pragmáticas (Hengeveld e Mackenzie, 2008). Note-se, a título ilustrativo, que a *Syntaxe générale* (1985) – principal obra sintática de Martinet – é sobretudo um tratado sobre as funções sintáticas, pois nada refere sobre as funções semânticas e, só no final, dedica poucas considerações às funções comunicativas (Martinet 1985: 238)<sup>28</sup>.

#### **1.4. Linguística interna e linguística externa: para a descrição estrutural da norma angolana do português**

A linguística interna, conforme se referiu no item anterior, estuda o sistema, o conjunto de estruturas de uma língua, «l’organisme intérieur de l’idiome» (Saussure 1985: 41). A fonologia, morfologia, o léxico e a sintaxe compõem o “organismo” interno de uma língua. A linguística externa, pelo contrário, estuda os fatores ou aspetos exteriores ao sistema de uma língua, como a história cultural ou política de uma comunidade linguística. Deste modo, os fatores externos são os mais determinantes para o processo de mudança de uma dada língua. Daí que a

---

<sup>28</sup> Sem precisar o tipo de função linguística e a respetiva área disciplinar, Martinet expõe no último capítulo da *Syntaxe Générale* considerações liminares sobre **tema** e **rema** que atualmente constituem dois conceitos-chave no estudo das funções comunicativas/informativas e, portanto, da pragmática.

dialetologia, a geografia linguística e a sociolinguística sejam disciplinas mais ligadas à linguística externa do que à linguística interna.

Em Angola, o volume de trabalhos sobre o PA<sup>29</sup> tem aumentado consideravelmente nas últimas décadas. Em quase todos, a descrição do PA é feita com base em fatores linguísticos externos (contacto entre línguas)<sup>30</sup>, o que pressupõe existir uma rica e significativa produção sobre a história externa da língua portuguesa em Angola. No mesmo prisma, o desafio, agora, consiste em descrever o PA com base em fatores linguísticos internos (gramática histórica da própria língua portuguesa), porque, para lá de dicotomias, se acredita que será possível chegar à sistematização e normalização do PA, na medida em que se for realizando um investimento proporcional entre estudos linguísticos de natureza externa e interna. Fruto disso, poderá ser, por um lado, uma gramática sobre o PA “não polarizada” que possa contemplar explicações dos fenómenos linguísticos com base nas línguas bantu e na gramática histórica da língua portuguesa; e, por outro, poderá reduzir-se a atual tendência de tributar muitos dos aspetos linguísticos do PA às línguas bantu. De um rápido rastreio da literatura linguística sobre o PA, são notórios os seguintes traços:

Determinados factores, como o contacto linguístico entre as línguas bantu e a LP, podem justificar a tendência que se observa na generalização, quer do dativo em detrimento do acusativo e a sua extensão sintática, quer da predominância da próclise em detrimento da mesóclise. De facto, nas línguas bantu, não existem pronomes clíticos especiais (Undolo 2014: 167).

Ensinamos o português segundo a norma portuguesa, mas esta não consegue explicar as especificidades do nosso português. No português de Portugal, diz-se “eu convidei-o para jantar”. Em Angola, diz-se “eu convidei-lhe para jantar”. Aliás, dizemos “le convidei” (Mingas 2013: 17).

Outra situação: no português, o locativo onde corresponde à preposição *em* e *para onde* e a preposição *a* ou *para*; mas, nas línguas bantu, esses locativos usam-se indistintamente. Por isso, ouvimos com frequência (*vou em casa, vou na escola; ele vai na cidade*) (Luzia 2010: 106).

A preposição *a* é frequentemente substituída pela preposição *em* [...] (Adriano 2014: 334).

Tudo isto pode ser interpretado como indicador da presença de novos valores semânticos das preposições no português falado em Angola. Por exemplo, no PE, o verbo *ir*, quando seleciona ou a preposição *a* ou a preposição *para*, em conformidade

---

<sup>29</sup> De acordo com os dados do Censo de 2014, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (2016: 51), o português é atualmente falado por cerca de 71,17% da população angolana, seguido do umbundu com cerca 23% e do kikongo e kimbundu com 8%.

<sup>30</sup> Sobre os primeiros contactos, missão e ensino do português em Angola, vd., por exemplo, Pinto (2015: 120-252).



com o contexto frásico, assume o conteúdo semântico de movimento direcional dinâmico, marcando um constituinte com o valor de destino (Undolo 2014: 208).

Das citações acima, aduz-se que, relativamente ao PA, o contacto entre línguas constitui o argumento de base para justificar a generalização pronominal átona e o maior rendimento funcional da próclise, em detrimento dos outros padrões posicionais dos clíticos pronominais. Tal argumento pode evidenciar que, na literatura linguística sobre o PA, tem sido posta em segundo plano a possibilidade de descrição de aspetos gramaticais via fatores linguísticos internos ou endolinguísticos ao português (gramática histórica da língua portuguesa). Ora, veja-se:

i. A generalização ou o uso alternado do acusativo e dativo pronominais não é um fenómeno externo ao português nem resulta necessariamente da inexistência de pronomes clíticos especiais nas línguas bantu; é uma consequência da oposição funcional, entre acusativo e dativo pronominais, que dominou durante o português arcaico médio<sup>31</sup> e que se arrastou ao português contemporâneo (PB (4a-b; 4c-d) e PA (1-3)):

(4) a. Portanto, nunca **lhe** *pedi* recursos ou qualquer outro tipo de auxílio à minha campanha (O Globo. “Sérgio Machado diz que Temer pediu R\$ 1, 5 milhão em doação para Chalita”. 15 de junho de 2016).

b. Céu não nega o lado denso desses pontos de luz quando canta dentre timbres eletrônicos sutis. Pois ela sabe que há o peso das perdas, mas há também a liberdade de escapar do que **lhe** *amarra*, de não olhar para trás, de falar o que não se deve (O Globo. “Descansar a vista. Novo disco mostra como a cantora Céu é dona do seu caminho”. 06 de abril de 2016).

c. Há uma avaliação de que Kátia Abreu quis tensionar a relação com o partido porque pretende *deixá-lo* [...] (O Globo. “Ministros do PMDB resistem a sair e complicam reforma de Dilma”. 31 de março de 2016).

d. Mesmo assim, os aliados de Temer **o** *acusaram* nos corredores de ter insuflado os ministros (*Idem, ibid.*).

ii. A predominância da próclise em detrimento da mesóclise e ênclise também não está ligada necessariamente à influência das línguas bantu, antes à variação livre entre anteposição e posposição que se registou até ao português clássico (cf. Martins 1994; Suelela 2017).

iii. O pronome cumulativo *le*<sup>32</sup> não é novo na gramática histórica do português e não é um metaplasmo pronominal do PA. Há documentos notariais, como o *Testamento de Afonso II* (1214) e a *Notícia de Torto* (1214), que atestam a sua ocorrência durante os dois primeiros séculos do galego-português.

---

<sup>31</sup> Como indicado em nota anterior, cf. os textos do *Corpus Informatizado do Português Medieval*.

<sup>32</sup> Além da oralidade, o pronome em questão também está documentado na literatura angolana: «Amanhã memo vai no Luanda pra le ensinar» (Ribas 2014: 137).

iv. O emprego da preposição *em* pela preposição *a* não advém do uso indiferente dos locativos *onde* e *para onde* nas línguas bantu, assim como não advém do processo de substituição preposicional. A oposição funcional entre preposições estáticas e dinâmicas é antiga na história do português. Sabe-se que no galego-português os verbos estáticos já possuíam cumulativamente traços sémicos de [+] estático e [+] dinâmico de que são ilustradores os enunciados *infra* da *Crónica Geral de Espanha* (séc. XIV):

(5) a. E outras gentes *vehoron em* Espanha que chamaron Vandalos (Título Fólio 4 3c).

b. Depois que el rey Rotas esto fez, veosse vindo de terra en terra ataa que *chegou em* Espanha e andou toda a terra (Título Fólio 12 9c).

A sincronia dinâmica é exatamente isso: migração de estruturas linguísticas de um período para outro. Disso decorre que as estruturas do PA estudadas constituem plenos arcaísmos funcionais<sup>33</sup> dos estádios anteriores da gramática histórica da língua portuguesa. Há cada vez mais razões para que se continue a descrever a língua portuguesa como uma instituição “pancrónica”, relegando-se, se for o caso, a metodologia linguística dicotómica, porquanto «[n]o se pueden poner barreras infranqueables entre los método sincrónico y diacrónico, tal como hace la escuela de Ginebra» (CLP 1970: 16). Marcos Bagno não tem qualquer dúvida quanto à eficiência do paradigma metodológico complementar cujo marco teórico foi proposto pelos investigadores de Praga e continuadores:

Nem sincrónica nem diacrónica isoladamente, a língua é um fenómeno *pancrónico*: num mesmo tempo-espaco social e cultural convivem formas antigas e formas inovadoras, distribuídas desigualmente pelas diversas comunidades de fala que habitam o país de acordo com a história sociolinguística de cada (Bagno 2011: 77).

Assim sendo, a gramática descritiva do PA não poderá advir da sobrevalorização de fatores externos (no caso em concreto, as influências das línguas bantu), em detrimento dos fatores internos, que são inerentes à estrutura e funcionamento da língua portuguesa. Importa assinalar que são os fatores externos que contribuem para a marcação de um possível período i) *a quo* da língua portuguesa em Angola (primeiros contactos entre o português e as línguas bantu), ii) intermédio ou de transição (coabitação, missionação e ensino) e iii) de um período de oficialização (institucionalização do português no país independente). Claro que os fatores internos serão os mais determinantes para a descrição dos aspetos linguísticos estruturais de cada um desses períodos. Daí a necessidade de, como acima se dizia, se proceder a um investimento proporcional entre trabalhos linguísticos de natureza externa e interna, uma vez

---

<sup>33</sup> Segundo Coseriu (1979: 21), os arcaísmos funcionais são os fenómenos linguísticos de outros estádios das línguas, mas que se mantêm atuais e, portanto, funcionais.

que se entende, por um lado, que «[n]ão é impossível, é até recomendável, num estudo sincrónico, relevar tendências evolutivas da língua opondo os usos de diferentes gerações em presença (Martinet 2014: 54) e, por outro lado, «livre dos chamados fatores externos só o está a língua abstrata, consignada numa gramática e num dicionário» (Cosieriu 1979: 19).

Com igual importância, será fundamental que se faça um investimento proporcional entre trabalhos sobre a historiografia linguística e gramatical do português e das línguas bantu em Angola. Os resultados estarão aí e poderão falar por si: disponibilização de informação especializada e necessária para a definição de uma tradição e nomenclatura gramaticais a adotar no sistema de ensino angolano. Isso poderá indiciar o prenúncio da primeira reforma institucional em Angola relativamente ao valor utilitário da língua portuguesa. É, portanto, de todo proveitoso que não se subalternize para a última escala axiológica o caráter funcional e dinâmico de uma instituição como a língua: «Quando se examina, do ponto de vista da função e do funcionamento, uma instituição como uma língua, não se deve esquecer que ela procura satisfazer necessidades e que, se estas variam com o tempo, a instituição terá de se adaptar para continuar a corresponder-lhes» (Martinet 1995: 9).

Destarte, poderá ser uma instituição fracassada aquela que continuar a rejeitar a norma linguística como o uso historicamente fixado e a ignorar os resultados que há décadas têm sido obtidos pelos linguistas. Ainda não se conhecem e nem se justificam as razões por que as gramáticas tradicionais e pedagógicas não alargam o número de pronomes pessoais de sujeito para cinco, há tanto atestados na oralidade e na escrita das normas europeia e brasileira (Castilho e Basílio 2002; Pereira 2003; Sória 2013; Suelela 2017). O procedimento poderia ser polémico, mas justificável linguisticamente.

**CAPÍTULO II**  
**DA GRAMÁTICA FUNCIONAL**

Comece-se por algumas noções elementares que, sendo também conceitos-chave, importa referir a montante, ainda que de forma rápida, uma vez que pouco interessará para a linguística descritiva discorrer sobre conceitos já esclarecidos nos respetivos quadros teóricos. Nas gramáticas funcionais de orientação martinetiana, uma língua é vista como um instrumento de comunicação duplamente articulado, ou seja, um instrumento de comunicação formado por unidades i) da primeira articulação, que são dotadas de conteúdo semântico e ii) por unidades da segunda articulação, que são dotadas de expressão vocal. O mérito desse subtipo de gramáticas funcionais, dentro do pensamento funcionalista, está no facto de que «[p]or meio da dupla articulação é sempre possível construir um enunciado em qualquer língua» (Mounin 1975: 65), por um lado e, por outro, «[d]a dupla articulação decorre o princípio da economia linguística» (Marçalo 1992: 48).

As unidades da primeira articulação denominam-se monemas e são funcionalmente bifaciais porque apresentam uma face fónica e uma significativa. São essas unidades que fazem da língua, via sintaxe, um instrumento de interiorização, análise e transmissão da experiência humana. Recorrendo a palavras com maior autoridade: «[a] primeira articulação da linguagem é aquela segundo a qual qualquer facto da experiência a transmitir, qualquer necessidade que se queira dar a conhecer a outrem é analisada numa sequência de unidades dotadas cada uma delas de forma vocal e de um sentido» (Martinet 2014: 38).

As unidades da segunda articulação denominam-se fonemas e, embora sejam unifaciais, a sua função distintiva/opositiva pode contribuir para a distinção sémico-categorial dos monemas. Em termos disciplinares, as unidades da primeira articulação constituem objeto de estudo da sintaxe, ao passo que as da segunda articulação constituem objeto de estudo da fonologia. Para os objetivos do presente trabalho, interessará, por enquanto, a primeira articulação, uma vez que constitui «o modo como a experiência comum a todos os membros de uma dada comunidade linguística se organiza» (Martinet 2014: 39), «a maneira como se analisa, se ordena e se classifica a experiência comum a todos os membros de uma determinada comunidade linguística» (Mounin 1975: 71). Refletindo-se sobre a primeira articulação, pretende-se, igualmente, abordar os principais conceitos operatórios da teoria sintática de Martinet e, por extensão, da sintaxe funcional teorizada e ensinada por Alarcos Llorach e discípulos de Oviedo e León, abordagem, claro, cuja concretização prática será feita ao longo do trabalho.

## 2.1. Da primeira articulação: monema, sintagma e sintema

No quadro da teoria sintática martinetiana, um monema constitui a unidade, o signo ou o segmento significativo mínimo do discurso. Hierarquizando o discurso em três níveis, o monema situa-se no primeiro nível, a frase / enunciado no segundo e o texto / discurso no terceiro. Comparativamente à gramática tradicional, o monema seria a palavra<sup>34</sup> e, tal como esta, é uma unidade dotada de categoria gramatical e função linguística. A classificação dos monemas obedece aos mecanismos de relação, dependência e independência intrínsecos ao princípio de determinação sintática. Por isso, e contrariamente à habitual classificação das palavras em variáveis e invariáveis, a análise dos monemas é feita com base no valor que os mesmos podem exercer quer como determinantes de um núcleo “determinado”, quer como indicadores ou não da função sintática de outros monemas.

Numa relação de determinação sintática, há um monema nuclear ou signo léxico determinado e um monema especificador ou signo léxico determinante. Nessa senda, «[I]lamaremos determinación al tipo de relación lingüística que existe entre el núcleo y este segundo elemento, siendo el elemento que se añade al núcleo el determinante» (Martinet 1978: 145). A título de exemplo: em (6a), *petrolífera* é o monema determinado e *estatal* o monema determinante; de igual modo, *precisa* é o monema determinado e *de uma reestruturação financeira* o sintagma determinante, o especificador do núcleo proposicional:

(6) a. A petrolífera estatal precisa **de** *uma reestruturação financeira* [...] (JA. “As contas da Sonangol”. 03 de dezembro de 2016).

No enunciado em análise, como em qualquer outra ocorrência do mesmo tipo, a unidade com o valor de determinante constitui uma expansão sintática do sujeito (adjunto adnominal nominal/atributo) e do predicado (complemento oblíquo). Isso evidencia que «[d]o ponto de vista semântico, a presença do determinante destina-se a tornar mais preciso o sentido do determinado, ou, dito de outra forma, para lhe fornecer uma especificação, uma precisão» (Clairis 2008: 77).

Do mesmo modo que os mecanismos de simplificação ou complexificação oracional, a relação de determinação pode ser simples ou complexa. A complementação oracional, como é natural,

---

<sup>34</sup> Simplifica-se o assunto, na medida em que, como se sabe, o monema não corresponde necessariamente à unidade “palavra”.

forma-se da relação de determinação complexa, um assunto a tratar adiante. Martinet distingue recorrentemente (1960, 1971, 1985) os seguintes tipos de monemas:

(i). funcionais, como os de (6a)<sup>35</sup>, que ocorrem como determinantes e introdutores de funções sintáticas, classe onde se incluem os pronomes relativos (6b), preposições (6c) e as conjunções subordinativas (6d):

(6) b. A crise do mercado petrolífero, **que** *costuma ser cíclica*, é apenas uma ponta do iceberg (JA. “As contas da Sonangol”. 03 de dezembro de 2016).

c. Os custos **de** *importação* cresceram de forma assustadora, sendo os custos incorridos em dólares e as vendas realizadas em kwanzas [...] (*Idem*).

d. [...] a administração da petrolífera constatou **que** *a produção nacional de produtos refinados é limitada* (*Idem*).

(ii). não funcionais, os **que**, como os artigos, os afixos e as desinências verbais (pessoa gramatical, número, tempo, modo e aspeto), não determinam qualquer função sintática e cuja ocorrência se subordina a outros monemas:

(7) a. **O** atleta **palanquino** reforçou **a** equipa proveniente do Bravos do Maquis em 2015 (JD. “Atacante do Kabuscorp quer mais oportunidade”. 06 de dezembro de 2016).

b. [...] destacou-se ao serviço do clube maquis**arde**, recorda com nostalgia **os** golos que marcou e ditaram à eliminação do Petro de Luanda nas meias finais da Taça de Angola (*Idem*).

(iii). autónomos, os **que**, como os advérbios, possuem independência sintática e relativa liberdade no enunciado:

(8) a. A notícia é **hoje** vista como uma mercadoria a ser vendida para um grupo-alvo heterogéneo (JAAL. “A Webnotícia como ferramenta de divulgação da literatura”. 19 de dezembro de 2016).

b. Mas não há belas sem senão, pelo que o maior desafio que se coloca **hoje** em termos de redes sociais está na veracidade da informação (*Idem*).

c. Em declaração **ontem** ao Jornal de Angola, o realizador disse que o filme tem duas horas (JA. “Longa-metragem estreia em Nambuangongo”. 31 de janeiro de 2017).

d. A medida consta num documento apreciado **ontem** (JA. “Aprovado crédito ao Tesouro”. 27 de janeiro de 2017). e. Apesar de Washington estar **sempre** em alerta contra ataques do Estado Islâmico (JA. “Segurança reforça para posse de Trump”. 16 de janeiro de 2017).

e. [...] os meus fãs podem esperar pelo mesmo artista que **sempre** fui, descobridor e batalhador JÁ. “Ela é bomba vence na categoria de Semba”. 31 de janeiro de 2017).

Os funcionais de (6) indicam e introduzem a função sintática do monema hospedeiro, uma vez que são os marcadores de várias funções ao nível da frase, nomeadamente complemento oblíquo (6a), aposto (6b), complemento nominal (6c) e complemento direto (6d). Em (7), pelo contrário, o papel dos monemas destacados é essencialmente de suporte léxico ou categorial de outro

---

<sup>35</sup> Destacam-se a negrito as unidades a seguir mencionadas.

monema, podendo determinar nomes (*os atletas, a equipa, os jogos*), marcar a flexão verbal (*destacou, marcou, ditaram*) ou a derivação vocabular (*palanquino, maquisarde*). A estes monemas Martinet denominou modalidades<sup>36</sup>, unidades mais situadas ao nível dos operadores gramaticais do que do léxico de uma língua por constituírem “inventários fechados”: «[a]s modalidades constituem geralmente inventários fechados e podem ser considerados como monemas gramaticais da língua pela sua elevada frequência no discurso» (Clairis 2008: 62).

Os dois primeiros exemplos de (8), que agora são reescritos em (9), ilustram que *hoje* e similares são monemas cuja ocorrência lexical é facultativa e cuja posição nem sempre é pertinente no enunciado, ou seja, a sua localização nem sempre contribui para a alteração da coesão e coerência da globalidade da frase:

- (9) a. A notícia é **hoje** vista como uma mercadoria a ser vendida para um grupo-alvo heterogéneo.  
b. A notícia é [] vista como uma mercadoria a ser vendida para um grupo-alvo heterogéneo.  
c. A notícia **hoje** é vista como uma mercadoria a ser vendida para um grupo-alvo heterogéneo.  
d. **Hoje** a notícia é vista como uma mercadoria a ser vendida para um grupo-alvo heterogéneo.  
e. A notícia é vista **hoje** como uma mercadoria a ser vendida para um grupo-alvo heterogéneo.

Segundo Clairis (2008: 62-63), podem distinguir-se, com efeito, i) monemas a um tempo determinantes e determináveis (substantivos, adjetivos e verbos); ii) modalidades ou monemas que são apenas determinantes, mas não determináveis (afixos, artigos, determinantes demonstrativos e possessivos, desinências flexionais nominais); iii) monemas cujo valor consiste em unir outros monemas (pronomes relativos, preposições e conjunções). É com base nesse terceiro tipo de monemas que a determinação se apresenta como o principal processo sintático-semântico de constituição de estruturas linguísticas simples e subordinadas. A transposição também se situa nesse terceiro nível sintático, o que pode justificar o facto de ter recebido bastante investimento teórico em Oviedo e León. Há um quarto tipo de monemas, como as interjeições<sup>37</sup>, que são unidades significativas mínimas assintáticas, ou seja, têm funções informativas, mas não sintáticas. As interjeições são unidades não funcionais pelo facto de no âmbito da linguística martinética «o discurso, os actos de fala, não constituem a língua» (Martinet 2014: 49). Noutras subcorrentes do pensamento linguístico funcionalista cujo objeto é o discurso e os seus elementos referenciais e situacionais, pelo contrário, exercem funções informativas ou comunicativas. Por isso, afirma-se várias vezes no presente trabalho que, para

---

<sup>36</sup> O termo modalidades, em Martinet, não é sinónimo de proposições enunciativas ou diferentes possibilidades de enunciação do discurso. Este valor do termo em questão encontra-se em autores como Lyons (1997) e Palmer (2007).

<sup>37</sup> Sobre o estatuto destas unidades ao longo do tempo, veja-se o quadro de Gonçalves (2002: 285).



lá das polarizações e dicotomias, é fundamental que haja complementaridade teórica e metodológica no estudo descritivo, interpretativo e explicativo de fenómenos linguísticos. Os resultados obtidos por Santos na sua “gramática sobre o conjuntivo em português” são uma prova de que, em ciências da linguagem, «a escolha não implica exclusão, mas sim reposicionamento, desde que se proceda a algumas adaptações» (Santos 2003: 69).

Ainda dentro da teoria sintática de Martinet, os monemas podem denominar-se i) sintagmas, quando, combinados com determinantes ou conetores, formam uma única unidade sintática (*o atleta, costuma ser cíclica, com nostalgia*)<sup>38</sup> e ii) sintemas, quando, derivados ou compostos, formam um único núcleo sintático (*petrolífero, palanquino, maquisarde, reestruturação, grupo-alvo*). Quer seja nominal, adjetival ou verbal, o posicionamento deste trabalho, em conformidade com Santos, que é «[n]o âmbito da sintaxe funcionalista, um sintagma será um conjunto de elementos – pelo menos dois monemas –, unidos entre si por relações sintáticas de determinação» (Santos 2003: 48).

Ao introduzir o conceito sintemas em linguística, Martinet supera as noções tradicionais de composição e derivação como tópicos exclusivos da lexicologia por os considerar unidades sintáticas ou relacionais e não apenas lexicais, ou seja, objeto da sintaxe e não exclusivamente da lexicologia. Assim, se, por um lado, «[o] primeiro traço comum a todos os compostos e a todos os derivados é a unidade semântica do complexo» (Martinet 2014: 154), admite-se, por outro lado, que «[a] única característica que devemos considerar é a de eles se comportarem, nas suas relações com os outros elementos do enunciado, exactamente como os monemas que aparecem nos mesmos contextos que eles» (Martinet 2014: 154). Desta feita, e tal como se refere mais adiante sobre a transposição, a morfologia, lexicologia, sintaxe e a semântica são disciplinas linguísticas complementares, porquanto a frase se forma através das relações de dependência e interdependência entre unidades gramaticais e lexicais, portanto, entre modalidades, monemas funcionais, sintagmas e sintemas. Um futuro desafio da tradição gramatical portuguesa poderá consistir em descrever as unidades do léxico como partes integrantes e estruturantes da frase, enunciado e do discurso, visto que são funcional e sintaticamente equivalentes a monemas e sintagmas.

---

<sup>38</sup> As duas ou mais unidades consecutivas de que falava o Mestre de Genebra: «Le syntagme se compose donc toujours de deux ou plusieurs unités consécutives» (Saussure 1985: 170). Nessa linha de Saussure e de toda a linguística estrutural europeia, um sintagma é formado por «[d]uas ou mais unidades significativas que sejam compatíveis, estabelecem entre si um determinado tipo de relação e formam uma unidade de análise sintáctica» (Fonseca 2013: 54).

Duas áreas disciplinares debruçam-se sobre essas noções linguísticas: i) a sintagmática, que se ocupa das relações de dependência interna e externa entre os sintagmas e ii) a sintemática cujo objeto de estudo «é a constituição do que se chama tradicionalmente novos radicais» (Martinet 1995: 225). A sintagmática e sintemática estudam as unidades do discurso ao nível da frase, portanto, ao nível da sintaxe. Isso permite justificar que sejam vistas como áreas disciplinares mais afetas à sintaxe e à semântica do que à fonologia, morfologia e à lexicologia, pois cabe à sintagmática e à sintemática o estudo relacional e dependencial das unidades mínimas que compõem o enunciado. Gutiérrez Ordóñez (1997a) tem vindo a apresentar uma proposta de subdivisão da sintagmática em duas áreas distintas: i) sintagmémica cujo objeto são as relações intra-sintagmáticas e ii) sintaxe cujo objeto são as relações inter-sintagmáticas. Nessa linha, e ainda numa eventual “ilha académica” dentro do funcionalismo europeu, situa-se Marçalo (2009) em Portugal.

No presente trabalho, considera-se ser pouco operatório, em termos de análise e descrição de fenómenos sintáticos, subdividir a sintagmática em sintagmémica e sintaxe. A proposta de Gutiérrez Ordóñez parece não reconhecer o princípio da “solidariedade conceitual” entre Genebra, Paris e Oviedo e a teoria dos procedimentos sintagmáticos do Círculo Linguístico de Praga: i) «[...] formes et fonctions sont solidaires, et il est difficile, pour ne pas dire impossible, de les séparer (Saussure 1985: 186)»; ii) [e]l acto sintagmático fundamental, que es simultáneamente el acto creador de la frase, es la predicación» (CLP 1970: 27).

Desta feita, e tal como já se terá assinalado em 1.2. com Tesnière (1988:50), formas e relações, categorias e funções, morfologia e sintaxe, sintaxe estática e sintaxe dinâmica são objeto de uma única disciplina, a sintaxe estrutural, que é, em essência, funcional, relacional e dependencial. De outros funcionalistas da linha teórica de Gutiérrez Ordóñez, como Hoyos-Andrade, Hernández Alonso e Alonso-Cortés, se compreende que as relações sintáticas ocorrem ao nível inter-sintagmático e intra-sintagmático:

Hay que distinguir, cuidadosamente, entre las relaciones sintácticas (signos sintácticos) y los monemas (signos léxicos) cuyas funciones (significados sintácticos) aquellas marcan. En otras palabras, las funciones sintácticas son ligaciones entre elementos significativos y no “maneras de comportarse de estos elementos” (Hoyos-Andrade 1992: 80).

La sintaxis funcional se forma a partir de un estudio sintagmático de la lengua, en diversos corpora diferentes diatópica, diastrática y diafásicamente (Hernández Alonso 1996: 33).

[...] una constituyente de una frase es una secuencia de una o más categorías que tiene cohesión sintáctica (Alonso-Cortés 2000: 364).

Assim sendo, a sintagmática, tal como é regra em sintaxe funcional, atua no domínio da determinação formal ou interna e externa ou relacional entre sintagmas na constituição da frase ou enunciado. Segundo as palavras de Santos, que interessam para os objetivos deste trabalho: «[...] fala-se então de uma determinação externa – a determinação inter-sintagmática, reservando-se a designação determinação interna ou intra-sintagmática para as relações internas ao sintagma» (Santos 2003: 55).

As modalidades não devem, com efeito, ser encaradas unicamente como inventários fechados ou operadores gramaticais, pois a sua função de unidade determinante é indispensável para as relações internas e externas entre sintagmas no enunciado e ajuda a compreender as fronteiras entre duas disciplinas linguísticas teorizadas por Martinet: a sintaxe funcional e axiologia ou semântica funcional. Coseriu dava conta, por exemplo, de que, em expressões como “o homem” e “mesas”, o monema *-o* é um atualizador e o monema *-s* é um pluralizador. São, no entanto, monemas com valores distintivos por contribuírem para a marcação dos significados “instrumental” e “estrutural” e por serem elucidativos de que as relações entre categorias e funções ocorrem ao nível da sintagmática, sintaxe, frase ou enunciado. Segundo o mesmo autor (Coseriu 1978: 137):

- i) Significado instrumental, «es decir, el significado de los morfemas, y, ello, independientemente de si son palabras o non; así, por ejemplo, *el*, en *el hombre*, tiene significado “actualizador”, y *-s*, en *mesa-s*, tiene el significado “pluralizador”».
- ii) Significado estrutural «(o *significado sintáctico* en sentido estricto), es decir, el significado que es propio de las combinaciones de unidades lexemáticas o categoremáticas con morfemas, dentro de la oración; por ejemplo: “singular”, “plural”, “activo”, “pasivo”, “imperfectivo”, “perfectivo”, etc.».

De acordo com os argumentos aduzidos acima, parece inegável reconhecer a transversalidade da sintaxe a várias disciplinas internas e externas da linguística. Casteleiro encara esta dimensão transversal da sintaxe como via descritivo-interpretativa para se chegar ao “âmago dos factos linguísticos”:

A sintaxe exige o concurso da Morfologia e da Fonética, como da Estilística ou da Semântica e até da Etimologia. Tudo isto se explica, afinal, porque a Sintaxe moderna, estudada funcionalmente, sente a necessidade de ser interpretativa, de ir até ao âmago dos fatos, de tentar surpreender na língua o espírito vivificador que a anima (Casteleiro 2014: 27-28).

## 2.2. Categoria, função e transposição

Já se dispõe de uma extensa e considerável produção especializada sobre a natureza e polissemia dos termos categoria e função (Martínez 1994a e b; Hernández Alonso 1996; Gutiérrez Ordóñez 1997a; Neves 1997; Santos 2003; Clairis, 2008; Marçalo 2009). De vasta tradição nos estudos linguísticos, o termo função tem sido estudado sob o ponto de vista externo ou situacional (informativo, referencial, apelativo, fático, metalinguístico) e sob o ponto de vista interno ou relacional (sintático, semântico e pragmático). Nesse sentido, «[t]anto la referencial como sus modalidades son funciones externas, pues constituyen relaciones entre la lengua y el mundo extralingüístico [...]. Pero hay también otro tipo de relaciones que no unen la lengua con la realidade exterior sino que, fundamentalmente, se establecen entre las propias unidades lingüísticas» (Martínez 1994a: 53-54). Um projeto de gramática da frase, como a presente proposta, é um estudo sobre as funções internas da linguagem.

A subdivisão da sintagmática em sintagmémica e sintaxe, difundida sobretudo por Gutiérrez Ordóñez (1997a) no mundo ibérico, permitiu que no quadro da linguística estrutural e funcional europeia se pudesse distinguir, num único conceito, categorias sintagmémicas de categorias sintáticas. As categorias sintagmémicas possuem um valor meramente formal, não relacional, externo à hierarquia e composição do enunciado. De modo inverso, as categorias sintáticas possuem valores informacionais, estruturais, relacionais, compositivos e vão para lá da simples natureza gramatical ou da conhecida dicotomia entre palavras variáveis e invariáveis. Atente-se no seguinte exemplo do *corpus*:

(10) Eduardo Paim foi o grande homenageado do cancionero popular [...] (JA. “Ela é bomba” vence na categoria de Semba”. 31 de janeiro de 2017).

A análise de cada unidade de (10) fora do nível das relações de dependência permite deduzir que as categorias sintagmémicas, gramaticais ou lexicais<sup>39</sup> são a face formal das unidades mínimas do discurso que, desprovidas de relações de dependência, não constituem estruturas informacionais sobre a realidade ou sobre a experiência. As unidades mínimas do discurso só constituem estruturas informacionais no nível inter-sintagmático onde, através da formação de cadeias hierárquicas, estabelecem relações de dependência. Com base nessas relações, e contrariamente às categorias sintagmémicas cuja classificação obedece a um quadro de referência previamente definido pela tradição gramatical ocidental, as categorias sintáticas, e

---

<sup>39</sup> Para o estudo das categorias na gramática da língua portuguesa, vd. Brito (2003: 326).

por extensão semânticas e pragmáticas, podem exercer vários papéis ou funções linguísticas no enunciado. Fiéis à conceção finalista e utilitária da língua, Martinet e, mais recentemente, Hernández Alonso e Clairis davam conta de que:

La función (...) es (...) lo que enlaza las unidades lingüísticas correspondientes a los elementos que ha sido necesario analizar la totalidad de la experiencia para poderla comunicar (Martinet 1978: 120).

El concepto de función de las unidades de la lengua viene a ser la misión y participación que un elemento aporta para que funcione un todo orgánico (Hernández Alonso 1996: 34).

O termo função será reservado para designar a natureza da relação entre duas unidades que possam sustentar entre si mais do que um tipo de relação (Clairis 2008: 59).

Do ponto de vista inter-sintagmático, a função sintática de uma unidade é definida pelas relações de determinação que estabelece com o núcleo da enunciação e não pela posição que ocupa na frase/enunciado. Concretizando: a categoria sintática *Eduardo Paim/O grande homenageado* é sujeito por ser o atualizador lexical do núcleo da enunciação (10a) e predicativo do sujeito por ser expansão lexical de um monema verbal copulativo (10b):

- (10) a. Eduardo Paim *foi* o grande homenageado.  
b. O grande homenageado *foi* Eduardo Paim.

Outras categorias sintáticas podem ocorrer nos espaços funcionais em que se encontram *Eduardo Paim* e *o grande homenageado* e exercerem as funções de atualizador lexical ou de expansão do núcleo da enunciação:

- (11) a. **Calabeto, Clara Monteiro, Dodó Miranda e Érica Nelumba constam da lista de cantores** (JA. “Ela é bomba” vence na categoria de Semba”. 31 de janeiro de 2017).  
b. **Anselmo Ralph realiza um pequeno concerto exclusivo** (*Idem*).

- (12) a. **Yola Semedo, Paulo Flores e Edmásia Mayembe lideram a lista dos artistas** (*Idem*).  
b. **As actuações representam a Música Pioneira de Angola** (*Idem*).

Quer dizer que as funções (sujeito, objeto) existem em si e não dependem das categorias sintáticas ou sintagmas que as preenchem (*Eduardo Paim, Calabeto, Paulo Flores, atuações; o grande homenageado, lista de cantores, pequeno concerto, música pioneira*). Os espaços relacionais potencialmente preenchíveis (sujeito, objeto) por unidades discursivas reais denominam-se functemas, signos funcionais ou funções linguísticas abstratas (Martinet 1985; Pottier 1978; Santos 2003; Marçalo 2009). Seguindo esses autores, as unidades discursivas reais (*Eduardo Paim, Calabeto; o grande homenageado, lista de cantores*), que preenchem ou ocupam os espaços funcionais, denominam-se functivos, signos léxicos ou funções linguísticas

concretas. Um functema, conforme se considerou acima, pode ser preenchido por um ou vários functivos<sup>40</sup>. Em forma de síntese, pode referir-se na sequência do que já se considerou na secção anterior que, em sintagmática, categorias e funções são unidades indissociáveis. Essa “solidariedade” conceitual constitui outra das conhecidas pontes teóricas entre Genebra, Paris e Oviedo:

[...] formes et fonctions sont solidaires, et il est difficile, pour ne pas dire impossible, de les séparer (Saussure 1985: 186).

**Il ne peut y avoir structure qu’autant qu’il y a fonction** (Tesnière 1988: 39).

Plus exactement, il faut, pour qu’on puisse identifier une fonction, qu’elle se manifeste de façon formellement perceptible (Martinet 1985: 172).

Función, estructura y sistema son inseparables (Hernández Alonso 1996: 34).

Em português e em outras línguas românicas como o espanhol e francês, um conjunto representativo de categorias sintáticas constitui unidades de “chegada” de categorias sintagmémicas que, pela adjunção de uma modalidade ou de um monema “conector”, sofreram reconversão da categoria gramatical de “partida”. Reapreciando os enunciados do exemplo (10), aduz-se que *grande* sem qualquer determinante é um adjetivo, categoria sintagmémica, unidade de partida; e *o grande*, com determinante, é um sintagma nominal, categoria sintática, unidade de chegada. As diferenças sintáticas também são conhecidas ao nível da gramática do português entre a unidade de partida/categoria sintagmémica (*grande*) e a unidade de chegada/categoria sintática (*o grande*): adjunto adnominal ou modificador restritivo; sujeito e predicativo<sup>41</sup>. A este processo de mudança de categoria ou reconversão sintática a linguística estrutural e funcional europeia tem atribuído a designação de transposição<sup>42</sup>. Assim, define-se, por um lado, transposição como um processo sintático que consiste em transferir «un mot plein d’une **catégorie** grammaticale dans une autre catégorie grammaticale, c’est-à-dire à transformer une espèce de mot en une autre espèce de mot» (Tesnière 1988: 364). Por outro, é um processo

---

<sup>40</sup> A distribuição estrutural dos functivos de enunciados do *corpus* será feita no item seguinte.

<sup>41</sup> As indecisões sobre a definição de uma terminologia sintática ainda persistem na lusofonia. Note-se que, para a função atributo, Cunha e Cintra (2014) e Bechara, fiéis à Nomenclatura Gramatical Brasileira (doravante, NGB) de 1958, adotam o termo adjunto adnominal, ao passo que a Terminologia Linguística para o Ensino Básico e Secundário (doravante, TLEBS) designa modificador restritivo. Essa é, de igual modo, a versão do *Dicionário Terminológico* (Casanova 2012), documento que, em 2007, viria a substituir a TLEBS (cf. Dicionário Terminológico on-line, sítio do Ministério da Educação).

<sup>42</sup> No modelo mais clássico, o mecanismo de transposição exige um transferendo (categoria de partida), um transferido (categoria de chegada) e um transpositor (unidade derivacional ou de dependência): «Transférénde, transféré et translatif sont ainsi les trois facteurs essentiels de la translation» (Tesnière, 1988: 367); «A este cambio de categoría se le llama transposición, y transpositor a la unidade que interviene para hacer posible la subordinación» (Martínez 1996a: 46).

intrínseco ao funcionamento e dinâmica das línguas através do qual a sintaxe terá deixado de significar representação formal da morfologia e a morfologia terá deixado de significar inventário de classes gramaticais fixas. Por outras palavras: «las lenguas tienen la posibilidad de producir modificaciones en las categorías con el fin de posibilitar que algunos sintagmas desempeñen determinadas funciones para las que no estaban capacitados» (Gutiérrez Ordóñez 1997a: 152).

Desta feita, a transposição faz da morfologia e da sintaxe áreas disciplinares afins à lexicologia e faz das línguas naturais sistemas de alternância, mudança e economia de estruturas do discurso: inventários abertos, dinâmicos e plurifuncionais. Este parece ser o tratamento dado ao conceito de gramaticalização noutras subcorrentes do pensamento linguístico funcionalista a par do eixo Martinet – Alarcos – Coseriu. No dizer de Neves, «[a] noção de gramaticalização, afinal, tem relação direta com a noção de que as gramáticas fornecem os mecanismos de codificação mais econômicos para aquelas funções da linguagem que os falantes mais frequentemente precisam cumprir» (Neves 1997: 130).

Os sintagmas a negrito nos enunciados de (13) são exemplificadores desse processo de mudança de categoria e de função:

(13) a. Fernando Heitor anunciou **a cessação** da sua militância na UNITA (JA. “Fernando Heitor deixa a UNITA”. 09 de março de 2016).

b. Num comunicado, **os contestatários** afirmam que Lucas Ngonda (JÁ. “Lucas Ngonda recebe apoio do Comité Central da FNLA”. 09 de março de 2016).

c. (...) o também economista confirmou que entregou uma carta ao presidente da UNITA a informar que não estava disponível a fazer **novamente** parte da lista de candidatos a deputados (JA. “Fernando Heitor deixa a UNITA”. 09 de março de 2016).

Há, nos enunciados dados, duas categorias sintáticas nominais deverbais (13a; 13b) e uma categoria adverbial deadjetival (13c). Nos dois primeiros casos, os então núcleos verbais ou parte do sintagma com função predicativa (*cessar, contestar*)<sup>43</sup> passam a núcleos nominais (*cessação, contestatários*) e com função de objeto<sup>44</sup> (13a) e sujeito (13b). O mesmo pode ser dito quanto ao sintema *novamente* (13c): de base morfológica adjetival e sintática atributiva (*novo*) adquire forma adverbial e função de modificador, de circunstancial<sup>45</sup>. Nesse sentido, «[i]l y a donc lieu de distinguer soigneusement les deux opérations. La première est le

---

<sup>43</sup> Categoria e função de partida.

<sup>44</sup> Categoria e função de chegada.

<sup>45</sup> Costa (2008) e Silva (2009) fazem uma das mais profundas radiografias sintáticas do advérbio em português.

**changement de catégorie** qui constitue la translation. Elle commande la seconde. La seconde est le changement de **fonction** qui en résulte [...]» (Tesnière 1988: 364).

Na linha dos autores espanhóis (Gutiérrez Ordóñez 1997a: 153-166; Martínez 1994a: 19-20), a transposição pode ser i) sintagmémica, sintética ou derivacional, quando a mudança de categoria ocorre ao nível intra-sintagmático/sintagmémico e somente através de afixos como em (13c)<sup>46</sup> e ii) sintagmática, analítica ou sintática quando a mudança opera ao nível inter-sintagmático através de um transpositor como nos enunciados *infra*<sup>47</sup>:

(14) a. **O ter-se** recebido o Prémio Nacional de Cultura é o reconhecimento pelo Estado angolano do valor de um trabalho realizado ao longo de seis anos pela Associação Tchiveka de Documentação (JAA. “Independência”. 22 de novembro de 2016).

b. Sempre consideramos **que** *as memórias são principalmente uma importante fonte para a elaboração da história* (Idem)

c. A produção literária **que se faz hoje já não é com certeza a mesma que se fazia na Geração da Mensagem** (JAAL. “Escritores Mediáticos na proa da fama efêmera de uma geração sem nome”. 14 de fevereiro de 2016).

Em (14), distinguem-se três transpositores, que constituem os traços marcados da transposição sintática: i) um monema determinante, que nominaliza a estrutura verbal que passou a exercer função sintática de sujeito (14a); ii) uma conjunção integrante (14b) e um pronome relativo (14c), que introduzem a “solidariedade” sintática entre duas estruturas e marcam a elevação de estruturas simples a estruturas complexas (orações substantivas e relativas). Desta feita, a ausência do transpositor faria de (14b) uma estrutura substantiva “reduzida” (na aceção de Peres e Mória 1995: 81) e de (14c) uma estrutura adjetiva “reduzida”<sup>48</sup> respetivamente, tal como aparecem, agora, representadas em (15):

(15) a. Sempre consideramos *as memórias uma importante fonte para a elaboração da história*.

b. A produção literária *feita hoje já não é com certeza a mesma*.

Claro que, do ponto de vista funcional, os enunciados de (14) e (15) são variantes estruturais que permitem assinalar a riqueza e diversidade de estratégias comunicativas de que os falantes de uma dada comunidade linguística dispõem para expressarem a sua experiência do mundo. Gutiérrez Ordóñez (1997a: 153) afirmava recorrentemente que a transposição também podia

---

<sup>46</sup> Transposição não marcada, zero ou sem transpositor em Tesnière «Il arrive que la translation ne soit marquée par rien. Dans ce cas, nous dirons que le marquant de la translation est zéro, c’est-à-dire qu’il y a **translation sans translatif**» (Tesnière 1988: 380).

<sup>47</sup>A lista dos transpositores sintáticos do português é composta por artigos, preposições, pronomes relativos e conjunções subordinativas.

<sup>48</sup> Designação praticamente não documentada na literatura de especialidade.



causar mudança de classe a certos monemas: um verbo de sintaxe preposicional/regência indireta ((16) e (18)) passa a ser de sintaxe não preposicional/regência direta ((17) e (19)); um verbo, cujo argumento era o objeto oblíquo ((16) e (18)), passa a selecionar objeto direto ((17) e (19)):

(16) a. Os amantes da modalidade estão sensibilizados para pagar o mínimo que seja para **assistir ao espetáculo**? (JD. “Custódio sai com o dever cumprido”. 17 de novembro de 2016).

b. [...] poderá ter a oportunidade de **assistir a uma grande partida de futebol entre dois gigantes do Girabola** (JD. Arqui-rivais defrontam-se mais uma vez”. 20 de novembro de 2016).

(17) a. A organização criou condições para os grupos poderem dançar a vontade e o público estar acomodado para **assistir o que cada um preparou** (JÁ. “Grupo de carnaval na disputa do pódio”. 24 de fevereiro de 2017).

b. Uma jornada, a exemplo da quarta, disputada no pretérito fim-de-semana, em que se **assistiram excelentes jogos de futebol, com as equipas a proporcionar espetáculos desportivos acima da média** (JD. “FAF em dia de decisão”. 08 de março de 2017).

(18) [...] devem **lembrar-se**, com certeza, **da jovem que circulava na escola com a sua viola** (JÁ. “Ângela Ferrão volta à Trienal. Cantora prepara lançamento no mercado do seu segundo CD “Minhas raízes”. 27 de março de 2017).

(19) a. **Lembro-me** que quando miúdo ia aos Estádios assistir aos jogos e via o Lourenço a erguer (JD. “Empresa IBPR amplia iniciativa”. 20 de dezembro de 2017).

b. Aquando da minha estada em solo português, pude **aperceber-me** que o Benfica e o FC do Porto estão em pé de guerra (JD. “FAF em dia de decisão”. 08 de março de 2017).

Sem qualquer foco prescritivo que, aliás, não é o objeto deste trabalho, tal mudança de classe demonstra a instabilidade funcional inerente às línguas naturais, instabilidade sobretudo no campo de regências preposicionais. Pelas razões aduzidas na secção anterior sobre a divisão da sintagmática em sintagmémica e sintaxe proposta por Gutiérrez Ordóñez e fiéis ao também já mencionado princípio da “solidariedade conceitual” da linguística estrutural europeia, o presente trabalho poderá manter o termo *categorias* para designar relações de determinação intra-sintagmáticas e os termos *sintagmas* e *funções* para designar relações de determinação inter-sintagmáticas em vez de categorias sintagmémicas e sintagmáticas ou sintáticas. Pelas mesmas razões, contrariamente à proposta de subdivisão da transposição em derivacional e sintática, considera-se que no âmbito da sintagmática, que é o da sintaxe estrutural, seria mais produtivo do ponto de vista operativo distinguir uma transposição sintática (sintética e analítica) de uma transposição semântica ou axiológica. Com este “novo conceito”, a linguística funcional do eixo Paris - Oviedo preencheria um vazio ainda observado sobre a descrição e explicação de fenómenos semânticos e axiológicos (alteração de significado) ao nível das relações de determinação interna e externa ao sintagma. Neste sentido, a transposição

semântica, axiológica ou transcategorização significativa<sup>49</sup> poderá ser correlata, por exemplo, à semantização, conceito gramatical enquadrado no funcionalismo do eixo Inglaterra – Holanda – Estados Unidos da América e definido como «[] a alteração semântica pela qual um item passa durante o seu processo de gramaticalização» (Reis 2017: 116).

Da possível síntese sobre a pertinência da transposição para o presente trabalho: distinção formal entre estruturas completivas finitas plenas e transcategorizadas; estruturas completivas finitas com preposição necessária e reanalisadas (Fonseca e Suelela 2017: 135-138); descrição, reapreciação e sistematização sintático-semântica das classes gramaticais de nomes, adjetivos e verbos superiores de estruturas completivas finitas atestados no *corpus*, sob o prisma mudança de classe gramatical *vs.* mudança da função sintática do argumento; semantização estrutural *vs.* dessemantização<sup>50</sup> estrutural.

### 2.3. Das funções sintáticas

Conforme se referiu na subsecção anterior, as funções sintáticas, situadas no domínio interno de uma língua, são as relações de determinação ou dependência que os sintagmas ou grupos sintagmáticos estabelecem entre si para a comunicação e expressão da experiência. No quadro da teoria linguística e gramatical adotada para o presente trabalho, entre as funções sintáticas o predicado é o núcleo de toda a enunciação, o constituinte «irréductible d'un énoncé» (Martinet 1985: 87) através do qual «se organizarán todos los demás» (Martinet 1978: 148)<sup>51</sup> e «convergem todas as cadeias de determinação de um enunciado» (Clairis 2008: 89). Deste modo, o sujeito é essencialmente um atualizador morfológico ou lexical do predicado (Alarcos Llorach 1984: 257; Martínez 1999: 26-27).

*Ad dita* às conceções exclusivamente semânticas, «[...] le sujet n'est pas nécessairement le thème central de l'énoncé. Ce qui permet d'identifier cette fonction, c'est, le plus souvent, une certaine position, par rapport au verbe, du nominal qui l'assume» (Martinet 1979: 158). Por

---

<sup>49</sup> No âmbito da semiótica de inspiração greimasiana, fala-se de uma transposição gestual cuja pertinência operativo-conceitual contribui para a explicação de aspetos semânticos e imagéticos intrínsecos à vida cultural dos signos, como a semantização e a simbolização. Conforme assinala Barros: «Os dois outros tipos de transposição gestual caracterizam a língua de sinais: a passagem das categorias visuais gestuais, constitutivas da forma da expressão do mundo natural, a categorias da forma do conteúdo da língua de sinais; a iconização do plano da expressão. A primeira transposição é a que Greimas preconiza para a constituição da dimensão figurativa do plano do conteúdo de qualquer língua natural» (Barros 2010: 4).

<sup>50</sup> Conceito retomado e desenvolvido em 5.3.1.

<sup>51</sup> Do núcleo da enunciação surgem as expansões ou satélites sintáticos: «Soit deux monèmes dans un rapport de détermination, l'un, le noyau, pouvant exister sans l'autre, l'autre, le satellite, ne pouvant subsister dans le contexte en l'absence du premier, à moins d'être transféré dans une autre classe» (Martinet 1985: 113).

consequente, pode considerar-se o sujeito como um constituinte “preexistente” no enunciado em contextos em que ocorre como atualizador morfológico ou gramatical do predicado e expansão obrigatória ou argumento externo em contextos em que ocorre como atualizador lexical do predicado. Martinet definia expansão como «[...] qualquer elemento que acrescentado a um enunciado não modifica as relações mútuas nem a função dos elementos pré-existent» (Martinet 2014: 149). Assim sendo, os demais constituintes oracionais, como o complemento direto, indireto, oblíquo, predicativo do sujeito ou do complemento direto, indireto e oblíquo, que ocorrem por subordinação da valência do predicado, são igualmente expansões do predicado.

Mais do que acréscimo ou reforço léxico-semântico do monema ou sintagma predicativo, as expansões surgem das relações de determinação inter-sintagmática nas quais o núcleo predicativo é o sintagma determinado e a expansão o sintagma determinante, porquanto, e conforme refere Clairis, «o núcleo central é o núcleo relacional para o qual convergem todas as cadeias de determinação de um enunciado, o núcleo em torno do qual se ligam todos os outros elementos» (Clairis 2008: 89). É à luz disso que em sintaxe funcional o princípio da determinação é e poderá continuar a ser definido como a i) «relação sintáctica constitutiva do *sintagma*, da *frase* e da *função sintáctica*» (Santos 2003: 48) e ii) como «el tipo de relación que existe entre un monema, cuya presencia depende de la existencia de otro, llamado núcleo (o centro del sintagma), y ese núcleo» (Hoyos-Andrade 1992: 74). A determinação é, desta feita, um processo de hierarquia, relação e de dependência entre unidades da frase, enunciado ou discurso.

Pela função de atualizador morfológico do predicado e de «não-omissibilidade incondicional e absoluta» (Fonseca 2013: 77), aduz-se que designações, como “sujeito omissor”, “sujeito subentendido” ou “sujeito inexistente”, são válidas unicamente na interface didático-pedagógica da língua e não na interface investigativa ou teórico-descritiva da língua.

De acordo com as relações de determinação entre sintagmas do enunciado das quais se formam as expansões ou satélites sintáticos, a oração encaixada de estruturas substantivas<sup>52</sup> é uma expansão do predicado da oração matriz ou subordinante, hipótese que pode ser aferida quer com o mecanismo de redução/nominalização de estruturas substantivas (14b) e (15a), quer com

---

<sup>52</sup> Não foram referenciadas as orações adjetivas e adverbiais por não ocorrerem por exigência da valência do predicado, porquanto, e conforme é sabido, as primeiras são sintaticamente atributos e as segundas adjuntos adverbiais.

estruturas completivas correlatas, completivas finitas sem transpositor ou reduzidas (20) e completivas finitas com transpositor ou plenas<sup>53</sup>:

(20) a. O ministro **realçou** *os progressos alcançados pelos Estados--membros da CPLP na luta contra a fome (...)*. (JÁ. “Manuel Vicente e Temer têm encontro em Brasília”. 31 de dezembro de 2016).

b. João Lourenço **considerou** *Luanda a dama mais cobiçada do país e com muitos pretendentes*. (JÁ. “Pré-campanha tem início em Dezembro”. 06 de novembro de 2016).

(21) a. João Paulo Costa **realçou** *que a equipa é constituída por jogadores guerreiros*. (JD. “O triunfo da paciência sobre o imediatismo”. 03 de novembro de 2016).

b. Edmundo Rocha **considera** *que o modelo de conduta cívica do cónego Manuel das Neves inscreve-se na perspectiva (...)*. (JAAL. “Cónego Manuel das Neves, um dos paladinos do nacionalismo moderno angolano”. 14 de fevereiro de 2017).

Em (20) e (21), o complemento direto ocorre como um constituinte, expansão ou argumento interno do monema verbal (*realçou*, *considerou*). É sabido que, em português, há um conjunto de restrições funcionais/compatibilidades sintáticas que determinam a seleção das expansões do predicado. Note-se, a título de exemplo, que o complemento direto<sup>54</sup> ocorre por seleção de monemas verbais transitivos diretos, como *criar* de (17a); o complemento indireto por seleção de monemas verbais transitivos indiretos (acusativos e dativos), como o verbo *dar* de (22); o complemento oblíquo<sup>55</sup> por seleção de monemas verbais transitivos indiretos oblíquos, como o verbo *assistir* quando preposicionado (16b) e o predicativo do sujeito por seleção de monema verbal de cópula, como *ser* (14a)<sup>56</sup>:

(22) (...) sem **dar** *espaços ao adversário*, revelaram ambição de ampliar o marcador. (JD. “Militares triunfam em tarde de falhanços”. 27 de fevereiro de 2017).

Por outro lado, situam-se os predicativos dos complementos direto, indireto e oblíquo<sup>57</sup> que ocorrem por seleção de monemas verbais transitivos predicativos. Fora da órbita ou valência verbal, encontram-se os adjuntos adverbiais, o atributo ou modificador restritivo e o aposto ou modificador explicativo. Na gramática do português, os modificadores restritivos e explicativos são igualmente denominados por constituintes predicativos secundários adjuntos (Gonçalves e Raposo 2013:1185-1186). Os constituintes predicativos podem ser expansões selecionadas

---

<sup>53</sup> Martinet (1985: 87) empregou o termo *predicatóide* para denominar o(s) predicado(s) da(s) oração(ões) subordinada(s).

<sup>54</sup> Implemento na gramática funcional espanhola.

<sup>55</sup> Suplemento na gramática funcional espanhola.

<sup>56</sup> Este é um quadro meramente hipotético, portanto, não é plenamente real e funcional. É o contexto discursivo que determinará a sua natureza sintática. Assim sendo, partilha-se da visão de Marçalo, na sequência de outros autores, de que «[d]eve-se falar de usos copulativos de verbos e não de verbos copulativos, pois mesmo os verbos de significação mais concreta podem ser usados como copulativos» (2009: 121).

<sup>57</sup> Constituintes predicativos secundários selecionados em Gonçalves e Raposo (2013: 1185-1186).

quando ocorrem por exigência da valência do monema verbal - predicativo do complemento direto, indireto e oblíquo - e expansões não selecionadas quando não ocorrem por exigência da valência do monema verbal - atributo e aposto. Neste segundo grupo, enquadram-se os adjuntos adverbiais.

Uma vez que as expansões resultam de relações de determinação primárias e secundárias (Santos 2003: 55-56) ou primárias e não primárias (Hoyos-Andrade 1992: 80), distinguem-se dois tipos de expansões:

- i) primárias, quando se encontram ligadas direta ou imediatamente ao monema ou sintagma verbal ou «[c]uando la expansión del núcleo predicativo resulta en elemento ligado directamente a él» (Hoyos-Andrade 1992: 80). Assim, na gramática do português e espanhol, são expansões primárias o sujeito, os complementos direto, indireto e oblíquo e o predicativo do sujeito; os predicativos do complemento direto, indireto e oblíquo;
- ii) secundárias, quando «elementos cuyas funciones no constituyen ligaciones directas con el núcleo predicativo (Hoyos-Andrade 1992: 80). O quadro das funções secundárias é composto pelos adjuntos adverbiais e pelos modificadores restritivos e explicativos. Em espanhol, tal como em português, «los adjetivos en función de epítetos y también los sustantivos (y advérbios) cuando funcionan como determinantes nominales» (Hoyos-Andrade 1992: 85) são expansões secundárias ou não primárias.

Por ocorrer fora da valência ou órbita do monema verbal, o complemento nominal ou determinativo é um determinante nominal, portanto, uma expansão primária de um monema ou sintagma nominal. Do ponto de vista estrutural, são conhecidos os diferentes modelos de representação e visualização de funções sintáticas da linguística estrutural e funcional europeia (Tesnière 1988; Martinet 1971 e 1985; Hoyos-Andrade 1992; Gutiérrez Ordóñez 1997b). Para o presente trabalho, importa o modelo de Hernández Alonso (1996: 76) cuja adaptação e aplicação ao português foi recentemente feita por Fonseca (2013: 70-76). De acordo com esse modelo, as frases simples e complexas apresentam cinco funções ou espaços funcionais que podem ser preenchidos por cinco functivos: F<sub>1</sub> (sujeito), F<sub>2</sub> (complemento direto), F<sub>3</sub> (complemento indireto), F<sub>4</sub> (complemento oblíquo e adjunto adverbial) e F<sub>5</sub> (predicativos, expansões primárias e secundárias). Assim, em construções como (16a), (18), (21b) e (22), que agora são retomadas em (23), (24), (25) e (26), há as seguintes funções sintáticas:

---

(23) [Os amantes da modalidade]<sub>F1</sub> **estão** [sensibilizados]<sub>F5</sub>.

[SV] → F<sub>1</sub>+F<sub>5</sub>

---

(24) [...] devem **lembrar-se** [, com certeza,]<sub>F4</sub> [da jovem]<sub>F4</sub> [que circulava na escola com a sua viola]<sub>F5</sub>.

[SV] → F<sub>1</sub>+F<sub>4</sub>+F<sub>4</sub>+F<sub>5</sub>

---

(25) [João Lourenço]<sub>F1</sub> **considerou** [Luanda]<sub>F2</sub> [a dama mais cobiçada do país e com muitos pretendentes]<sub>F5</sub>.

[SV] → F<sub>1</sub>+F<sub>2</sub>+F<sub>5</sub>

---

(26) [...] sem **dar** [espaços]<sub>F2</sub> [ao adversário]<sub>F3</sub>, revelaram ambição de ampliar o marcador.

[SV] → F<sub>1</sub>+F<sub>2</sub>+F<sub>3</sub>

---

Em (23), ocorrem duas funções à volta do núcleo verbal: F<sub>1</sub> (sujeito, expansão primária) e F<sub>5</sub> (predicativo do sujeito, expansão predicativa primária). A estrutura sintática de (24) é mais complexa que a anterior, nela ocorrendo três funções à volta do núcleo predicativo: F<sub>4</sub> (adjunto adverbial, expansão secundária), F<sub>4</sub> (complemento oblíquo, expansão primária) e F<sub>5</sub> (atributo, expansão predicativa secundária). A retoma de (24) em (27) parece ilustrar a marginalidade sintática do adjunto adverbial (primeiro F<sub>4</sub>) e do atributo (F<sub>5</sub>):

(27) [...] devem lembrar-se [da jovem]<sub>F4</sub>.

A supressão de F<sub>4</sub> (adjunto adverbial) e F<sub>5</sub> (atributo) terá dissipado as reservas funcionais que ainda prevaleciam sobre a natureza de expansão sintática de orações adverbiais e adjetivas: são, de facto, expansões cuja formação resulta de relações secundárias de determinação. Assim, as diferenças funcionais entre F<sub>5</sub> predicativo do sujeito (23), F<sub>5</sub> atributo (24) e F<sub>5</sub> predicativo do

complemento direto (25) agora são bastante visíveis e pontuais na estruturação frásica: o primeiro (predicativo do sujeito) e o terceiro (predicativo do complemento direto) são expansões primárias, porque fazem parte da valência do monema verbal, ao passo que o segundo (atributo) é uma expansão secundária porque a sua ocorrência não é determinada pela valência do monema ou sintagma determinado. Por isso, é um constituinte sintático periférico. Atente-se, novamente, no contraste entre as três construções:

(28) a. Os amantes da modalidade **estão** [sensibilizados]<sub>F5</sub>.

b. [...] devem **lembrar-se** da jovem [].

c. João Lourenço **considerou** [Luanda]<sub>F2</sub> [a dama mais cobiçada do país e com muitos pretendentes]<sub>F5</sub>.

O predicado não aparece no quadro das funções descrito acima por ser o centro e o ponto de partida de todas as relações de determinação sintático-discursiva ou, conforme refere Santos, por ser «uma espécie de núcleo duro (e ao mesmo tempo, ponto zero) à volta do qual se origina a frase» (Santos 2003: 56). Cabe assinalar, igualmente, que as funções F<sub>1</sub>, F<sub>2</sub>, F<sub>3</sub> e F<sub>5</sub> podem ser preenchidas por functivos ou sintagmas nominais e adjetivais<sup>58</sup>. A função F<sub>4</sub> complemento oblíquo pode ser preenchida por functivos nominais preposicionados, contrariamente à função F<sub>4</sub> adjunto adverbial que pode ser preenchida por functivos ou sintagmas adverbiais<sup>59</sup>. Com esta breve sinopse, parece cada vez mais provável que as futuras gerações de linguistas venham a lembrar-se da sintaxe estrutural de Tesnière (1988) como a pedra angular da teoria sintática de Martinet e Alarcos Llorach. Em forma de síntese do estudo sobre a gramática funcional, a secção 2.3.1. seguinte tem como objeto a descrição de noções de sintaxe nuclear e sintaxe periférica no âmbito da linguística estrutural e funcional europeia.

### 2.3.1. Núcleo e periferia: conclusão do estudo

Conforme se referiu na secção anterior, as relações de determinação entre sintagmas num enunciado ocorrem em torno de uma unidade central. As mesmas são feitas em cadeias de hierarquias, porquanto a unidade central, monema ou sintagma superior, é determinado lexical e semanticamente por uma unidade inferior, determinante ou expansão, portanto, «o elemento que acrescentado a um enunciado não modifica nem as relações mútuas, nem a função dos elementos preexistentes» (Mounin 1975: 125).

---

<sup>58</sup> Adota-se, aqui, o conceito de nomes da tradição gramatical latina, que abarca substantivos, adjetivos e pronomes (vd. Stock 2009).

<sup>59</sup> Cf. o quadro de compatibilidade entre funções e categorias sintáticas em Marçalo (2009: 161).

Na sequência do que já se aludiu sobre a natureza da expansão relativamente à incidência direta ou indireta ao núcleo, é possível distinguir em português e em outras línguas românicas, como o espanhol e francês, dois tipos de funções ou expansões sintáticas: i) funções ou expansões sintáticas nucleares, as que se formam de relações de determinação primária com o monema ou sintagma predicativo, como o sujeito, os complementos direto, indireto e oblíquo, o predicativo do sujeito e os predicativos do complemento direto, indireto e oblíquo; ii) funções ou expansões sintáticas periféricas ou marginais, as que se formam de relações de determinação secundárias ou não primárias, como o atributo, aposto e o adjunto adverbial. Esta subdivisão das funções sintáticas permite distinguir igualmente uma sintaxe nuclear ou central de uma sintaxe periférica ou marginal:

Em torno do núcleo central de um enunciado, o estudo das funções assume toda a sua dimensão. Por coerência metodológica, é necessário distinguir uma zona central, que estará sob a influência directa do núcleo central, e uma zona periférica, geralmente facultativa para a construção da mensagem (Clairis 2008: 87).

Na terminologia de Bechara, as funções nucleares constituem termos argumentais do enunciado pela relação que estabelecem com o predicado, conforme se aduziu: «[é] oportuno lembrar também que um termo argumental o é por motivação das características sintáticas e semânticas da relação predicativa, e não apenas pelo conteúdo designado» (Bechara 2009: 413). Pode admitir-se níveis de centralidade entre as expansões primárias segundo as relações de determinação que estabelecem com o monema ou sintagma predicativo: o sujeito, quando funciona como atualizador léxico-semântico do predicado, é uma expansão [+ central] que as outras expansões nucleares por ser a «relação gramatical do argumento do predicador a que é dada maior proeminência sintáctica» (Duarte 2003: 281). Em outras palavras, o sujeito, contrariamente às outras funções, só é uma expansão quando funciona como atualizador léxico-semântico do predicado.

A periferia sintática dos adjuntos adverbiais aparece descrita na gramática do português pelo “fraco grau de ligação” com o monema ou sintagma verbal: «[o]s constituintes com a função de adjunto adverbial não são seleccionados pelo verbo, pelo que apresentam um fraco grau de ligação com este» (Gonçalves e Raposo 2013: 1183). Este parece ser o comportamento sintático dos aditamentos ou complementos circunstanciais na gramática espanhola:

- i) Se refieren en general a las circunstancias varias en que se producen o realiza la noción léxica a que alude la raíz del núcleo verbal. A veces, son como el marco en que se encuadran las relaciones de se núcleo e los otros adyacentes (Alarcos Llorach 1984: 258);



- ii) [...] circunstanciales, elementos externos a la predicación, puesto que no están seleccionados (Bosque 1990:19).

Na periferia oracional, também se situam, muito embora no nível pragmático da língua, as construções com tópico marcado e que têm sido objeto de um corpo significativo de estudos na gramática do português (Duarte 1987 e 2013; Brito, Duarte e Matos 2003). Na linha destes trabalhos, tópico não marcado é aceção semântica do sujeito - «expressão linguística sobre que se diz alguma coisa» (Duarte 2013: 401), ou seja, o sintagma que coincide e estabelece relações gramaticais de sujeito, ao passo que tópico marcado é o sintagma que não estabelece relações gramaticais de sujeito:

Em línguas de proeminência de sujeito como o português, quando o mesmo acumula a relação gramatical de sujeito com o papel discursivo [...], chama-se-lhe **tópico não marcado**; quando o tópico frásico não tem a relação gramatical de sujeito [...], denomina-se **tópico marcado** (Brito, Duarte e Matos 2003: 491).

Talvez fosse mais recomendável opor tópico não marcado a tópico marcado pela natureza de relações de determinação que estabelece com o núcleo da enunciação, em vez de centrar a análise no sujeito. Essa estratégia de análise e descrição permitiria distinguir constituintes sintáticos ou pragmáticos [+] integrados / [+] dependentes de constituintes sintáticos ou pragmáticos [-] integrados / [-] dependentes do núcleo da enunciação. Neste sentido, as já referidas expansões secundárias ou periféricas são tópicos frásicos. Tal é o caso das orações subordinadas substantivas apositivas, adjetivas restritivas e explicativas e adverbiais por serem sintagmaticamente functivos que exercem funções secundárias (aposto<sup>60</sup>, atributo e adjunto adverbial).

Em forma de conclusão, pode considerar-se que, com as relações de determinação primárias e secundárias, o falante procura expressar e representar realidades essenciais e acessórias da experiência. Assim sendo, mais do que mera tentativa de sistematização das unidades sintagmáticas da frase, as duas áreas da sintaxe, nuclear e periférica, são determinantes para a pertinência comunicativa e para a expressão da experiência do falante.

---

<sup>60</sup> Completivas e adjetivas apositivas.

**CAPÍTULO III**  
**DA COMPLEMENTAÇÃO FINITA**

Ao longo dos dois primeiros capítulos, foram feitas várias referências à complementação finita. Interessa, no presente capítulo, descrever a natureza estrutural e funcional desse subtipo de subordinação oracional no quadro da teoria sintática martiniana e alarciana e da literatura linguística portuguesa e brasileira. Será um capítulo relativamente sintético, mas poderá trazer uma abordagem complementar aos trabalhos formalistas (Casteleiro 1981; Campos 2016) e discursivo-funcionais (Sousa 2007; Santana 2010) sobre estruturas completivas finitas em português.

### 3.1. Complementação oracional

Na teoria sintática de Martinet e Alarcos Llorach, a complementação oracional forma-se através das relações de determinação e de transposição sintagmática entre as unidades da primeira articulação, podendo, por isso, ser definida quer como um mecanismo de determinação do núcleo predicativo da oração principal, quer como um mecanismo de elevação de estruturas simples a estruturas complexas por meio de um transpositor integrante. Atente-se no seguinte exemplo<sup>61</sup>:

(29) a. Todos nós reconhecemos **que as Igrejas Cristãs sempre souberam cumprir o seu papel espiritual e social** (JAAL. “A Igreja dignidade a prática dos valores morais”. 01 de abril de 2017).

Em (29), a oração subordinada (*que as Igrejas Cristãs sempre souberam cumprir o seu papel social*) ocorre como sintagma determinante da oração subordinante, o sintagma determinado (*todos nós reconhecemos*). Ainda dentro do modelo gramatical em que o presente trabalho aparece inserido, a complementação oracional pode ser vista como um mecanismo i) de preenchimento de um dos espaços funcionais (funcivos) requeridos pelo núcleo predicativo da oração principal e ii) e de expansão lexical por subordinação (functema) do núcleo predicativo da oração principal «caracterizada pelo facto de a função do elemento acrescentado não aparecer também num elemento pré-existente dentro do mesmo âmbito» (Martinet 2014: 150-151). No exemplo (29), e em outros do mesmo tipo, a oração completiva representa um functema F<sub>2</sub> do núcleo predicativo da oração principal, mas pode igualmente representar um functema F<sub>1</sub> (30), F<sub>4</sub> (31) e F<sub>5</sub> (32). Não se integra neste quadro “completivas F<sub>3</sub>” pelo facto de que na língua portuguesa «[...] o objeto indireto não se pode apresentar sob forma oracional»

---

<sup>61</sup> As denominadas completivas subjetivas são uma exceção a este princípio porque «funcionam como “eixo determinado” da matriz» (Barros 1985: 315).

(Lima 1992: 264), bem como pelo facto de que «[a] única função sintática aparentemente não atestada em orações é a de complemento indirecto» (Barbosa 2013: 1825).

O quadro descrito acima não é diferente do quadro da gramática espanhola. Se em Gili Gaya (1980: 294) “vengo a que me paguen” é uma “oracione complementaria indirecta”, Alarcos Llorach, fruto do seu trabalho de análise e confronto de usos linguísticos reais, entende que «son raros los casos en que una oración degradada *que* cumpla la función de objeto indirecto» (Alarcos Llorach 1982: 329). Por isso, não terá sido em vão que, depois de 30 anos, as então orações completivas objetivas indirectas de Cunha e Cintra (1984-2014), cujo exemplo mais conhecido era “não me esqueço/**de que estavas doente**”, apareçam na 21ª edição (2014) designadas como orações completivas objetivas oblíquas. Com base nisso, poderá carecer de uma reapreciação o quadro sintático sobre a complementação finita descrito em Casteleiro segundo o qual «as interrogativas indirectas introduzidas por *se* apenas funcionam como objecto directo, enquanto as iniciadas por *que* integrante desempenham também as funções sintáticas de sujeito e objeto indirecto» (1981: 106). Voltando aos exemplos que ilustram o comportamento da complementação oracional na gramática funcional da linha de Martinet e discípulos:

(30) a. É certo **que não existem jogos iguais** (JD. “Cestos para a final”. 28 de abril de 2017)  
b. É evidente **que** /quando se trabalha bem administrativa e desportivamente/ **os resultados sempre aparecem** (JD. “Antigo treinador do Maquis realça equilíbrio no Girabola”. 29 de abril de 2017).

(31) a. [...] o jogador tem de mentalizar-se **de que o futebol não é só quando se está em campo** (JD. “Pintar promete uma equipa melhor”. 26 de dezembro de 2016).  
b. A Guerra fria versus Guerra Civil enquanto ordem planetária fez **com que haja ausência da soberania e a falta de Estado em Angola** (JAAL. “Dilêmbé: o pensamento político de José Eduardo dos Santos”. 01 de abril de 2017).

(32) a. A verdade é **que dos poucos jogos que fiz o meu talento emergiu** (JD. “Lateral Pataca deixa Kabuscorp”. 16 de dezembro 2016).  
b. E a verdade é **que passados meses e várias diligências realizadas continuamos a ver milícias passearem-se por vastas regiões da RDC** (JÁ. “Memórias de Paulo Kussy retratadas em obras de arte”. 22 de abril de 2017).  
c. Como a ideia é **que as crianças possam manusear os livros** (JAAL. “A Cremilda de Lima”. 19 de dezembro de 2016).

Enquanto functema F<sub>1</sub>, a oração completiva funciona como «sujeito léxico, es decir, como expansión semántica directa del sujeto morfológico» (Martínez 1999: 60). Na terminologia sintática de Martinet (1985: 87), o sintagma verbal da oração subordinada completiva (e por extensão das outras orações subordinadas) não constitui um predicado, mas, sim, um

predicatóide por ser uma unidade integrante da expansão lexical do núcleo da oração subordinante. Vinte anos antes da publicação da *Syntaxe Générale*, Martinet já pensava que «[o]s monemas subordinados de forma predicativa (o núcleo das «proposições subordinadas») não podem ser assimilados a verdadeiros predicados por lhes faltar o carácter de não-marginalidade e de independência que considerámos constituir o traço característico do predicado» (Martinet 2014: 152)

Nesta conformidade, entende-se que com o conceito de predicatóide e com outros já arrolados ao longo do presente trabalho, como a transposição e determinação, a sintaxe martinetiana e alarquiana, contrariamente à sintaxe tradicional, permite que se faça a análise e descrição de frases ou enunciados exclusivamente no plano da hierarquia e dependência entre functemas. Daí que «[u]ma sucessão de “orações subordinadas” será portanto vista como uma sucessão de expansões à volta de um único sintagma verbal núcleo predicativo» (Santos 2003: 51).

À luz do exposto no parágrafo anterior, a subordinação<sup>62</sup>, enquanto estratégia linguística integrada de progressão do discurso, será encarada como um mecanismo de determinação e expansão de um sintagma determinado, o núcleo da oração regente. Nas palavras de Mounin e Hernández Alonso:

A **subordinação** (definição igualmente mais ampla) é [...] o tipo de expansão em que o segmento que se acrescenta ao enunciado não tem a mesma função sintáctica que o elemento preexistente ao qual se vai ligar (Mounin 1975: 126).

[...] podemos concebir la subordinación, por un lado, como el proceso de inserción (o de expansión, si el planteamiento es analítico) del un elemento o funtivo como adyacente, incidente o modificador del otro nuclear; y por otro, como el procedimiento de inserción, por recursividad, de un funtivo en un hueco funcional que no le corresponde naturalmente (Hernández Alonso 1996: 88).

As duas definições sobre a subordinação citadas acima, que têm mais de 20 anos de intervalo, demonstram a evolução do funcionalismo martinetiano por influência do funcionalismo alarquiano, pois, segundo se depreende de Mounin e Hernández Alonso, a subordinação é respetivamente um processo de expansão de functivos determinantes e de mudança de um funtivo determinado da sua posição habitual. As orações completivas subjetivas ou F<sub>1</sub> são, conforme terá dado conta Barros (1985: 315), um exemplo desta evolução do funcionalismo martinetiano pelo facto de, e contrariamente às outras construções completivas e construções subordinadas (adjetivas e adverbiais) que são functivos determinantes, funcionarem como

---

<sup>62</sup> No corpo de estudos produzidos no âmbito da linguística portuguesa descritiva, interessa ter presente o trabalho de Isabel Lopes (2006).

sintagma ou functivo determinado da oração superior, deslocado, portanto, da sua posição habitual. No formalismo desta gramática e manipulando os enunciados de (30), o predicado precede o sujeito:  $\acute{E}$  certo<sub>□</sub> **que não existem jogos iguais**<sub>F1</sub> >  $\acute{E}$  certo<sub>□</sub> a existência de jogos iguais<sub>F1</sub> > A existência de jogos iguais<sub>F1</sub> é certa<sub>□</sub>;  $\acute{E}$  evidente<sub>□</sub> **que os resultados sempre aparecem**<sub>F1</sub> >  $\acute{E}$  evidente<sub>□</sub> a aparição dos resultados<sub>F1</sub> > A aparição dos resultados<sub>F1</sub> é evidente<sub>□</sub>.

As metodologias de descrição de fenómenos da “fala” nem sempre são as mesmas dentro de uma mesma escola ou corrente linguística. Na gramática discursivo-funcional, por exemplo, a complementação finita é definida como um mecanismo de expressão e manifestação de atos de fala, pois, em conformidade com Austin (1989) e Searle (1981), se entende que «falar uma língua é executar actos de fala, actos como: fazer afirmações, dar ordens, fazer perguntas, fazer promessas, etc. e, num domínio mais abstracto, actos como: referir e predicar» (Searle 1981: 26)<sup>63</sup>. Segundo este modelo gramatical, os enunciados de ((29) e (30)) aqui retomados em (33) representam “orações completivas assertivas” e os de (34) representam “orações completivas compromissivas”:

(33) a. Todos nós reconhecemos *que as Igrejas Cristãs sempre souberam cumprir o seu papel espiritual e social*.

b.  $\acute{E}$  certo *que não existem jogos iguais*.

c.  $\acute{E}$  evidente *que /quando se trabalha bem administrativa e desportivamente/ os resultados sempre aparecem*.

(34) a. Queremos que os nossos bancos comerciais comprem dinheiro (JÁ. “Bons negócios com a China”. 08 de novembro de 2016).

b. [...] não quer *que o “vírus” crie tentáculos entre nós* (JA. “A globalização da indiferença”. 12 de março de 2017).

Considerando o valor ilocutório de “mando” e “persuasão” expresso nos predicadores da oração subordinante, os enunciados de (35) representam “orações completivas ilocutórias diretivas”:

(35) a. Nataniel Mingas ordenou que os executores levassem a viatura usada pelas vítimas (JA. “Vendedoras ambulantes recebem kits”. 09 de março de 2017).

b. [...] exige *que se redobrem os esforços para conter as irregularidades* (JA. “Polícia apreende trinta mil litros de combustível na fronteira do Luvo”. 20 de novembro de 2016).

São, portanto, os vários valores ilocutórios assumidos pelos falantes no ato da fala que os motivarão a produzir enunciados assertivos ou que expressem verdades, como no exemplo (33); compromissivos ou que expressem desejos, assunção de responsabilidades, como no exemplo

---

<sup>63</sup> Esta parece ser a linha metodológica do mais recente estudo sobre a complementação na gramática da língua portuguesa (Barbosa 2013: 1832).

(34) ou diretivos ou que expressem pedidos, ordens, resposta a uma preocupação, como no exemplo (35). As pontes conceituais e metodológicas entre o “funcionalismo sintático” e o “funcionalismo pragmático” serão indispensáveis para a apresentação de um quadro de referência global sobre a complementação oracional finita na norma angolana do português do ponto de vista das funções linguísticas, um legado de Praga à linguística contemporânea. Já se terá feito referência que o “funcionalismo sintático”, teorizado e difundido por Martinet em Paris e depois desenvolvido e difundido por Alarcos, dá maior relevância à descrição sintagmática das unidades da frase por partir do princípio de que os sintagmas, os functivos e functemas são unidades duplamente articuladas: possuem uma face fônica e significativa e, por isso, são verdadeiros signos linguísticos. O “funcionalismo pragmático”, cuja versão mais recente é a gramática discursivo-funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008), dá maior ênfase à análise das unidades do discurso enquanto cadeias representacionais de atos de fala. Recorrendo a palavras de quem trabalha sobre a complementação atenta aos princípios desta subcorrente do pensamento linguístico funcionalista:

O tratamento funcionalista da subordinação completiva está em geral mais voltado para as motivações semântico-pragmáticas em torno do predicado do estado de coisas independente do que para as regras puramente estruturais que permitem gerar construções sintaticamente complexas a partir da relação entre predicado e complemento (Santana 2010: 42).

Interessa agora rever a complementação oracional na literatura linguística portuguesa e brasileira, a fim de se precisar e clarificar os principais conceitos-chave e operatórios do presente trabalho.

### **3.2. Complementação finita na literatura linguística portuguesa e brasileira**

Feita a descrição da complementação oracional no âmbito do pensamento linguístico funcionalista, caberá na presente subsecção descrever o quadro de referência deste subtipo de subordinação oracional na literatura linguística portuguesa e brasileira. Depois do trabalho de Casteleiro (1981) - *Sintaxe transformacional do adjetivo: regência das construções completivas* -, a linguística portuguesa descritiva foi pouco produtiva relativamente a estudos sobre relações de complementação oracional. O objeto dos trabalhos de Marques (1995) – *Sobre o valor dos modos conjuntivo e indicativo em português* - e de Santos (2003) - *Os usos do conjuntivo em português: uma proposta de análise sintáctica e semântico-pragmática* – é a flexão modal e não a complementação oracional. As construções formadas por relações de complementação aparecem referidas nestes dois trabalhos por serem um dos contextos mais

significativos de alternância modal indicativo – conjuntivo e igualmente por serem um dos principais contextos de ocorrência do conjuntivo subordinado. Acredita-se que um dos trabalhos mais recentes desenvolvidos no domínio da linguística portuguesa cujo objeto são as relações de complementação oracional seja *Sequências de tempo em completivas finitas: restrições semânticas e efeitos na aquisição*, de Gonçalves *et al.* (2013). Uma das novidades deste trabalho é o facto de introduzir na linguística portuguesa descritiva as noções de dependência temporal, tal como descritas por Bosque (1990) na linguística espanhola descritiva.

Os trabalhos acima distinguem-se pelo enfoque teórico e metodológico que adotam: os de Casteleiro (1981) e Gonçalves *et al.* (2013) foram elaborados segundo o formalismo linguístico; o de Marques (1995) foi elaborado sem qualquer filiação linguística; o de Santos (2003) segundo o funcionalismo linguístico martinetiano com pontes conceituais com outras correntes do funcionalismo. Na literatura linguística brasileira, são dignos de realce os seguintes trabalhos sobre a complementação oracional: i) *Gramaticalização das construções completivas: o caso do complemento oracional introduzido por Se*, de Sousa (2007); ii) *Relações de complementação no português brasileiro: uma perspectiva discursivo-funcional*, de Santana (2010); iii) *Funcionalismo e cognitivismo na sintaxe do português: uma proposta de descrição e análise de orações subjetivas*, de Sperança-Crisculo (2014); iv) *As orações completivas nas variedades lusófonas*, de Souza (2014). Estes trabalhos, contrariamente aos da linguística portuguesa descritiva, atentam unicamente ao funcionalismo linguístico pragmático ou discursivo-funcional.

Por outro lado, e visando compreender o quadro geral da complementação oracional em português, recorreu-se a algumas gramáticas tradicionais e descritivas portuguesas e brasileiras<sup>64</sup>. Fruto da leitura contrastiva e complementar entre a literatura linguística e gramatical, produzidas em Portugal e no Brasil, será possível apresentar um quadro que permita descrever as propriedades categoriais e funcionais das orações completivas em português em geral e no PA em particular.

A generalidade dos enunciados estudados na subsecção anterior ilustram ser a complementação na literatura linguística e gramatical portuguesa e brasileira, um fenómeno de dependência oracional entre uma oração subordinante, considerada principal, regente, superior ou matriz, e

---

<sup>64</sup> Destacam-se, entre outras, as gramáticas de Cunha e Cintra (1984), Barros (1985), Lima (1992), Neves (2000), Bechara (2009), Castilho (2010), Bagno (2011).



uma oração subordinada, regida ou encaixada que exerce valor morfológico e função sintática de um nome ou sintagma nominal. A oração subordinante pode ser representada por um núcleo nominal, adjetival ou verbal pertencente a diferentes classes semânticas, como a dos nomes, adjetivos ou verbos epistémicos ((30) e (32)), causativos (31a), volitivos (34), deônticos (35), declarativos (36) ou psicológicos (37)<sup>65</sup>:

(36) a. O ministro Pitra Neto **disse** *que a formação profissional da juventude consta dos principais objetivos do Executivo* (JA. “Formação no feminino dá poder às mulheres”. 08 de março de 2017).

b. Em resposta, o presidente do partido **informou** *que desconhecia a convocação da reunião* (JA. “Lucas Ngonda recebe apoio do Comité Central da FNLA”. 09 de março de 2017).

(37) a. [...] o presidente do Democrático partido **lembrou** *que os autores da sua pretensa destituição são os mesmos* (JA. “Bloco define estratégia”. 09 de março de 2017).

b. João Baptista Borges **lembrou** *que este sector corresponde à estrutura básica* (JA. “Aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca”. 12 de março de 2017).

Considerando que a «ligação entre a frase superior e a frase completiva faz-se através de certos morfemas» (Casteleiro 1981: 108), a «seleção do tipo de oração completiva está diretamente ligada ao tipo semântico do predicado encaixador» (Santana 2010: 119), o «estudo das frases completivas finitas mostra que há restrições de natureza semântica quanto às combinações de tempos» (Gonçalves *et al.* 2013: 435) e respetivamente que a «oração subordinada transposta substantiva aparece inserida na oração complexa exercendo funções próprias do substantivo» (Bechara 2009: 464), aduz-se que a caracterização das orações completivas na literatura linguística portuguesa e brasileira assenta nas seguintes propriedades gramaticais: (i) transpositores; (ii) função sintática; (iii) modo verbal; (iv) estrutura interna e (v) dependência temporal. Assim sendo, interessa, desde já, rever a natureza estrutural e funcional do subtipo de subordinação oracional em estudo dentro deste quadro de referência.

### 3.2.1. Completivas conjuncionais e não conjuncionais

A primeira propriedade gramatical acima expressa, transpositores, permite uma distinção das orações completivas em finitas e infinitivas ou, segundo Castilho (2010: 356), em orações completivas conjuncionais e não conjuncionais. As orações completivas finitas ou conjuncionais, contrariamente às infinitivas ou não conjuncionais, i) são introduzidas pelos transpositores *que* e *se*, ii) apresentam em geral uma forma verbal no modo indicativo ou conjuntivo e iii) admitem a realização de um sujeito *que*, relativamente à oração matriz, pode ser referencialmente disjunto (36b) ou correferente (37). Só as orações completivas infinitivas

---

<sup>65</sup> A natureza semântica do núcleo predicativo da oração matriz será descrita em 3.2.3

flexionadas partilham desta característica sintática das orações completivas finitas pelo facto de não admitirem restrições referenciais entre o sujeito da oração matriz e o sujeito da oração subordinada:

(38) a. Infelizmente, a arbitragem parece *estar em sentido contrário* (JD. “Erros de arbitragem já fazem morada”. 09 de março de 2017).

b. [...] Pintar da Silva diz *estar preparado para outro desafio* (JD. “João Pintar orientou os maquisardes até à sétima jornada e aguarda por nova proposta”. 29 de abril de 2017).

(39) a. Outro motivo de realce a registar aqui é o facto de essas mesmas formações *estarem em igualdade pontual na tabela classificativa* (JD. “Arqui-rivais defrontam-se mais uma vez”. 20 de novembro de 2016).

b. Não estão em causa os resultados, o essencial é *estarmos preparados muito bem* [...] (JD. “Ekren Asma está satisfeito com a equipa”. 16 de janeiro de 2017).

Dos exemplos acima é possível asserir que as orações completivas infinitivas não flexionadas (38) impõem restrições referenciais entre o sujeito da oração matriz e o sujeito da oração subordinada<sup>66</sup>, contrariamente às orações infinitivas flexionadas (39) cuja composição estrutural permite correferência (39a) e disjunção (39b) entre o sujeito da oração matriz e o da oração subordinada. Os diferentes contextos de ocorrência da complementação oracional expressos em ((38) e (39)) e na generalidade dos exemplos estudados parecem ilustrar, por conseguinte, que as orações completivas finitas são variantes estruturais das orações completivas infinitivas (Casteleiro 1981: 245-246; Barbosa 2013: 1828-1829) e vice-versa. Podem igualmente ocorrer como variantes estruturais de orações completivas finitas as construções designadas orações completivas reduzidas (Peres e Mória 1995: 81) ou transcategorizadas (Fonseca e Suelela 2017: 135-138), seleccionadas normalmente por verbos transitivos diretos predicativos e formadas através da nominalização do argumento interno do predicado da oração matriz. Atente-se no contraste entre os seguintes exemplos:

(40) a. Quanto aos preços, o responsável **considerou** *que a fábrica pratica uma política de preços razoável* (JÁ. “Móvel de qualidade fabricada em Luanda”. 16 de dezembro de 2016).

b. Edmundo Rocha **considera** *que o modelo de conduta cívica do cónego Manuel das Neves inscreve-se na perspectiva* [...]. (JAAL. “Cónego Manuel das Neves, um dos paladinos do nacionalismo moderno angolano”. 14 de fevereiro de 2017).

(41) a. João Lourenço **considerou** *Luanda a dama mais cobiçada do país e com muitos pretendentes*. (JÁ. “Pré-campanha tem início em Dezembro”. 06 de novembro de 2016).

---

<sup>66</sup> Por ser um constituinte lexicalmente nulo, o sujeito da oração subordinada «é frequentemente interpretado como sendo correferente com um argumento interno da oração principal» (Barbosa 2013: 1828).

b. O responsável **considera preocupante a situação** e disse que os casos de violência contra a mulher no país têm atingido proporções alarmantes [...]. (JA. “Centenas de casos registrados”. 02 de dezembro de 2016).

Em (40), o argumento interno do predicado da oração matriz é uma estrutura elevada, desenvolvida (Lima 1992: 264) ou plena (Peres e Mória 1995: 81) cujo traço mais marcante é a presença do transpositor integrante. Em (41), pelo contrário, o argumento interno do predicado é uma estrutura integrada ou nominalizada, processo que terá resultado da transcategorização (Fonseca e Suelela 2017: 135) ou gramaticalização (Santana 2007: 90) do transpositor e dos restantes sintagmas internos ao núcleo predicativo da estrutura matriz. A gramaticalização é, tal como a transposição, um mecanismo de criação e dinamismo linguístico por ser um processo «acompanhado de mudanças funcionais e semânticas e também, nalguns casos, de mudanças formais que podem alterar profundamente a forma dessa unidade» (Mendes 2013: 249). Isto permite justificar o facto de que «na literatura sobre gramaticalização ficam situados no mesmo nível fenômenos tais como erosão fonética, descategorização/recategorização morfológica, ampliação de empregos sintáticos, perda semântica» (Castilho 2003: 2). A parte desenvolvida (*e disse que os casos de violência contra a mulher no país têm atingido proporções alarmantes*) de (41b) parece evidenciar que se terá partido de uma estrutura complexa para uma estrutura simples ou de uma estrutura simples para uma estrutura complexa, característica de que partilha o enunciado de (42) atestado igualmente no *corpus*:

(42) a. Nesse discurso, o candidato republicano **reforçou a questão da ilegitimidade da democrata e disse que, se ela for eleita, “isso vai criar uma crise constitucional sem precedentes”** (JA. “Trump vai à frente de Hillary Clinton”. 03 de novembro de 2016).

Não obstante, as equivalências sintáticas entre as orações completivas finitas plenas e orações completivas finitas transcategorizadas são notórias nos dois últimos exemplos estudados: predicado + complemento direto + predicativo do complemento direto (40); predicado + complemento direto + predicativo do complemento direto (41). A par disso, reconhecem-se algumas impossibilidades de paráfrase entre completivas finitas e infinitivas, porquanto, e segundo faz constar Barbosa (2013: 1828), monemas verbais como *ousar* e *trabalhar* (este em construção perifrástica) só ocorrem em estruturas infinitivas. Parece que os monemas verbais volitivos, como é o caso de *querer*, apresentam maior grau de restrição estrutural e funcional na regência de estruturas completivas: selecionam completivas finitas somente em contextos de disjunção de sujeito (42b) e completivas infinitivas (42c) e reduzidas (42d) somente em contextos de correferência de sujeito (Santana 2010: 143):

(42) b. “**Quero** *que os outros também concretizem o sonho da casa própria*”, disse o soba visivelmente emocionado (JA. “Famílias desfavorecidas receberam casas no Soyo”. 15 de dezembro de 2016).

c. [...] o Ministério da Saúde **quer** *fazer chegar a oferta dos serviços de saúde mais próximo da comunidade* (JA. “Salários vão ser reajustados”. 24 de novembro de 2016).

Em (42b), ocorre disjunção entre o sujeito da oração subordinante e o da subordinada, apresentando-se como uma construção plenamente funcional em português. Em (42c), o sujeito nulo da oração subordinada completiva infinitiva é interpretado como sendo correferente ao sujeito da oração subordinante, propriedade sintática típica do português e das demais línguas românicas que admitem construções de sujeito nulo (Duarte 2003: 610). Assim, e na trilha de Santana (2010: 143), são plenamente funcionais em português as orações completivas exemplificadas ((42b), (42c) e (42d)), ao passo que as completivas exemplificadas em ((42e), (42f) e (42g)) não são funcionais:

(42) d. Ministro **quer** *universidades mais produtivas* (JA. “Ministro quer universidades mais produtivas”. 28 de novembro de 2016).

e. \*João **quer** *que ele relate os últimos acontecimentos* (Santana 2010: 143).

f. \*João **quer** *Pedro relatar os últimos acontecimentos* (*Idem*).

Assinale-se, por último, que em português «[s]e o sujeito da oração completiva for expresso por um pronome pessoal, este será interpretado preferencialmente como não-correferencial ao da oração principal, mesmo que seja da mesma pessoa gramatical» (Neves 2000: 346). A particularidade semântica do transpositor integrante permite, num segundo plano, uma distinção das orações completivas finitas em i) declarativas, quando introduzidas pelo transpositor *que* e apresentam traços sémicos de asserção ou de verdade<sup>67</sup>, como na maioria dos exemplos estudados e ii) interrogativas indiretas, também denominadas interrogativas totais ou globais (Duarte 2003: 597; Barbosa 2013: 1835), quando introduzidas pelo transpositor *se* e apresentam traços sémicos de incerteza ou irrealidade. Nesta conformidade, pode considerar-se com Sousa e Santana que:

[...] o conteúdo de uma oração introduzida por *se* é, assim, sempre do tipo que pode ser, mas que nunca é, verdadeiro ou falso, afirmativo ou negativo» (Sousa 2007: 85).

Orações introduzidas por *que* e *se* se diferenciam em alguns aspectos: a conjunção *se*, diferentemente de *que*, introduz complementos oracionais correspondentes a uma interrogativa polar indireta e tem forma idêntica à conjunção que introduz oração adverbial condicional. Além disso, diferentemente dos complementos com *que*, o valor de verdade dos complementos oracionais introduzidos por *se* é hipotético e, portanto,

---

<sup>67</sup> A asserção é neste particular um traço sémico geral desse subtipo de orações completivas finitas. É sabido que quando o núcleo regente é [+ ] irreal/ [+ ] hipotético a completiva declarativa é semanticamente não assertiva ou irreal.

não se define e nem pode ser pressuposto como factual/não factual (Santana 2010: 134-135).

As completivas introduzidas por *se* são, tal como já se referiu, «une interrogation formulée sous forme de proposition subordonnée» (Tesnière 1988: 553). Os resultados obtidos por Neves (2000: 345) e Santana (2010: 135) apontam um possível quadro de restrição categorial e sintática relativamente ao funcionamento das orações completivas introduzidas por *se* pelo facto de serem argumento interno sobretudo de predicados indicadores de dúvida ((34b) e (43))<sup>68</sup> e inquirição (44):

(43) a. **Não sabe** *se de facto as embaixadas têm capacidade de apoiar os grupos* (JAAL. “30 anos a trabalhar um sonho”. 11 de novembro de 2016).

b. Na verdade, **não sei** *se serei capaz de satisfazer as expectativas* (JA. “A globalização da indiferença”. 12 de março de 2017).

(44) a. **Questionado** *se gostava de continuar a vestir as cores do clube lunda na próxima temporada futebolística* (JD. “Zé Augusto deixa Sagrada Esperança”. 14 de dezembro de 2016).

b. **Perguntam-me** *se o funge deve ser retirado da dieta de um atleta* (JA. “Especialistas ajudam atletas”. 30 de abril de 2017).

Com valor idêntico a de um argumento nominal, têm sido consideradas orações completivas finitas os grupos oracionais introduzidos por transpositores relativos e adverbiais *que*, conforme sublinha Bechara (2009: 465), são orações interrogativas e exclamativas parciais que terão perdido a respetiva força ilocutória. Desta feita, destacam-se, por um lado, as orações completivas interrogativas pronominais (Peres e Móia 1995: 88-89) ou parciais (Barbosa 2013: 1835), como nos exemplos de (45), e, por outro, as orações completivas exclamativas parciais, como nos exemplos de (46):

(45) a. Até não consigo entender **como** *é possível eles reivindicarem o direito de votar nas eleições da FAF*, quando não o fizeram pela APF (JD. “Eles não podem tomar esta posição”. 24 de novembro de 2016).

b. Não sei **qual** *a capacidade das mesmas*, porque nada foi avançado a esse respeito (JD. “Estádio 4 de Janeiro beneficia de bancadas”. 25 de fevereiro).

c. Até o final da tarde (de ontem), vamos saber **quantos** *países estão para vir a fim de decidirmos sobre o arranque da actividade amanhã (hoje)* (JD. “Ausências adiam Zonal IV”. 28 de abril de 2017).

(46) a. [...] os galardoados mostraram-se satisfeitos com os troféus alcançados, disseram que tais distinções demonstram **quão** *aplicados estiveram em favor da causa do futebol nacional* (JD. “Presidente Carlos Hendrick recebeu troféu”. 30 de novembro de 2016).

b. Em termos globais, o ténis tem dado passos significativos e que podem nos ilustrar **o quão** *longe podemos ir caso sejam cumpridos todos os pressupostos* (JD. “Tempos novos”. 20 de janeiro de 2017).

---

<sup>68</sup> Que, em regra, podem ser epistémicos ou declarativos negativos.

c. O vice-prefeito Adilson Pires, que representou o prefeito Eduardo Paes, referiu que a atribuição do prémio prova **o quanto o Rio de Janeiro é harmónico** (JAAL. “UNAP celebra Cultura e Artes”. 12 de fevereiro de 2017).

### 3.2.2. Completivas argumentais e não argumentais

Podendo as orações completivas «funcionar como sujeito léxico, es decir, como expansión semántica directa del sujeto morfológico» (Martínez 1999: 60), facilmente se depreende que em português e em outras línguas românicas, como espanhol e francês, a oração completiva finita representa uma expansão ou argumento do núcleo predicativo da oração regente ou superior. Assim, são frequentemente atestadas, por um lado, orações completivas subjetivas ou de sujeito, como nos exemplos (47) e, por outro, i) orações completivas objetivas diretas ou de complemento direto, como em ((45) e (46)); ii) orações completivas oblíquas (relativas em Bechara 2009: 483; Lima 1992: 264), como em (48) e iii) orações completivas predicativas ou de predicativo, como em (32) aqui retomados em (49):

(47) a. Recorde-se *que Tiger Woods foi durante muitos anos considerado o melhor jogador do mundo* (JA. “Tiger Woods volta a jogar”. 01 de dezembro de 2016).

b. É verdade *que o plantel também se colocou do seu lado* (JD. “Na corda bamba”. 01 de novembro de 2016).

c. É bom *que anualmente façamos consultas regulares* (JA. Cuidados com a saúde”. 31 de janeiro de 2017).

(48) a. Temos tendência a gostar só *dos que são da nossa família* (JAAL. “A nossa crítica”. 14 de novembro de 2016)

b. A existência de várias rádios [...] faz *com que as pessoas, por falta de tempo e devido à correria diária que os grandes centros urbanos impõem, comecem a distanciar-se cada vez mais* [...] (JAAL. “A Webnotícia como ferramenta de divulgação da literatura “. 19 de dezembro de 2016).

c. Esse atraso [...] obrigou a *que estejamos numa espécie de repetição daquilo* que foram os esforços feitos após a proclamação da Independência Nacional, 41 anos atrás. (JA. “Um momento especial”. 10 de novembro de 2016).

(49) a. A verdade é *que dos poucos jogos que fiz o meu talento emergiu*.

b. E a verdade é *que passados meses e várias diligências realizadas continuamos a ver milícias passearem-se por vastas regiões da RDC*.

São igualmente atestadas em português orações completivas apositivas ou de aposto que aparecem separadas da oração matriz «por vírgula ou dois pontos» (Neves 2000: 338), estrutura que, em muitos casos, «mesmo com verbo em forma finita, pode prescindir da conjunção integrante» (Neves 2000: 338), como nos exemplos de (50):

(50) a. Pessoas singulares estão sempre a dizer-lhes: “*Obrigado. Eu reconheço o vosso trabalho*” (JAAL. “30 anos a trabalhar um sonho”. 11 de novembro de 2016).

b. “É uma promessa do Presidente: *se vencerem vou dar uma viatura nova a cada jogador*” (JD. “Elefantes e Leopardos travam jogo de “barba rija””. 20 de janeiro de 2017).

Os enunciados de (50) ilustram a possibilidade de elipse ou omissão do “transpositor integrante” em estruturas completivas finitas em português, fenómeno frequente e atestado em vários períodos da história do português (Martins 1994; Bechara 2009; Barbosa 2013; Doriela 2016). Independentemente da elipse do transpositor, o verbo estará «sempre em uma forma finita» (indicativo ou subjuntivo) (Neves 2000: 334). Para Lima (1992: 267), as orações de (50), bem como outras do mesmo tipo, denominam-se completivas justapostas por não serem formalmente construções desenvolvidas nem reduzidas<sup>69</sup>. Entretanto, e tal como já se referiu em 3.1., são dificilmente atestadas em português e espanhol orações completivas com função de complemento indireto (cf. Lima 1992: 264; Barbosa 2013: 1825; Alarcos Llorach 1994: 328). Assim sendo, são funcionalmente atestáveis em português cinco tipos de orações completivas argumentais: subjetivas, objetivas diretas, oblíquas, predicativas e apositivas. Para os objetivos do presente trabalho, interessará, neste e nos capítulos sobre análise e descrição do *corpus*, estudar três subtipos funcionais de orações completivas, nomeadamente completivas F<sub>1</sub> ou de sujeito, F<sub>2</sub> ou de objeto direto e F<sub>4</sub> ou de objeto oblíquo quer pelo facto de serem, por um lado, i) estruturas que se formam das relações de determinação primária com o monema ou sintagma central da enunciação e, por outro lado, pelo facto de ii) a completiva F<sub>5</sub> ou de aposto ser uma manifestação descontínua da completiva subjetiva, como se sabe (cf. Santos 2003: 360) e, portanto, estrutura resultante de relações de determinação secundária com o monema ou sintagma central da enunciação. As completivas F<sub>4</sub> ou de objeto oblíquo são estruturas exemplificadoras de que em linguística “forma e função são solidárias”.

Em termos de produtividade no *corpus* constituído da imprensa escrita angolana, as completivas objetivas tiveram (89%) maior rendimento funcional que as completivas subjetivas (7%) e oblíquas (4%) (cf. Tabela 3, *infra*). Este resultado é revelador de que o português é, conforme reconhece Castilho (2010: 357), uma língua de base nominativo-acusativa pelo facto de o *corpus* atestar maior produtividade no sistema de orações completivas objetivas diretas que os outros subtipos funcionais, por um lado e, por outro, pelo facto de serem unidades formalmente representadas por todas as orações completivas interrogativas totais e pela generalidade das

---

<sup>69</sup> Este não é, por exemplo, o entendimento de um funcionalista como Alarcos para quem a subordinação deve necessariamente ser marcada por um transpositor exposto: «[...] Se trata de grupos de oraciones yuxtapuestas. Solo serían oraciones complejas si se introdujese um transpositor» (Alarcos Llorach 1994: 325).

completivas introduzidas pelo transpositor *que*, cujo sintagma determinado é um verbo transitivo direto ou bitransitivo pertencente a diferentes classes semânticas. As completivas subjetivas são normalmente introduzidas por i) verbos na voz passiva analítica ou impessoal (47a) e ii) por construções formadas por um verbo copulativo + um monema nominal (47b) ou adjetival (47c) (cf. Duarte 2003: 606-608; Bechara 2009: 484; Castilho 2010: 357). As completivas oblíquas são, por seu turno, selecionadas por monemas ou sintagmas verbais de sintaxe preposicional (48) e por um corpo de monemas e sintagmas nominais e adjetivais de sintaxe preposicional e semanticamente [+] epistémicos (51), [+] doxáticos (52a) ou [+] sensitivos (52b):

(51) a. Não restam **dúvidas** *de que Bangão é um artista insubstituível* (JAAL. “O fim da solidão da BD angolana”. 22 de novembro de 2016).

b. [...] principalmente **a tese** *de que as grandes obras começam aprendendo* que as dificuldades são para serem ultrapassadas (JAAL. “30 anos a trabalhar um sonho”. 11 de novembro de 2016).

(52) a. Tenho **esperanças** *de que vou conseguir tão cedo* (JD. “Zé Augusto deixa Sagrada Esperança”. 14 de dezembro de 2016).

b. A banalização da morte e a **insensibilidade** *de que uma guerra se cobre são estados de espírito* (JAAL. ““Viver e morrer em Angola " O livro triste de Paulino Soma”. 14 de fevereiro de 2017).

A posição habitual das orações completivas finitas em português é depois do núcleo regente. Este padrão posicional «deve-se a uma tendência mais geral da língua para colocar os constituintes mais longos e complexos em posição final» (Barbosa 2013: 1886). As completivas F<sub>1</sub> podem gramaticalmente aparecer antes do núcleo regente, encontrando-se na ordem marcada e passando a funcionar cumulativamente como sujeito e tópico oracional (Neves 2000: 340; Castilho 2010: 359), dado que, e conforme prevê Bosque no âmbito da gramática espanhola, «los modos verbales que aparecen en oraciones subordinadas substantivadas preverbiales están seleccionadas en la posición no marcada, es decir, la posición interna al sintagma verbal y luego antepuestos a la posición preoracional de los elementos tematizados» (Bosque 1990: 20):

(52) c. **Que a Maria não tenha vindo à festa** *surpreendeu o João* (Duarte 2003: 606).

d. **Que eles apareçam na festa** *não nos convém absolutamente nada* (Barbosa 2013: 1887).

### 3.2.3. Completivas assertivas e não assertivas

Apesar de a propriedade “modos verbais” ser um assunto complexo e controverso em matéria de complementação oracional, reconhece-se que a literatura linguística produzida em português (Azevedo 1976; Marques 1995; Santos 2003) e em espanhol (Bosque 1990; Ahern 2008) sobre a alternância modal indicativo vs. conjuntivo em estruturas completivas finitas permite dar



conta de uma possível distinção semântico-pragmática (e até axiológica) entre i) orações completivas assertivas, quando o verbo da oração encaixada está flexionado no modo indicativo e ii) orações completivas não assertivas, quando o verbo da oração encaixada está flexionado no modo conjuntivo. É sabido, desde Jeronymo Soares Barboza, que o indicativo, contrariamente ao conjuntivo, é o modo da «linguagem directa, afirmativa, e determinante das mais linguagens indirectas e subjectivas do periodo» (Barboza 1830: 202). Desta citação do primeiro gramático português de orientação de Port-Royal, é possível aduzir que o indicativo é o modo da asserção, informação ou enunciação de evidências e o conjuntivo o modo não assertivo, hipotético ou, axiologicamente, «le mode de la ‘non-affirmation’» (Barbosa 1998: 77). Mais esclarecedoras parecem ser as palavras de Ignacio Bosque: «al haber establecido que las aserciones se construyen siempre con verbos en indicativo, será bastante sorprendente que la única clase de excepciones a la afirmación de que las no-aserciones se construyen en subjuntivo incluyera complementos oracionales que fueran de mandato o de duda» (Bosque 1990: 153). Assim sendo, as i) orações completivas assertivas ou de indicativo são as que expressam evidências, noções objetivas ou mundos reais, como no exemplo (52) aqui representado em (53) e ii) as orações completivas não assertivas ou de conjuntivo são as que expressam incertezas, noções subjetivas ou mundos possíveis, como no exemplo (54):

(53) a. Tenho esperanças de *que vou conseguir tão cedo*.

b. A banalização da morte e a insensibilidade de *que uma guerra se cobre são estados de espírito*.

(54) a. É compreensível *que as autoridades e a sociedade civil se preocupem com as questões ambientais* (JA. “A defesa do ambiente”. 02 de novembro de 2016).

b. (...) o partido pretende *que os cidadãos continuem a depositar confiança no seu programa de governação* (JA. “Pré-campanha tem início em Dezembro”. 06 de novembro de 2016).

Os contextos de ocorrência das completivas assertivas e não assertivas em português (e em outras línguas românicas como o espanhol) são determinados por vários fatores. Uma vez que, e para além da literatura linguística que se mencionou acima, este assunto também já foi bem tratado na literatura gramatical portuguesa (Duarte 2003: 599-605; Barbosa 2013: 1840-1847) e brasileira (Neves 2000; Castilho 2010: 339), cabe referir que o uso das orações completivas assertivas ou não assertivas depende, essencialmente, da modalização do enunciado por parte do falante que pode assumir tanto uma atitude de certeza como de dúvida, possibilidade, desejo ou obrigação. As orações completivas assertivas, por conseguinte, são selecionadas por predicadores associados à modalidade epistémica que pode ser expressa pela generalidade dos monemas ou sintagmas predicativos declarativos, cognitivos, psicológicos sensitivos e perceptivos, como no exemplo (55); as completivas não assertivas são selecionadas por

predicadores associados à i) modalidade volitiva (erotérica na terminologia adotada em Marques 1995: 110), que expressa desejo ou vontade (56a), ii) deôntica, que expressa dever, ordem ou pedido (56b), iii) avaliativa, que expressa juízo de valores (56c) ou causal, como em (56d)<sup>70</sup>:

(55) a. [...] o treinador **disse** *que os atletas estão há quatro meses sem receber os seus ordenados* (JD. “Na corda bamba”. 01 de novembro de 2016).

b. **É evidente** *que não se trata apenas dos dois jogadores*, trata-se dos jogadores e das pessoas que os rodeiam (JD. “Mourinho quer jogadores corajosos”. 08 de novembro de 2016).

c. **Recordamos** *que [...] o Governo decidiu criar Zonas Económicas Especiais* (JA. “Móvel de qualidade fabricada em Luanda”. 16 de novembro de 2016).

d. [...] **vimos** *que o corte de energia ia trazer grandes danos* (JD. “FAF vai ter um novo presidente para o quadriénio 2016-2020”. 24 de novembro de 2016).

(56) a. **Queremos** *que haja correspondência entre as forças policiais de Angola e do Congo*” (JA. “Polícia apreende trinta mil litros de combustível na fronteira do Luvo”. 20 de novembro de 2016).

b. [...] **exige** *que se redobrem os esforços* para conter as irregularidades (*Idem*).

c. O criador da Revista Militar **lamentava** na entrevista *que já não temos indústria de papel* (JAAL. “O legado literário de Carlos Pimentel”. 20 de dezembro de 2016).

d. As cooperativas estão efectivamente a **fazer com** *que os estrangeiros não tenham espaço no nosso território* (JA. “Mais diamantes e menos receitas”. 16 de janeiro de 2017).

A ocorrência das completivas assertivas e não assertivas pode igualmente ser determinada por certos predicadores epistémicos (nomes ou adjetivos cognitivos, como *pensar, assumir, admitir* e doxáticos ou indicadores de crença, como *crer, duvidar, confiar, acreditar*) e avaliativos (como os verbos *achar, julgar, lamentar, surpreender, descobrir, considerar*) que admitem alternância modal entre indicativo e conjuntivo ou pela adjacência de um monema de negação ao predicador da estrutura matriz que altera o seu significado de base e que o transcategoriza a um monema [+] assertivo ou [-] assertivo (Bosque 1990: 156; Barbosa 2013: 1843). Observe-se o contraste entre (57a) e (57b):

(57) a. [...] **vemos** *que a leitura de obras literárias há muito deixou de ser imperiosa e, até mesmo, apazível aos olhos dos jovens que se auto-intitulam escritores* (JAAL. “Escritores Mediáticos na proa da fama efémera de uma geração sem nome”. 14 de fevereiro de 2017).

b. [...] **não vemos** *nada que sugira que esta nova sondagem esteja correcta*, disse o assessor (JA. “Trump vai à frente de Hillary Clinton”. 03 de novembro de 2016).

Nos exemplos dados, a alternância funcional entre completivas assertivas (58a) e não assertivas (58b) foi possível pela adjacência de um operador de negação ao predicador pertencente à subclasse dos verbos sensitivos, pois, e como se referiu mais acima, o indicativo é o único modo

---

<sup>70</sup> Exemplos de modalizadores e predicadores causais, *fazer, causar, forçar, permitir, provocar*.

marcado dos verbos sensitivos. O comportamento deste tipo de predicadores e outros semanticamente assertivos ou factuais não poderia ser diferente quando modificados com um operador de negação a estruturas da mesma natureza a uma língua românica como o espanhol:

- (58) a. **Creo que Martín há leído ese libro** (Bosque 1990: 156).  
b. **No creo que Martín haya leído ese libro** (*Idem*).

O exemplo acima permite, mais uma vez, reafirmar que a transposição, tal como a gramaticalização, é um processo sintático e semântico: a adjacência do monema de negação mudou a classe semântica do monema verbal superior cuja reanálise passa de uma unidade assertiva para uma unidade não assertiva ou dubitativa. Assim, pode concluir-se com Bosque e Ahern que:

[...] las oraciones principales asertivas pasan a ser oraciones principales dubitativas en construcciones con negación, y las oraciones principales dubitativas pasan a ser asertivas en construcciones con negación (Bosque 1990: 156);

[...] los predicados que admiten oraciones subordinadas en ambos modos ofrecen más de un tipo de interpretación [...] y esta ‘flexibilidad’ en su interpretación es una propiedad de la que carecen los predicados que sólo admiten uno de los dos modos (Ahern 2008: 27).

Parece ser um dado assente que os estudos sobre a complementação existentes em português descrevem os modos verbais como “nexos morfológicos” das construções completivas finitas. Igualmente: as orações completivas são descritas como “contextos de ocorrência” dos modos verbais (cf. Santos 2003: 161). Se «[a] natureza semântica do predicado encaixador define o tipo de completiva, ora no nível representacional, ora no nível interpessoal» (Santana 2010: 245), o modo verbal subordinado opõe dentro do sistema do português orações completivas assertivas a orações completivas não assertivas. No presente trabalho, optou-se pela descrição dos modos verbais como traços marcados para mais uma forma de caracterização funcional (semântico-pragmática e axiológica) do subtipo de subordinação oracional em análise. Por isso, e no sentido de não voltar a empregar-se designações como “O modo em orações completivas” (Marques 1995: 76); “Conjuntivo em orações subordinadas substantivas” (2003: 222), fez-se uma distinção semântico-axiológica das orações completivas finitas em assertivas ou de indicativo e não assertivas ou de conjuntivo, distinção que opõe noções e configurações sobre mundos reais e mundos possíveis. O desafio mais adiante consistirá em descrever o rendimento funcional e os graus de estabilidade ou instabilidade estruturais destas unidades sintagmáticas na norma angolana do português.

### 3.2.4. Completivas com preposição necessária e sem preposição necessária

Em português e espanhol, o transpositor integrante *que* pode aparecer precedido de «una determinada preposición» (Alarcos Llorach 1994: 235), o que, segundo prevê Bechara (2009: 483), permite uma classificação das construções formadas por relações de complementação oracional em completivas com preposição necessária (denominadas oblíquas na NGP e relativas na NGB), como em (57) abaixo retomado em (59) e em completivas sem preposição necessária, como no exemplo (60):

(59) a. [...] **vemos** que a leitura de obras literárias há muito deixou de ser imperiosa e, até mesmo, apazível aos olhos dos jovens que se auto-intitulam escritores.

b. [...] **não vemos** nada que sugira *que esta nova sondagem esteja correcta*, disse o assessor.

(60) a. [...] é possível termos **exemplos** *de que essa decisão do Executivo angolano não só é pertinente, como capaz de dar resultados positivos na actividade do sector privado* (JA. “Móbilias de qualidade fabricada em Luanda”. 16 de novembro de 2016).

b. O surgimento das “ZEE” [...] é **demonstrativo** *de que a crise económica e financeira apenas obrigou a que as autoridades angolanas passassem a abordar de uma forma mais incisiva a questão do combate à dependência do petróleo* (Idem).

À luz do quadro sintático da gramática funcional descrito em 2.3 e 3.1, depreende-se que só as completivas F<sub>4</sub> aparecem precedidas de “preposição necessária” cuja ocorrência depende da classe lexical e sintática do monema regente, pois, conforme preveem Casteleiro (1981: 494-495) e Duarte (2003: 615-616), monemas nominais e adjetivais avaliativos – *acessibilidade, acessível, contrário, favorável, propício, sensível* – e epistémicos - *facto, hipótese, ideia, dúvida, evidência, certeza, consciência; duvidoso, certo, ciente, consciente* - são de seleção obrigatória de completivas F<sub>4</sub>.

As completivas F<sub>4</sub> podem igualmente ser seleccionadas por monemas verbais, muitos dos quais pertencentes à subclasse dos verbos de sintaxe intrinsecamente pronominais, como os que aparecem representados no seguinte quadro proposto por Barbosa (2013: 1870) e já referenciado por Fonseca e Suelela (2017: 132):

**Quadro sinótico 2: Verbos pronominais**

Preposições	A	Com	De	em	Por
<b>Verbos</b>	acostumar-se, arriscar-se, aspirar, atender, conduzir,	concordar, conformar-se, contentar-se,	aperceber-se, arrepende-se, discordar, duvidar, envergonhar-	apoiar-se, assentar, basear-se, coincidir, confiar,	ansiar, bater-se, esforçar-se, interessar-se, optar, pugnar,

	dever-se, inclinar-se, limitar-se (...)	contar (...)	se, esquecer-se (...)	insistir, residir (...)	responsabilizar- se (...)
--	--------------------------------------------------	--------------	--------------------------	----------------------------	------------------------------

Em conformidade com o trabalho de Peres e Mória (1995: 116), Barbosa reconhece que «[a] preposição *de* é frequentemente omitida em orações completivas oblíquas de tempo finito» (2013: 1871), conclusão a que se poderá chegar na secção 4.2.3 do presente trabalho. De modo inverso, têm sido atestados, em diferentes normas nacionais do português – PE (Peres e Mória 1995); PB (Bagno 2008); PA (Adriano 2014; Campos 2016) ou no português de Moçambique (doravante, PM) (cf. Gonçalves 2013: 169) –, casos de adição preposicional a completivas F<sub>2</sub> selecionadas por monemas ou sintagmas verbais declarativos (*falar, apelar, dizer, declarar*), sensitivos (*ver, ouvir, sentir*) e epistémicos (*pensar, aprender, conhecer*): «em PM e em PA, a preposição *de* é usada geralmente com verbos declarativos simples, percetivos e de atividade mental» (Gonçalves 2013: 169).

A adição e omissão de preposição em estruturas completivas constituem dois fenómenos de variação linguística que foram estudados pela primeira vez pelo linguista chileno Ambrosio Rabanales, que os denominou por *queísmo* e *dequeísmo*:

En el “queísmo” se trata de la tendencia a omitir la preposición *de* delante del *que* preferentemente gramemático, índice de cláusula con verbo en forma personal (Rabanales 2005: 25).

En el “dequeísmo”, en cambio, se trata de la tendencia a anteponer la prep. *de* al *que* preferentemente gramemático, cuando la norma académica no hace esperar su presencia (Rabanales 2005: 26).

Se os casos de omissão ou adição preposicional alteram ou não a pertinência comunicativa das unidades linguísticas formadas por relações de complementação finita, é um assunto de que o presente trabalho se ocupará em 4.2.2.1., embora se reconheça, à partida, com Hoyos-Andrade e Castilho, que «la realidad lingüística no se identifica necesariamente con la realidade perceptible» (Hoyos-Andrade 1992: 24) e que «[a] manobra dequeísta se presta, portanto, para evitar comprometimentos com o valor de verdade da subordinada» (Castilho 2010: 358). Em forma de síntese, cabe referir que o estudo da estrutura interna das orações completivas é um tópico associado respetivamente à sintaxe do regime e à sintaxe da enunciação pelo facto de as completivas F<sub>4</sub>, o único subtipo funcional das relações de complementação oracional finita preposicionado, ser uma expansão sintática e semanticamente obrigatória do monema ou sintagma superior.

### 3.2.5. Da dependência temporal

Relativamente às relações de complementação finita, a dependência temporal (doravante, DT), sequencialização (Oliveira 2003: 173) ou *consecutio temporum* (Bosques 1990: 52) é um mecanismo gramatical determinante para a coesão e coerência do enunciado e, por extensão, do discurso. Se o tempo da oração encaixada depende do tempo da oração superior - «na superfície do texto, a descrição de ventos anteriores deve preceder a descrição de eventos posteriores, de modo a que se gere coerência (Lopes e Carapinha 2011: 98) - , a DT «é tomada como uma propriedade lexical dos predicados superiores e, em geral, é definida como uma relação anafórica entre o tempo da encaixada e o da matriz» (Gonçalves *et al.* 2013: 435). Assim sendo, a DT parece ser mais uma das heranças conceituais da gramática de dependência de Tesnière à semântica e à pragmática: «[l]a connexion qui unit la proposition régissante à la proposition subordonnée est quelquefois indiquée morphologiquement par des marquants qui se répondent de l'un à l'autre. On dit alors que ces marquants sont en **corrélation** l'un avec l'autre» (1988: 545).

Bosque (1990) e Gonçalves *et al.* (2013) consideram que nas orações completivas verbais a DT é determinada por dois grupos verbais, nomeadamente i) verbos que impõem restrições temporais à oração encaixada, como a subclasse dos verbos volitivos (*augurar, desejar, querer, pretender, esperar*) e epistémicos indicadores de crença (*supor, duvidar, confiar, crer, acreditar*) e ii) verbos que não impõem restrições temporais à oração encaixada, como a subclasse dos verbos de declarativos (*afirmar, dizer, enunciar, declarar, referir, garantir*), compromissivos (*prometer, assumir, jurar*) e avaliativos (*lamentar, considerar, julgar, achar surpreender, descobrir*). Observem-se os seguintes enunciados, alguns dos quais aparecem manipulados:

(61) a. [...] o partido **pretende** *que os cidadãos continuem/\*??continuassem a depositar confiança* (JA. “Pré-campanha tem início em Dezembro”. 06 de novembro de 2016).

b. **Achei** *que tínhamos/\*??temos essa responsabilidade* (JAAL. “O fim da solidão da BD angolana”. 22 de novembro de 2016).

c. [...] os analistas **duvidam** *que sejam/ \*??serão/\*??foram reconduzidos pelo novo Governo* (JA. “Reunião do banco central considerou subir os juros”. 20 de novembro de 2016).

d. [...] fez parte da direcção cessante e **duvida** *que tenha ideias novas para mudar* (JD. “Pente fino nos votantes”. 16 de dezembro de 2016).

(62) a. O técnico José Agostinho “Tramagal” **disse** *que sua equipa está compenetrada e determinada a superar a fase* (JD. “Jogo com o Kabuscorp é aguardado sábado com grande expectativa”. 28 de abril de 2017).

b. [...] o jogador forjado na “canteira” do Sporting do Bié **assume** *que preferia ficar no clube da capital do Planalto Central* (JD. “Pintar trava ascensão de Ngueve”. 21 de dezembro de 2016).

c. Mas, atónito, **descobre** *que não deu sequer um passo* (JAAL. ““Antropologia Recreativa”, ou a Decomposição do Homo Sapiens”. 17 de janeiro de 2017).

Em (61), há restrição temporal entre o verbo da oração superior e o verbo da oração encaixada, uma vez que as respetivas sequências são formadas pelo mesmo tempo: presente + presente ((61a), (61c) e (61d)); pretérito + pretérito (61c). Neste trabalho, os enunciados com as sequências temporais de (61) e outros do mesmo tipo serão denominados orações completivas dependentes ou co-temporais. Em (62), não há dependência temporal entre o verbo da oração superior e o da oração encaixada, pois, conforme consta nos respetivos enunciados, as sequências são formadas por mais de um tempo: pretérito + presente (62a); presente + futuro do pretérito (62b); presente + pretérito (62c). Por esse facto, os enunciados de (62) e em outros da mesma natureza serão denominados, no presente trabalho, orações completivas independentes.

A DT é, igualmente, um processo léxico-semântico e axiológico por estar intrinsecamente associada à oposição funcional indicativo, tempo-independente, selecionado por monemas ou sintagmas predicativos factuais ou assertivos, como a generalidade dos verbos declarativos, epistémicos ou sensitivos e conjuntivo, tempo-dependente, selecionado por monemas ou sintagmas predicativos hipotéticos ou não assertivos, como a maioria dos verbos volitivos e deônticos, os indicadores de ordem ou pedido, como *exigir, ordenar, mandar, permitir, pedir*. Tal é o parecer de Oliveira numa das mais recentes gramáticas da língua portuguesa:

quando o verbo principal no indicativo está no presente, o verbo subordinado que apresenta as marcas temporais ocorre no presente do conjuntivo, e quando o verbo principal no indicativo ocorre num dos tempos pretéritos, o verbo subordinado que apresenta as marcas temporais ocorre no imperfeito do conjuntivo (Oliveira 2013: 545).

Cabe assinalar, em forma de síntese sumária, que, mais do que derrogação a preceitos gramaticais, interessará descrever a DT como um mecanismo cuja contribuição é indispensável para a compreensão do português e demais línguas naturais como sendo organismos funcionais e dinâmicos à disposição da comunicação utilitária e artística dos seus falantes.

### 3.3. Complementação e adjetivação: estudo contrastivo

A adjetivação, sobretudo quando marcada pelo transpositor *que*<sup>71</sup>, é um subtipo de subordinação oracional que partilha das propriedades estruturais e funcionais da complementação por ser igualmente mecanismo de elevação de estruturas simples a estruturas complexas, sintagma determinante e expansão do núcleo nominal da oração regente. A comparação entre os seguintes pares de exemplos permite notar que, em caso de não ocorrência do transpositor relativo, as construções em questão seriam frases simples (aqui denominadas orações relativas reduzidas), uma vez que o atributo ((63a), (64a) e (65a)) e o aposto ((63b), (64b) e (65c)) são manifestações descontínuas do sujeito:

(63) a. Por outro lado, o nível de exigência do público *que apoia a selecção nacional é muito elevado* (JD. “Sócio Palanca precisa-se”. 09 de março de 2017).

b. Heitor, *que preside a uma das comissões do Parlamento*, confirmou que teve, recentemente, um encontro com o candidato do MPLA a Presidente da República (JA. “Fernando Heitor deixa a UNITA”. 09 de março de 2017).

(64) a. Por outro lado, o nível de exigência do público *apoiente da selecção nacional é muito elevado*.

b. Heitor, *presidente de uma das comissões do Parlamento*, confirmou que teve, recentemente, um encontro com o candidato do MPLA a Presidente da República.

(65) a. Por outro lado, o nível de exigência do público [] *é muito elevado*.

b. Heitor [] confirmou que teve, recentemente, um encontro com o candidato do MPLA a Presidente da República.

Outra propriedade gramatical de que a adjetivação partilha da complementação é o facto de poder aparecer ou não precedida de uma preposição, o que permite que se faça uma distinção entre orações “adjetivas com preposição necessária” (66) e orações adjetivas “sem preposição necessária” (63) e “adjetivas predicativas ou F<sub>5</sub> não específica (63) e “adjetivas oblíquas (relativas na NGB) ou F<sub>4</sub>” (66):

(66) a. [...] bem como no custeio da estrutura *de que necessita o próprio Estado* para funcionar e sobreviver (JA. “População é aconselhada a pagar impostos”. 10 de novembro de 2016).

b. E vamos aguardar que os competentes órgãos do Estado legislem acerca das isenções de *que o sector da Cultura necessita* (JAAL. “Carolina Cerqueira define desafio tridimensional da Cultura”. 17 de janeiro de 2017).

c. [...] prometeu dar todo o apoio *de que venha a precisar durante a preparação e mesmo na competição* (JD. “Pérolas projectam campeonato africano”. 06 de novembro de 2016).

d. O documento a *que o Jornal dos Desportos teve acesso*, ontem, no Lubango, adianta que a selecção do Zimbabwe (JD. “Ausências adiam Zonal IV”. 28 de abril de 2017).

---

<sup>71</sup> Não é, por exemplo, o caso das relativas livres ou sem antecedente expreso (Móia 1992). Para o estudo global das construções adjetivas em geral, vd. Brito (1991).



Por outro lado, a adjetivação pode ocorrer como uma estratégia de encaixe sintático de estruturas formadas por relações de complementação e vice-versa. O enunciado (32a), já retomado como (49a) e abaixo como (67a), contém uma oração adjetiva encaixada na oração completiva (67), ao passo que o enunciado (67b), antes analisado como (63b), contém uma completiva encaixada numa construção formada por relações de adjetivação:

(67) a. *A verdade é que dos poucos jogos que fiz o meu talento emergiu.*

b. *Heitor, que preside a uma das comissões do Parlamento, confirmou que teve, recentemente, um encontro com o candidato do MPLA a Presidente da República.*

São igualmente atestadas em português casos de omissão preposicional em orações adjetivas  $F_4$ , evidenciando quer a instabilidade estrutural e funcional destas construções português, quer a migração sintática das mesmas, que passam de relativas  $F_4$  a relativas  $F_5$ :

(67) c. *De acordo a informação que tivemos acesso (JD. “Vamos à luta homens!”. 24 de novembro de 2016).*

As tradicionais relativas apositivas ou explicativas seriam correlatos sintáticos das completivas apositivas ou de aposto, visto que «[a]s orações relativas são EXPLICATIVAS se representam apenas um esclarecimento, do qual se poderia prescindir sem prejudicar o sentido da oração» (Ali 1964: 136), contrariamente às relativas restritivas, seletivas (Martinet 1985) ou essenciais (Tesnière 1988) que apresentam algum grau de ligação estrutural com a estrutura superior: «[a] la différence des essentielles, les subordonnées adjectives accessoires expriment un sens qui n'est pas indispensable à celui de la proposition régissante» (Tesnière 1988: 559).

Vale assinalar, finalmente, que a adjetivação se distingue da complementação por ser prototipicamente expansão que resulta de relações de determinação secundária com o antecedente nominal, ou seja, um modificador e não argumento nominal: «[e]m termos sintáticos e semânticos, há, portanto, diferenças fundamentais entre uma oração que é uma certa forma de modificação nominal (a oração relativa) e uma oração que é um argumento nominal (a completiva)» (Duarte 2003: 657). Com base no quadro de referência delineado neste capítulo, será, pois, possível descrever nos dois últimos capítulos as propriedades gramaticais das orações completivas finitas na norma angolana do português.

**CAPÍTULO IV**

**DAS PROPRIEDADES SINTÁTICAS DAS  
ESTRUTURAS COMPLETIVAS FINITAS NA NORMA  
ANGOLANA DO PORTUGUÊS**

O objeto do presente capítulo será a descrição de alguns aspetos sintáticos intrínsecos ao funcionamento de orações completivas finitas no PA, abordagem que eventualmente permita notar que a mudança linguística, para lá de qualquer “corrupção” da estrutura múltipla de uma língua, «apunta frecuentemente al sistema, su estabilización, su reconstrucción» (CLP 1970: 16-17). Antes da descrição dos aspetos sintáticos, proceder-se-á a uma caracterização sumária da metodologia adotada para a definição, recolha e tratamento do *corpus*.

#### **4.1. Da linguística das línguas à linguística de *corpus***

Nos trabalhos pioneiros que vão de Franz Bopp (1816) às contribuições de Saussure (1916), Chomsky (1957) e Tesnière (1959), a linguística é, metodologicamente, uma ciência introspetiva ou psicológica pelo facto de a descrição de fenómenos gramaticais atentar ao princípio da intuição dos factos. A partir de 1929, o estudo comparativo das línguas abandonaria «definitivamente el método estéril y ficticio de la historia de hechos aislados» (CLP 1970: 18), desenvolvido e praticado por Bopp e seguidores. A falta de realismo na análise e descrição dos factos aparece igualmente em diferentes secções do Curso de Saussure: quer na definição das tarefas da linguística – fazer a descrição e a história de todas as línguas –, quer na dicotomia “linguistique da langue et linguistique da parole” – diz-se que a língua é social e a fala individual, porém, nada se diz sobre como estudar e descrever o social e o individual na linguagem.

Apesar de nos *Éléments de syntaxe structurale* haver exemplos definidos de um *corpus* de textos literários, Tesnière elege a introspeção como o método mais adequado para a descrição gramatical. Chomsky, por sua vez, e fruto da sua conceção inatista/racionalista sobre as línguas, acredita que «o modelo gerativo tem de ser capaz de nos dar conta do modo como a criança – que não ouviu primeiro todas as frases que emprega – constrói para si a sintaxe que lhe permitirá progressivamente produzir e compreender a infinidade das frases da sua língua» (Mounin 1975: 118).

A linguística das línguas de André Martinet surge como alternativa aos modelos de descrição gramatical dominantes na altura e prevê que a pesquisa em ciências da linguagem seja realizada através da análise e descrição de usos linguísticos reais e concretos (Martinet 1995: 31). Tal como Martinet, a importância de se adotar uma atitude realista e imanente na análise e descrição dos factos em ciências da linguagem é reafirmada por autores igualmente afetos à linguística descritiva, como Gleason Jr. e Corneille:

O linguista deve esforçar-se por obter um corpus que seja representativo no seu conjunto mínimo (Gleason Jr. 1961: 208).

O linguista baseia-se em primeiro lugar em certos factos de experiência que são evidentemente limitados, mas que lhe permitem encontrar certas propriedades que caracterizam os objectos aos quais se acorda chamar línguas (Corneille 1982: 60).

Em forma de complementação à linguística das línguas, adotar-se-á a linguística de *corpus* como a segunda área metodológica desta gramática da frase pelo facto de o *corpus* ser constituído de textos digitais cujo tratamento deve ser feito através de aplicativos informáticos. A afirmação da linguística de *corpus*, no âmbito das ciências da linguagem, foi marcada pelo aparecimento na década de 60 do primeiro *corpus* linguístico eletrónico, o *Corpus Brown*, composto por cerca de 1 milhão de palavras. É desta forma que, segundo Sardinha e Moreira:

A história da Linguística de Corpus está condicionada à tecnologia, que permite não somente o armazenamento de corpora, mas também a sua exploração. Por isso, a história da área está relacionada à disponibilidade de ferramentas computacionais para análise de corpus (Sardinha 2000: 334).

[...] foi nesta altura que a linguística de corpus começou a ocupar-se de corpora eletrónicos, sendo esta, exatamente, a diferença entre os anteriores corpora e os que se construíram a partir desta altura. Isto é, os corpora existentes até então eram constituídos e analisados manualmente e esta altura marca o nascimento dos corpora constituídos e analisados eletronicamente (Moreira 2016: 64).

Com a linguística de *corpus*, reafirma-se a transversalidade metodológica adotada nesta gramática da frase como prova de que as polarizações e dicotomias metodológicas em nada contribuem para a realização de estudos que possam descrever o quadro estrutural e funcional de uma língua de vasta expansão histórico-geográfica como o português e de uma norma nacional como o PA cujo sistema é marcado pela existência de “monemas migrados” e cuja realidade sociocultural é caracterizada por alta diversidade linguística. A análise será feita através do aplicativo informático *Notepad++*<sup>72</sup>. Cabe assinalar, por conseguinte, que os trabalhos iniciais, realizados nos Estados Unidos desde a década de 60, foram determinantes para o crescente investimento em linguística de *corpus* no mundo lusófono, sobretudo em Portugal e no Brasil:

**Quadro sinótico 3: Para a pesquisa em linguística de *corpus* em LP**

<b><i>Corpora</i> informatizados do português</b>	
01	<i>Corpus</i> Informatizado do Português Medieval
02	<i>Corpus</i> Diacrónico do Português
03	Banco Informatizado de Textos do Projeto para a História do Português

<sup>72</sup> Disponível em <http://notepad-plus-plus.org/.note>

04	<i>Corpus</i> de Referência do Português Contemporâneo
05	Banco do Português
06	<i>Corpus</i> de Araraquara de São Carlos
07	<i>Corpus</i> Davies
08	<i>Corpus</i> de Língua Escrita do Brasil
09	<i>Corpus</i> Natura
10	Citem público
11	<i>Corpus</i> África

Com base nos recursos metodológicos disponibilizados por esta nova disciplina não estrutural da linguística, constituiu-se um *corpus* representativo formado por 415 textos jornalísticos (informativos e opinativos) com 227.314 palavras, uma vez que, e reafirmando a citação de Hernández Alonso, a sintaxe funcional «se forma a partir de um estudio sintagmático de la lengua, en diversos *corpora* diferentes diatópica, diastrática y diafásicamente» (Hernández Alonso 1996: 33).

Não havendo em Angola instituições que trabalhem sobre a seriação e divulgação de um *ranking* nacional de jornais, a exemplo da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e a Associação Portuguesa para Circulação e Tiragem (APCT), a opção foi pela versão digital dos periódicos de maior tiragem e distribuição pelo país, nomeadamente o *Jornal de Angola* (JA), *Jornal dos Desportos* (JD) e *Cultura: Jornal Angolano de Artes e Letras* (JAAL), propriedades do Grupo Empresarial Edições Novembro.

A recolha dos textos foi feita mensalmente nos jornais acima durante um período de seis meses (de novembro de 2016 a abril de 2017), sendo 30 textos por mês para os dois periódicos diários (JA e JD) e dez por mês para o periódico quinzenal (JAAL). A linha editorial dos mesmos integra textos informativos (notícia, entrevista, reportagem) e opinativos (editorial, opinião, artigo científico, crítica, crónica). Com um *corpus* desta natureza, a língua funcional, que é a norma real fixada historicamente pelos membros de uma comunidade, dificilmente poderá ser confundida com a língua ideal cuja definição é pautada por critérios de correção e da autoridade literária (a *auctoritas* a que se referia Varrão no seu *De Sermones Latino*).

Do JA<sup>73</sup> – diário generalista sobre matéria nacional e internacional diversificada (política, economia, cultura, desporto) – se procedeu à recolha de 180 textos, num total de 104.607 palavras. O JD<sup>74</sup> – diário exclusivo de matéria desportiva angolana e estrangeira – tornou possível a constituição de um *corpus* secundário formado de 180 textos com 72.573 palavras. O JAAL<sup>75</sup> é um periódico quinzenal – cuja prioridade editorial é a valorização da memória ancestral (oratura) e da arte (literatura, música, pintura, cinema, escultura) angolanas, privilegiando assim os subgéneros textuais da crítica e do artigo científico –, do qual se reuniu 55 textos<sup>76</sup> e 50.134 palavras. De modo sinótico, faz-se contar na tabela 1 a natureza do *corpus* e o número de palavras cujo valor global superou o mínimo de 50.000.00 previsto em Xavier (1996: 162) como adequado para a realização de trabalhos de morfossintaxe com base em *corpora* informatizados. A seguinte tabela ilustra a natureza do *corpus* cujos textos, referenciados em diferentes partes deste trabalho, são apresentados no Vol. II:

**Tabela 1: Da caracterização geral do *corpus***

Periódico	Periodicidade	Tiragem	N.º de textos	N.º de palavras
<i>Jornal de Angola</i>	Diária	50.000	180	104.607
<i>Jornal dos Desportos</i>	Diária	30.000	180	72.573
<i>Cultura: Jornal Angolano de Artes e Letras</i>	Quinzenal	10.000	55	50.134
			Total	Total
			415	227.314

A pretensão de constituir um *corpus* representativo e homogéneo e de recorrer a aplicativos informáticos para análise dos usos linguísticos adveio do facto de que, em linguística das línguas, «[a] observação e o respeito pelos dados observados constituem um princípio fundamental da atitude funcionalista. Uma tal atitude leva à rejeição de todo e qualquer apriorismo e ao reconhecimento da importância de uma base empírica da investigação» (Clairis 2005: 19).

<sup>73</sup> Fundado a 01 de julho de 1975, tem uma tiragem diária de 50.000 exemplares, distribuídos pelas 18 províncias do país. Disponível em <http://jornaldeangola.sapo.ao/>

<sup>74</sup> Fundado a 31 de janeiro de 1994, tem uma tiragem regular de 30.000 exemplares, também distribuídos pelas 18 províncias do país. Disponível em <http://jornaldosdesportos.sapo.ao/>

<sup>75</sup> Fundado a 05 de abril de 2012, tem distribuição nacional e uma tiragem de dez mil exemplares. Disponível em <http://jornalcultural.sapo.ao/>

<sup>76</sup> Por razões informáticas, perderam-se cinco textos do *corpus* do JAAL referente ao mês de abril.

## 4.2. Propriedades sintáticas das orações completivas finitas na norma angolana do português

Os aspetos sintáticos intrínsecos à complementação oracional finita a ser estudados neste aparte são: i) completivas plenas e transcategorizadas, ii) completivas subjetivas, objetivas diretas e oblíquas e iii) a sintaxe posicional dos clíticos pronominais no subtipo de subordinação oracional em estudo. Na literatura linguística sobre o PA, Fonseca e Suelela (2017: 135-139) terão sido os primeiros a assinalarem que as orações completivas transcategorizadas, formadas do processo de transposição e do princípio de economia sintagmática, constituem paráfrases estruturais das orações completivas plenas cuja seleção é feita por monemas ou sintagmas verbais lexical e semanticamente equivalentes. Para além das orações completivas plenas e transcategorizadas, só as completivas oblíquas ou F<sub>4</sub> foram objeto dos trabalhos de Adriano (2014: 372-376) e Campos (2016: 51-54)<sup>77</sup> cujos resultados revelam certo grau de variação e instabilidade estrutural destas construções no sistema oral do PA. Segundo estes trabalhos, a subclasse dos monemas ou sintagmas verbais pronominais (*lembrar-se, recordar-se, esquecer-se*) e dos nomes e adjetivos epistémicos (*conclusão, convicto, certeza, conhecimento*) selecionam orações “completivas sem preposição necessária”, muito embora sejam monemas e sintagmas de regência indireta e de sintaxe preposicional:

(67) d. (...) eu **lembro-me** [-] *que até fiz música* (Campos 2016: 54).

e. Chegamos à **conclusão** [-] *que os estudantes não se preparam para o exame* (Adriano 2014: 377).

A metodologia funcionalista adotada no presente trabalho permite descrever as orações completivas oblíquas ou F<sub>4</sub> do ponto de vista da transposição das unidades linguísticas e das relações de determinação intersintagmática, ou seja, do ponto de vista das funções sintáticas e não apenas dos traços formais. Dentro desta metodologia, que é a da gramática funcional martiniana e alarquiiana, um enunciado, como o de (67d), não poderá ser classificado como oração completiva oblíqua pelo facto de o verbo superior ser uma unidade de chegada, reanalisada sintaticamente e cuja valência atual ser de um sintagma verbal transitivo direto, portanto, não preposicional.

Relativamente à sintaxe posicional dos clíticos, Soquessa (2017: 58) atestou num *corpus* constituído do JA uma oração completiva oblíqua nominal na qual o pronome *me* aparece em

---

<sup>77</sup> Merecem realce por serem os mais recentes sobre as relações de complementação oracional finita no PA.

posição proclítica, comportamento sintático que não derroga ao padrão habitual dos clíticos pronominais ao longo da história estrutural da língua portuguesa, porquanto, segundo Martins, «[n]as orações subordinadas finitas, os pronomes pessoais átonos ocorrem em posição pré-verbal, em todas as épocas» (1994: 93):

(67) f. [...] mas arrepiado com **a sensação de que me roubaram os bons tortulhos** [...] (Soquessa 2017: 58)

Entretanto, e como não há e nunca terá havido sincronias linguísticas homogêneas, a secção 4.2.2 poderá espelhar casos de ocorrência de clíticos pronominais em posição enclítica em orações completivas finitas no sistema oral do PA. Talvez este trabalho seja, por conseguinte, o primeiro espaço no qual se poderá descrever as relações de referência e disjunção de sujeito em completivas subjetivas, objetivas diretas e oblíquas na norma angolana do português.

#### 4.2.1. Completivas plenas e “transcategorizadas”

Tal como se referiu em 3.2.1 e dando continuidade ao exposto em Fonseca e Suelela (2017: 135), as orações completivas reduzidas são, do ponto de vista da gramática funcional, enunciados que resultam do processo de transcategorização do predicatídeo da estrutura encaixada, transferindo-se, sintagmaticamente, de uma expansão verbal a uma expansão nominal. Por isso, podem ser respetivamente designadas orações completivas transcategorizadas cujas propriedades estruturais e relacionais são idênticas às das orações completivas plenas ou desenvolvidas: são selecionadas por monemas ou sintagmas pertencentes à mesma classe lexical e semântica e são sintaticamente functivos de base F<sub>2</sub>. Compara-se o contraste entre os seguintes pares de exemplos que ilustram as semelhanças estruturais e o uso alternado entre completivas plenas e transcategorizadas no PA:

(68) a. O ministro **realçou** *os progressos alcançados pelos Estados-membros da CPLP na luta contra a fome* [...] (JA. “Manuel Vicente e Temer têm encontro em Brasília”. 31 de dezembro de 2016).

b. Manuel Gonçalves **realçou** *a existência de profissionais nesta área*, mas alertou que “é preciso assumirem um compromisso com a dança [...] (JA. “Associação de Dança de Angola na Forja”. 27 de janeiro de 2017).

(69) a. João Paulo Costa **realçou** *que a equipa é constituída por jogadores guerreiros* (JD. “O triunfo da paciência sobre o imediatismo”. 03 de novembro de 2016).

b. Reconheceu a competitividade registada no Girabola Zap 2016, **realçou** *que o objectivo do Progresso da Lunda Sul é a terceira posição* (JD. “Lundas apostam no ataque”. 13 de novembro de 2016).



(70) a. João Lourenço **considerou** *Luanda a dama mais cobiçada do país e com muitos pretendentes*. (JA. “Pré-campanha tem início em Dezembro”. 06 de novembro de 2016).

b. O responsável **considera** *preocupante a situação* e disse que os casos de violência contra a mulher no país têm atingido proporções alarmantes [...] (JA. “Centenas de casos registados”. 02 de dezembro de 2016).

(71) a. Quanto aos preços, o responsável **considerou** *que a fábrica pratica uma política de preços razoável* (JA. “Móvel de qualidade fabricada em Luanda”. 16 de dezembro de 2016).

b. Edmundo Rocha **considera** *que o modelo de conduta cívica do cónego Manuel das Neves inscreve-se na perspectiva* [...] (JAAL. “Cónego Manuel das Neves, um dos paladinos do nacionalismo moderno angolano”. 14 de fevereiro de 2017).

(72) a. Quanto a este aspecto, **reconhecem** *a necessidade de se retomarem as discussões sobre o tema*, levando em conta as diferentes realidades de cada Estado-membro. (JA. “Nova embaixada em Brasília”. 03 de novembro de 2016).

b. **Reconheceu** *a competitividade registada no Girabola Zap 2016*, realçou que o objectivo do Progresso da Lunda é a terceira posição (JD. “Lundas apostam no ataque”. 13 de dezembro de 2016).

(73) a. **Reconhece** *que as pessoas sempre demonstraram afecto pelo Horizonte, mesmo fora dos palcos* (JAAL. “30 anos a trabalhar um sonho”. 11 de novembro de 2016).

b. Ruy Duarte de Carvalho **reconhece** *que a fluidez destas práticas sociais é tão intrincada e vasta*. (JAAL. “Ruy Duarte de Carvalho: vou lá visitar pastoras”. 17 de janeiro de 2016).

Os pares de enunciados acima parecem ser reveladores de que, na norma angolana do português, as orações completivas plenas e transcategorizadas são variantes estruturais que ocorrem por seleção de monemas ou sintagmas verbais declarativos ((68) e (69)), avaliativos ((70) e (71)), e epistémicos ((72) e (73)); por outro lado, são reveladores da preferência dos falantes pelos dois tipos de estruturas, a julgar pelo rendimento funcional das mesmas no sistema:

**Tabela 2: Orações completivas plenas e transcategorizadas**

Periódico	Completivas plenas		Completivas transcategorizadas	
	N.º	%	N.º	%
JA	365	50	34	44
JD	206	28	23	30
JAAL	160	22	20	26

Se a subordinação oracional, fenómeno gramatical que se forma da transposição sintagmática, já é um mecanismo de economia da linguagem, a transcategorização de orações completivas parece tornar mais operatório este princípio martiniano no âmbito da descrição e explicação de uma língua natural, como o português e de uma norma nacional do português como a angolana. Não terá sido mero “acaso linguístico” (e não há acasos em linguística) que, em (68b), (69b), (70b) e (72b), os falantes do PA empreguem alternadamente orações completivas plenas

e orações completivas transcategorizadas no mesmo eixo sintagmático. Assim, mais facilmente se poderá compreender a economia sintagmática como «a tendência para reduzir o comprimento ou a complexidade do enunciado, de modo que as expressões mais frequentes no uso tendem a reduzir-se fonologicamente, e a informação redundante ou recuperável no contexto comunicativo tende a ser omitida» (Santana 2010: 250). Com base nos dados da Tabela 3, pode reafirmar-se o que se enunciou em 2.2 sobre a pertinência da transposição no domínio da gramática funcional: a transposição ajuda a compreender que uma língua é um sistema vivo, dinâmico, aberto e funcional.

As possibilidades de paráfrase entre orações completivas plenas e transcategorizadas no PA ocorrem, igualmente, com monemas ou sintagmas predicativos, vistos tradicionalmente como sendo de variação modal zero, ou seja, de seleção exclusiva e obrigatória do modo conjuntivo dos quais se destacam os predicadores deônticos:

(74) a. João Baptista Kussumua fez este reconhecimento no fim-de-semana, no acto de tomada de posse de novos quadros do sector, a quem **pediu** *empenho e melhor articulação com as outras instituições do Governo* (JA. “Instituto de Investigação agrária chamado a investir no Huambo”. 14 de dezembro de 2016).

b. O ministro do interior **pediu** aos responsáveis da instituição *maior controlo e disciplina dos efectivos* (JA. “Estão garantidas eleições seguras no próximo ano”. 15 de dezembro de 2016).

(75) a. O comandante **pediu-lhes** *que se pautem por um comportamento exemplar, sobretudo, no que diz respeito ao assédio sexual a meninas em troca de notas* (JA. “Reforço da segurança escolar”. 05 de dezembro de 2016).

b. Aos responsáveis do partido em Luanda, João Lourenço **pediu** *que prestem maior atenção na preparação dos delegados de lista e fiscais eleitorais* (JA. “Pré-campanha tem início em Dezembro”. 06 de novembro de 2016).

O tratamento estatístico sobre a produtividade das orações completivas plenas e transcategorizadas no *corpus* permitiu, por conseguinte, registar que as completivas F<sub>2</sub>, que são as orações plenas, foram o subtipo funcional com maior rendimento funcional no PA, pois, num universo de 731 (89%)<sup>78</sup> ocorrências de orações completivas F<sub>2</sub>, foram atestadas 53 (7%) orações completivas F<sub>1</sub> e 36 (4%) ocorrências de orações completivas F<sub>4</sub>. Do rendimento funcional das completivas F<sub>1</sub>, F<sub>2</sub> e F<sub>4</sub> por periódico:

---

<sup>78</sup> Não fazem parte deste número as completivas F<sub>2</sub> interrogativas totais e parciais.

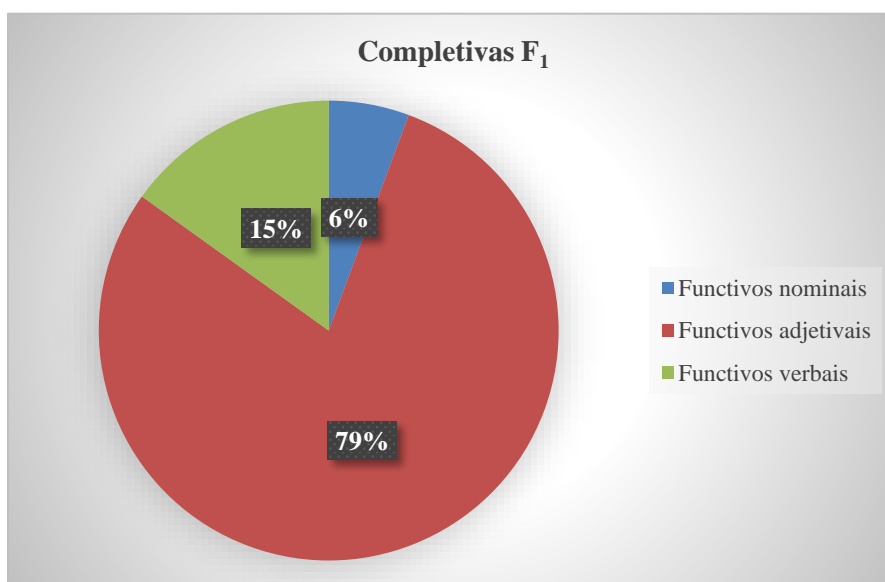
**Tabela 3: Subtipos sintáticos de orações completivas**

Orações completivas	JÁ	JD	JAAL	Total	%
Subjetivas	17	23	13	53	7
Objetivas diretas	365	206	160	731	89
Oblíquas	13	11	12	36	4

Conforme consta na tabela acima, e sem as construções apositivas e predicativas, registou-se um total de 820 ocorrências de orações completivas finitas no *corpus*. Estes resultados são indicadores de que o português, tal como sublinham Santos (2003: 369) e Castilho (2010: 357), é uma língua proeminentemente nominativo-acusativo. Importa, com efeito, proceder à descrição da natureza estrutural e funcional das orações completivas F<sub>1</sub>, F<sub>2</sub> e F<sub>4</sub> atestadas no *corpus*.

#### 4.2.2. Completivas F<sub>1</sub> e F<sub>2</sub>

As orações completivas F<sub>1</sub> ou subjetivas são aquelas que exercem a função de sujeito. Do ponto de vista categorial, as 53 orações completivas F<sub>1</sub>, atestadas no *corpus* e analisadas, são representadas por functivos nominais (6%), adjetivais (79%) e verbais (15%). Do tratamento estatístico dos dados resultou o seguinte gráfico descritivo sobre a natureza categorial das unidades que preenchem os espaços funcionais requeridos pelas orações completivas F<sub>1</sub> no acervo textual constituído da imprensa escrita angolana:



**Gráfico 1: Completivas F<sub>1</sub>**

Relativamente às unidades internas aos sintagmas, as orações completivas F<sub>1</sub>, atestadas no *corpus* e analisadas, apresentam os seguintes padrões estruturais: i) verbo copulativo + nome

(76), ii) verbo copulativo + adjetivo (77) e iii) verbo significativo + clítico nominativo, como em (78):

(76) a. **É verdade** *que o plantel também se colocou do seu lado* (JD. “Na corda bamba”. 01 de novembro de 2016).

b. **É bem verdade** *que no desporto devemos saber ganhar e perder* (JD. “Atacante do Kabuscorp quer mais oportunidade”. 06 de dezembro de 2016).

c. **É pena** *que a cultura da gestão em Angola, com as exceções possíveis de apontar, sejam caracterizadas por actos de falta de informação pública* (JD. “Por onde começar Artur? 27 de dezembro de 2016).

d. **É verdade** *que nem todos os problemas, que são muitos, podem ser resolvidos rapidamente, mas é necessário atacar os problemas mais graves* (JA. “Os servidores e as comunidades”. 27 de março de 2017).

(77) a. **É compreensível** *que as autoridades e a sociedade civil se preocupem com as questões ambientais* (JA. “A defesa do ambiente”. 02 de novembro de 2016).

b. **Não é esperado** *que, nesta recta final, Clinton volte a falar publicamente sobre a questão dos novos emails* (JA. “Trump vai à frente de Hillary Clinton”. 03 de novembro de 2016).

c. **É natural** *que neste tipo de campanha surjam promessas que numa primeira análise* (JD. “Promessas eleitoralistas”. 28 de dezembro de 2016).

d. **É preciso** *que estes tenham também bom domínio da língua corrente e saibam utilizar os sinais de pontuação* (JAAL” A Cremilda de Lima”. 19 de dezembro de 2016).

e. **É inadiável** *que cada um de nós [...] promovamos iniciativas para resgarmos os valores natalícios que se consubstanciam na promoção do perdão, da reconciliação e da caridade* (JAAL. “Natal: Razão de fé ou feriado comercial?” 20 de dezembro de 2016).

(78) a. Aliás, **adivinha-se** *que quem conseguir suplantar o adversário nessa contenda pode começar a sonhar com a conquista do torneio Gelson* (JD. “1º de Agosto e Petro jogam para o equilíbrio”. 20 de novembro de 2016).

b. Destes **esperava-se** *que muitos fossem escritores* (JAAL. “A nossa crítica”. 14 de novembro de 2016)

c. Pelos motivos atrás aduzidos, **considera-se** *que os recorrentes carecem de legitimidade para interpor este recurso* (JD. “Angolanos defrontam Swazis”. 14 de dezembro de 2016).

d. Aliás, **augurando-se** *que a corrida faça parte do calendário da Federação Internacional de Atletismo (IAAF)* (JD. “Melhores prémios”. 30 de dezembro de 2016).

e. **Recorde-se** *que a missão e a vocação principal da Academia Angolana de Letras consiste na realização profícua de programas e acções de promoção* (JAAL. “António Fonseca eleito Secretário-Geral da AAL”. 17 de Janeiro de 2017).

Se se considerar que «[a] referência constitui o conjunto dos meios pelos quais o locutor designa no discurso as variáveis do contexto» (Azeredo 1990: 126), os enunciados (76-78) e os demais atestados no *corpus* parecem evidenciar que as orações completivas F<sub>1</sub> ou subjetivas não admitem correferência de sujeito no PA (e, talvez, em outras normas nacionais). É sabido que, numa determinada frase ou enunciado, há correferência de sujeito «quando duas ou mais

expressões designam o mesmo referente, a mesma entidade do mundo (seja essa entidade uma pessoa, um animal, uma planta, um objeto, uma substância, um fenómeno natural, um espaço, uma entidade abstrata» (Lopes e Carapinha 2013: 56). Disso poderá depreender-se que a disjunção de sujeito é categórica em completivas F<sub>1</sub> nominais (76), adjetivais (77) e verbais (78) na norma angolana do português. Não foram observados casos de extraposição de orações completivas subjetivas no *corpus*. Todavia, observou-se um caso de inversão verbo copulativo + adjetivo (79) na regência de orações completivas subjetivas no PA, espelhando, desta forma, certa instabilidade estrutural do subtipo funcional na norma nacional em estudo:

(79) [...] **bom seria** que nesta semana Artur Almeida encontrasse os melhores mecanismos (JD. “Por onde começar Artur? 27 de dezembro de 2016).

Relativamente às completivas F<sub>2</sub>, as selecionadas por monemas verbais declarativos - *falar, dizer, informar, contar, anunciar, referir, realçar, acrescentar, asseverar, explicar, declarar, acrescentar* - tiveram maior produtividade no sistema, porquanto do universo de 731 completivas F<sub>2</sub> atestadas no *corpus* se observou um registo de 567 (77%) ocorrências de monemas verbais declarativos, 43 (6%) monemas verbais epistémicos, 47 (6%) monemas verbais volitivos, 42 (6%) monemas avaliativos, quatro (2%) monemas verbais psicológicos, seis (1%) monemas verbais deônticos, dez (1%) monemas verbais sensitivos e quatro (1%) monemas verbais predicadores compromissivos:

**Tabela 4: Monemas e sintagmas verbais regentes de orações completivas F<sub>2</sub>**

Periódico	Da seleção de orações completivas F <sub>2</sub>													
	Declarativos		Epistémicos		Volitivos		Avaliativos		Psicológicos		Deônticos		Sensitivos	
<b>JÁ</b>	300	53%	13	30%	22	47%	14	33%	07	50%	04	67%	01	10%
<b>JD</b>	139	25%	15	35%	22	47%	19	45%	03	21%	01	16%	07	70%
<b>JAAL</b>	127	22%	15	35%	03	06%	09	22%	04	29%	01	17%	02	20%
<b>Total</b>	567	77%	43	6%	47	6%	42	6%	14	2%	6	1%	10	1%

Os dados constantes na Tabela 4 são ilustradores de que, na variante escrita do português angolano, a enunciação é [+] elocutiva e [+] evidencial e, por isso, [-] avaliativa, volitiva e deôntica. Relativamente à participação das entidades envolvidas na enunciação, observou-se que as orações completivas F<sub>2</sub>, selecionadas por monemas verbais volitivos (80) e deônticos (81), são as que mais impõem restrições referenciais entre o sujeito da oração matriz e da encaixada, comportamento eventualmente determinado pela ocorrência do modo conjuntivo na oração encaixada, uma vez que, e conforme afirma Duarte, «[c]om completivas objecto directo no modo conjuntivo, o sujeito da frase superior e o sujeito da completiva, quer este tenha ou

não realização lexical, são interpretados obrigatoriamente como referencialmente disjuntos» (2003: 610):

(80) a. [...] eu **gostava** *que fosse bom por exemplo revitalizar o cargo de director técnico* (JD. “Artur entra em campo”. 27 de dezembro de 2016).

b. [...] o partido **pretende** *que os cidadãos continuem a depositar confiança no seu programa de governação* (JA. “Pré-campanha tem início em Dezembro”. 06 de novembro de 2016).

c. **Queremos** *que os nossos bancos comerciais comprem dinheiro, de modo a criarem investimentos* (JA. “Início Economia Investimentos Bons negócios com a China”. 08 de novembro de 2016).

d. [...] e **espera** *que os empregos existentes na economia se mantenham estáveis e que se criem novas oportunidades, tendo em conta as intenções de investimentos públicos* (JA. “Salários vão ser reajustados”. 24 de novembro de 2016).

e. Num dia como hoje, **desejamos** *que os Estados, as empresas, as famílias e pessoas singulares continuem a fazer jus às expectativas de toda a humanidade* (JA. “Dia Mundial da Terra”. 22 de abril de 2017).

f. Os amantes da modalidade **querem** *que o tempo corra* (JD. “Desafios à vista”. 26 de dezembro de 2016).

(81) a. **Recomendamos** *que, este ano, seja actualizado o registo das manifestações artísticas angolanas* (JAAL. “Carolina Cerqueira define desafio tridimensional da Cultura”. 17 de janeiro de 2017).

b. O comandante **pediu-lhes** *que se pautem por um comportamento exemplar* (JA. “Reforço da segurança escolar”. 05 de novembro de 2016).

c. **Requerem** *por fim que o Conselho Nacional de Comunicação Social ordene a publicação coerciva do seu Direito de Resposta nos termos de legislação aplicável* (JD. “Angolanos defrontam Swazis”. 14 de dezembro de 2016).

d. [...] **exige** *que se redobrem os esforços para conter as irregularidades* (JA. “Polícia apreende trinta mil litros de combustível na fronteira do Luvo”. 20 de novembro de 2016).

Entretanto, não se observaram restrições referenciais entre o sujeito da oração matriz e o sujeito da oração encaixada em completivas seleccionadas, a título ilustrativo, por monemas verbais declarativos (82), sensitivos (83) e psicológicos factivos, ou seja, por monemas tradicionalmente vistos como de regência do modo indicativo e de orações completivas assertivas

(82) a. O porta-voz do encontro, Norberto Garcia, **referiu** *que, em termos de propostas concretas apresentadas, até ao momento já foram concretizados* (JA. “Início Economia Investimentos Bons negócios com a China”. 08 de novembro de 2016).

b. Esta sondagem publicada terça-feira surge depois de o FBI ter **anunciado** *que vai aprofundar a investigação à utilização de um endereço* (JA. “Trump vai à frente de Hillary Clinton”. 03 de novembro de 2016).

c. O Ministério da Administração do Território **anunciou** *que até ontem estavam registados cerca de quatro milhões de cidadãos* (JA. “Quatro milhões já actualizaram dados eleitorais”. 08 de novembro de 2016).

d. Ela **conta** *que, apesar de ter um negócio somente seu, não viajava sozinha* (JA. “Móvel de qualidade fabricada em Luanda”. 16 de novembro de 2016).

e. Adérito Cavala aceitou a derrota, **disse** *que mais uma vez recebeu garantias de voto dos associados* (JD. “Pérolas projectam campeonato africano”. novembro de 2016).

(83) a. [...] **vejo** *que não é reconhecido*, lamentou e reconheceu não ser o único nestas condições (JD. “Empresa IBPR amplia iniciativa”. 20 de dezembro de 2016).

b. **Ouvi** do senhor governador *que o nosso Estádio vai receber algumas obras de beneficiação ainda este ano* (JD. “Estádio "4 de Janeiro" beneficia de bancadas”. 25 de fevereiro de 2017).

c. **Sentem** *que a vitória é deles* porque acham que só eles é que trabalharam para o sucesso (JD. “Ivo Trança crucifica direcção”. 20 de novembro de 2016).

d. Se nos apegarmos aos discursos, **vemos** *que o senhor Luís Prata tem dito que foi no seu tempo que Angola foi para o Mundial e participou em vários CAN* (JD. “"Duvido que haja mudanças no futebol"”. 16 de novembro de 2016).

e. [...] **vemos** *que a leitura de obras literárias há muito deixou de ser imperiosa e, até mesmo, aprazível aos olhos dos jovens que se auto-intitulam escritores* (JAAL. “Escritores Mediáticos na proa da fama efémera de uma geração sem nome”. 14 de fevereiro de 2017).

(84) a. Porque, não **esqueço** *que da vez anterior obedeceu a uma solicitação feita pelas associações durante a assembleia-geral ordinária realizada* (JD. “Candidatos de costume”. 19 de novembro de 2016).

b. **Recordamos** *que [...] o Governo decidiu criar Zonas Económicas Especiais* (JA. “Móbilias de qualidade fabricada em Luanda”. 16 de novembro de 2016).

c. Fernando da Piedade Dias dos Santos **lembrou** aos deputados *que no próximo ano realizam-se as eleições gerais e os partidos vão estar engajados na defesa dos seus programas com vista a atingir os seus objectivos* (JA. “Mais investimento público”. 15 de dezembro de 2016).

d. [...] e **recordou** *que a classificação no Girabola Zap e na Taça de Angola esteve aquém do esperado* (JD. “Pente fino nos votantes”. 16 de dezembro de 2016).

e. Mário Correia "Bala" **recordou** *que o 1º de Agosto é campeão nacional do Girabola Zap 2016* (JD. “Empresa IBPR amplia iniciativa”. 20 de dezembro de 2016).

A aparente falta de restrições referenciais em orações completivas objetivas diretas (82-84) deve-se, por um lado, ao facto de que «[c]om completivas objecto directo no modo indicativo, o sujeito da frase superior e o sujeito da completiva, quando este não é realizado lexicalmente e é compatível em traços de pessoa e número com o sujeito da frase superior, são interpretados preferencialmente como co-referentes» (Duarte 2003: 609) e, por outro lado, «[a]s completivas diretas de verbos de elocução que não trazem sujeito expreso, ou marcado, pela desinência verbal, como diferente do sujeito da oração principal, são entendidas, em princípio, como tendo sujeito correferencial ao do verbo da oração principal» (Neves 2000: 346), afinal, as completivas objetivas diretas de elocução são as que ocorrem com mais frequência/elevado rendimento funcional na norma escrita do PA.

Relativamente à ordem dos constituintes na frase, foi observada uma oração completiva objetiva direta cujo sujeito da estrutura encaixada aparece antes do monema verbal superior e

do transpositor integrante, o que poderá evidenciar alguma instabilidade funcional deste subtipo sintático no PA:

(85) **Esses prêmios individuais que a cultura vai conseguindo**, tanto na música como no teatro, penso *que devem surgir como vontade de despertar* (JAAL. “30 anos a trabalhar um sonho”. 11 de novembro de 2016).

Assim sendo, pode aduzir-se que as orações completivas objetivas diretas possuem dois padrões estruturais na norma angolana do português: i) monema verbal superior + transpositor + sujeito gramatical da oração encaixada (80-84) e ii) sujeito semântico/tópico marcado da oração encaixada + monema verbal superior + transpositor (85). Manipulando o enunciado (85): **esses prêmios individuais que a cultura vai conseguindo**, *tanto na música como no teatro, penso que devem surgir como vontade de despertar* > oração completiva F<sub>2</sub> com sujeito encaixado semântico, tópico marcado, não habitual; *penso que esses prêmios individuais que a cultura vai conseguindo*, *tanto na música como no teatro, devem surgir como vontade de despertar* > oração completiva F<sub>2</sub> com sujeito encaixado gramatical, habitual. Em línguas de proeminência de sujeito como o português, o sujeito gramatical «designa as propriedades de codificação morfológica e sintática do sujeito» (Duarte 1987: 29), ao passo que o sujeito semântico (ou sujeito da predicação ou sintagma inicial de uma frase) designa «a entidade sobre a qual se diz algo» (Raposo 2013: 354).

Foram, igualmente, observadas orações completivas F<sub>2</sub> formadas por perífrases verbais cujos verbos auxiliares (*poder, fazer, continuar, ir*) funcionam como modalizadores discursivos e indicadores aspetuais:

(85) a. **Podemos dizer** *que os habitantes dos territórios por onde aportaram as caravelas de Vasco da Gama, Diogo Cão e outros, aprenderam a língua conquistadora* (JAAL. “Irene Neto na Academia Galega da Língua portuguesa”. 31 de Janeiro de 2017).

b. **Podemos dizer** *que temos uma associação saudável e vamos deixar uma associação* (JD. “Custódio sai com o dever cumprido”. 17 de novembro de 2016).

c. Até agora só **posso dizer** *que é ele próprio que se beneficiou* (*Idem*).

d. Não **podemos esperar** *que o Executivo nos dê recursos para cada acção* (JAAL. “Carolina Cerqueira define desafio tridimensional da Cultura”. 17 de janeiro de 2017).

(86) a. João Francisco de Sousa **fez saber** *que, no próximo ano académico, a Universidade Kimpa Vita prevê admitir 1.300 novos estudantes* (JA. “Centenas de estudantes preparam monografias”. 14 de dezembro de 2016).

b. Por outro lado, eu **continuo a achar** *que não é um mercado consistente, não temos consumidores consistentes, por mais que se diga que a música já deu passo* (JAAL. “30 anos a trabalhar um sonho”. 11 de novembro de 2016).



c. E **vamos aguardar** *que os competentes órgãos do Estado legislem acerca das isenções de que o sector da Cultura necessita* (JAAL. “Carolina Cerqueira define desafio tridimensional da Cultura”. 17 de janeiro de 2017).

Em síntese, foram observadas orações completivas subjetivas e objetivas diretas que atestam o funcionamento e dinamismo destas construções no PA. Em relação às primeiras, a observância de dois padrões estruturais poderão prenunciar certo distanciamento à norma do português europeu cujas completivas subjetivas adjetivais são, em regra, formadas pelo seguinte padrão estrutural: monema verbal copulativo + adjetivo + transpositor, como em (77). Ora, no PA, as orações completivas subjetivas adjetivais podem ser formadas por i) monema verbal copulativo + adjetivo + transpositor (77) e ii) adjetivo + monema verbal copulativo + transpositor (79). Essa instabilidade estrutural também foi observada em orações completivas objetivas diretas, as quais contêm construções pertencentes à sintaxe nuclear do português (formadas por verbo superior + transpositor + sujeito gramatical da oração encaixada, como em (82-84)) e respetivamente à sintaxe periférica do português (sujeito semântico da oração encaixada + verbo superior + transpositor, como em (85)).

#### 4.2.3. Completivas F<sub>4</sub> e F<sub>2</sub> “reanalizadas”

Do universo de 36 orações completivas F<sub>4</sub> ou oblíquas, que estruturalmente são precedidas de uma “preposição necessária”, não foram observados casos de correferência de sujeito entre a oração superior e a oração encaixada. Neste particular, há semelhanças estruturais, por exemplo, entre o PA o PB, porquanto, conforme assinalou Neves de um *corpus* representativo da norma culta brasileira, «nas oblíquas o sujeito da oração principal e o da oração completiva não são correferenciais» (2000: 355). Os seguintes enunciados parecem espelhar a existência, na norma angolana do português, de um possível quadro de restrição referencial entre o sujeito da oração superior e o sujeito da oração encaixada nas relações de determinação de estruturas completivas F<sub>4</sub> nominais (87), adjetivais (88) e verbais (89):

(87) a. A conquista do Girabola Zap 2016 pelo 1º de Agosto é um grande **exemplo de** *que só com um orçamento forte* (JD. “O triunfo da paciência sobre o imediatismo”. 03 de novembro de 2017).

b. Aliás, uma **prova do** *que acima se diz são os 13 meses de salários em atraso* (JD. “Quero ver o Artur sem “caça às bruxas””. 20 de dezembro de 2016).

c. Para Adelino, eram períodos que trouxeram grandes lições de vida, principalmente **a tese de** *que as grandes obras começam aprendendo que as dificuldades são para serem ultrapassadas* (JAAL. “30 anos a trabalhar um sonho”. 11 de novembro de 2016).

d. Não restam **dúvidas de** *que Bangão é um artista insubstituível* (JAAL. “30 anos a trabalhar um sonho”. 11 de novembro de 2016).

e. Efectivamente, essa paganização dissemina o **pensamento de que a quantidade e a carestia de presentes que ofertamos ou recebemos e a fartura em nossa mesa são o mais importante** (JAAL. “Natal: Razão de fé ou feriado comercial?” 20 de dezembro de 2016).

f. Portanto, o escritor deve ter **consciência de que a informação na era das TIC tornou-se portátil, podendo aceder-se a ela com um simples clique** (JAAL. “A Webnotícia como ferramenta de divulgação da literatura “. 19 de dezembro de 2016).

(88) a. [...] o Executivo deu um sinal **claro de que apesar da conjuntura económica e financeira difícil quer promover o emprego e a renda das famílias com aposta na exploração de madeira** (JA. “Mobília de qualidade fabricada em Luanda”. 16 de novembro de 2016).

b. [...] vamos desenvolver um trabalho **conscientes de que os associados vão pegar no nosso programa e conferir as nossas acções** (JD. “Pérolas projectam campeonato africano”. novembro de 2016).

c. O médio considera estar **convicto de que representou uma grande equipa** (JD. “Zé Augusto deixa Sagrada Esperança”. 14 de dezembro de 2016).

d. A banalização da morte e a **insensibilidade de que uma guerra se cobre são estados de espírito** (JAAL. ““Viver e morrer em Angola " O livro triste de Paulino Soma”. 14 de fevereiro de 2017).

(89) a. Temos tendência a **gostar só dos que são da nossa família, as ideias confundem-se com as nossas paixões** (JAAL. “A nossa crítica”. 14 de novembro de 2016).

b. As cooperativas estão efectivamente a **fazer com que os estrangeiros não tenham espaço no nosso território, está a reduzir drasticamente a entrada de estrangeiros no nosso país** (JA. “Mais diamantes e menos receitas”. 16 de janeiro de 2017).

c. [...] no sentido de **fazer com que aquelas áreas que de alguma forma funcionavam como chamariz dos estrangeiros devam ser outorgadas aos angolanos, sob forma de cooperativa** (JA. “Mais diamantes e menos receitas”. 16 de janeiro de 2017).

d. Assim sendo, vamos **fazer com que aquelas cooperativas com melhor performance se transformem em pequenas empresas** (JA. “Mais diamantes e menos receitas”. 16 de janeiro de 2017).

e. Assim sendo, vamos **fazer com que aquelas cooperativas com melhor performance se transformem em pequenas empresas** (JA. “Mais diamantes e menos receitas”. 16 de janeiro de 2017).

f. Isso **faz com que o passivo tende a aumentar** (JD. “Passivo milionário enferma Benfica”. 27 de fevereiro de 2017)

g. [...] sobretudo se **atendermos a que, como afirmou o Presidente José Eduardo dos Santos, ” nesta era da globalização [...], quem não é capaz de administrar o seu mercado e preservar os valores da sua identidade, transformando-os em contributo ao processo global, fica sem expressão** (JAAL. “Carolina Cerqueira define desafio tridimensional da Cultura”. 17 de janeiro de 2017).

Conforme se referiu em 3.1, Adriano (2014) e Campos (2016) observaram através da análise de um *corpus* constituído da Televisão Pública de Angola (doravante, TPA) construções que atestam a instabilidade funcional de orações completivas F<sub>4</sub> ou oblíquas no PA cuja propriedade mais típica é marcada pela omissão da “preposição necessária” (cf. os enunciados (67d-e)), “agora não necessária”, à valência do monema verbal superior. Quadro idêntico a este foi observado na imprensa escrita angolana (cerca de 15 ocorrências) que revelam certa perda estrutural e respetiva reanálise sintática de orações completivas F<sub>4</sub> no PA e, segundo Fonseca e Suelela (2017: 149), nas demais normas lusófonas:

(90) a. Não há **dúvidas** [-] *que a implementação do programa de valorização do serviço público vai essencialmente premiar, enaltecer e divulgar* (JA. “Funcionários públicos beneficiam de formação”. 20 de novembro de 2016).

b. Tenho a **certeza** [-] *que com uma mulher a dirigir o desporto muitas jovens passarão a acreditar mais nas capacidades* (JD. “Antónia Ribeiro promete trabalhar em prol do desenvolvimento da modalidade no país”. 20 de janeiro de 2017).

c. Mas, tenhamos **consciência** [-] *que a municipalização da cultura exigirá grande capacidade criativa não* (JAAL. “Carolina Cerqueira define desafio tridimensional da Cultura”. 17 de janeiro de 2017).

d. [...] tomamos **consciência** [-] *que compreender a identidade Kuvale é compreender a sua inserção na história da construção de Angola* (JAAL. “Ruy Duarte de Carvalho: Vou lá visitar pastoras”. 17 de janeiro de 2017).

e. [...] mas tenho **certeza** [-] *que em relação à questão organizativa, tanto no campo administrativo como técnico-desportivo, podemos dizer que o novo elenco vai encontrar uma associação* (JD. “Custódio sai com o dever cumprido”. 17 de novembro de 2016).

f. [...] estamos **esperançosos** [-] *que a recém-criada Academia de Letras de Angola, poderá contribuir igualmente para este desiderato.* (JAAL. “Carolina Cerqueira define desafio tridimensional da cultura”. 17 de janeiro de 2017).

(91) a. A recolha e o tratamento do lixo é uma questão importante, e **apercebi-me** [-] *que as nossas autoridades têm políticas definidas para resolver um* (JA. “A defesa do ambiente”. 02 de novembro de 2016).

b. Ainda não **nos convenceram** [-] *que, de acordo com a nossa lei, seja o MAT, enquanto órgão do Executivo de um Estado extremamente partidarizado, a pilotar o processo de registo eleitoral* (JA. “Quatro milhões já actualizaram dados eleitorais”. 08 de novembro de 2016).

c. Não **nos esqueçamos** [-] *que o 1º de Agosto, é o resultado de uma selecção composta pelos melhores jogadores em idade militar* (JD. “O triunfo da paciência sobre o imediatismo”. 03 de novembro de 2017).

d. **Lembro-me** [-] *que à entrada da terceira jornada num dos nossos pronunciamentos, havia dito que os lugares cimeiros não eram nossos e aproveitei igualmente na mesma ocasião* (JD. “Ivo Trança crucifica direcção”. 20 de novembro de 2016).

e. Não **nos esqueçamos** *que Angola domina o andebol feminino em África, especialmente, a nível de clubes* (JD. “O resgate da hegemonia”. 24 de novembro de 2016).

f. Muita gente esquece-se disso. O meu pai **recorda-me** sempre [-] *que o primeiro golo do Girabola foi marcado pelo Domingos Adriano “Minguito”* (JD. “Pintar trava ascensão de Ngueve”. 21 de dezembro de 2016).

g. [...] **apercebi-me** [-] *ao visitar as edições on-line do JA, do JD e da Angop, que a terceira jornada do Girabola ficou marcada por alguns erros de arbitragem* (JD. “FAF em dia de decisão”. 08 de março de 2017).

h. Bayard considera o “não-leitor” uma figura tão importante como o devorador de livros, pois **nos lembra** [-] *que o livro não é ferramenta para angariar cultura ou impressionar os outros, e sim uma forma de encontrar a si mesmo* (JAAL. “A nossa crítica”. 14 de novembro de 2016).

Nos enunciados acima, não ocorre em orações completivas F<sub>4</sub> a então “preposição necessária” de monemas nominais e adjetivais epistémicos (90) e de monemas ou sintagmas verbais intrinsecamente pronominais (91). Fiéis ao princípio da “solidariedade conceitual” entre forma e função descrito em 2.2., entende-se que a omissão da então “preposição necessária” em (90-

91), fenómeno de variação linguística denominado queísmo em 3.2.4 (cf. Rabanales 2000: 25), terá alterado a valência do monema superior e o tipo de oração completiva, fruto, portanto, da transposição sintática inerente às línguas naturais. Os monemas nominais e adjetivais epistémicos de (90) - *dúvida, certeza, consciência, esperançoso* – e os sintagmas verbais de (91) - *esquecer-se, aperceber-se, lembrar-se* -, cujas valências de partida são de sintaxe preposicional, passaram a ser de sintaxe não preposicional. Assim sendo, e reafirmando com Tesnière que «[i]l ne peut y avoir **structure** qu’autant qu’il y a **fonction**» (1988: 39), considera-se que a reanálise sintática dos monemas e sintagmas superiores de enunciados, como (90-91), alterou, igualmente, as relações de determinação entre os sintagmas pelo facto de se operar mudanças no subtipo de orações completivas, que passam de completiva F<sub>4</sub> ou oblíqua a uma oração completiva F<sub>2</sub> ou objetiva direta (doravante, será denominada oração completiva F<sub>2</sub> reanalisada ou oração completiva objetiva direta reanalisada). O contraste entre (88d-f) abaixo retomado em (92) e (90a-c) abaixo retomado em (93), bem como entre (94a) e (91f) a seguir reescrito em (94b) parece ser mais ilustrador:

(92) a. Não restam **dúvidas de** *que Bangão é um artista insubstituível.*

b. Portanto, o escritor deve ter **consciência de** *que a informação na era das TIC tornou-se portátil, podendo aceder-se a ela com um simples clique.*

(93) a. Não há **dúvidas [-]** *que a implementação do programa de valorização do serviço público vai essencialmente premiar, enaltecer e divulgar.*

b. Mas, tenhamos **consciência [-]** *que a municipalização da cultura exigirá grande capacidade criativa não.*

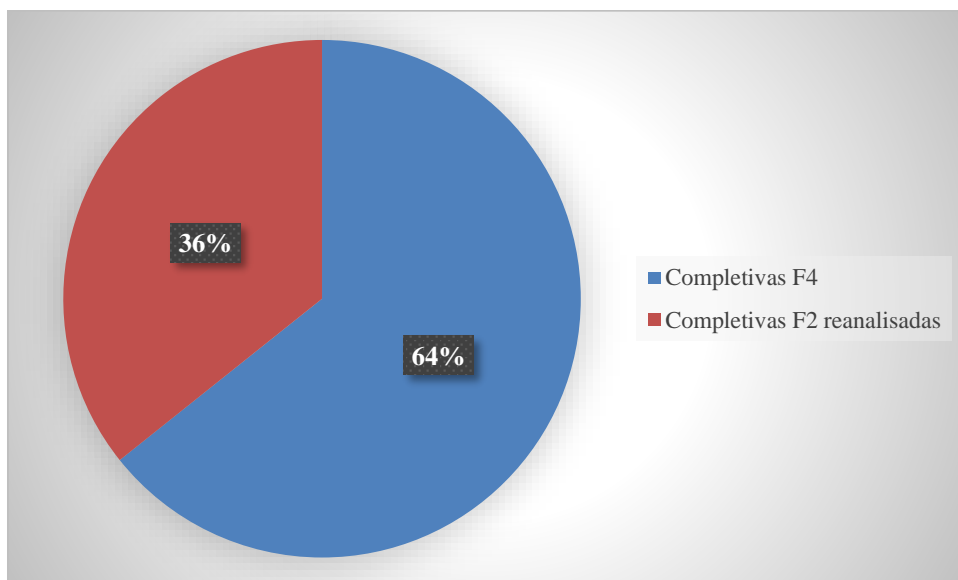
(94) a. O João **recorda-se de** *que a decisão foi unânime* (Duarte 2003: 615)

b. Muita gente esquece-se disso. O meu pai **recorda-me** sempre [-] *que o primeiro golo do Girabola foi marcado pelo Domingos Adriano “Minguito”.*

Assim, em completivas formadas com sintagmas nominais e adjetivais epistémicos do PA, os falantes dispõem de duas variantes estruturais cujos núcleos selecionam dois tipos de expansão: complemento oblíquo oracional (92) e complemento direto oracional (93). Tal sucede com as completivas formadas com sintagmas verbais intrinsecamente pronominais, uma vez que os respetivos núcleos selecionam expansões subordinadas cujos transpositores são precedidos de preposição (complemento oblíquo oracional, completiva oblíqua, como (94b)) e expansões subordinadas cujos transpositores não são precedidos de preposição (complemento direto oracional, completiva objetiva direta reanalisada, como em (94b)). Com base nisso, a afirmação segundo a qual «todos os verbos intrinsecamente pronominais que selecionam um argumento interno determinam que este seja um complemento oblíquo introduzido por uma preposição»

(Barbosa 2013: 1870) é válida numa gramática descritiva, mas nem sempre reflete os usos linguísticos reais.

Por outro lado, a omissão da preposição *de* nos enunciados de (90-91) pode servir de traço distintivo formal e sintático entre completivas F<sub>4</sub> e F<sub>2</sub> cuja pertinência é notória ao nível da primeira articulação, mas aparente ao nível da segunda articulação - «la realidad lingüística no se identifica necesariamente con la realidad perceptible» (Hoyos-Andrade 1992: 24). A partir disso, e a julgar pela frequência quase proporcional no sistema entre completivas F<sub>4</sub> (36 ocorrências) e F<sub>2</sub> reanalisadas (20 ocorrências, sendo cinco no JA, 11 no JD e quatro no JAAL), pode aludir-se, seguindo Fonseca e Suelela (2017: 149), que a oposição funcional entre orações completivas “com preposição necessária” e completivas “sem preposição necessária” perdeu pertinência comunicativa no PA. E isto é válido para as demais normas nacionais do português:



**Gráfico 2: Completivas F4 e completivas F2 reanalisadas**

Inverso ao fenómeno de queísmo ou de reanálise sintática de orações completivas oblíquas é o fenómeno de dequeísmo que, muito embora não tenha sido observado no *corpus* constituído da imprensa escrita angolana<sup>79</sup>, serve para ilustrar a transposição de verbos, selecionadores de orações completivas finitas, cujo transferendo é de sintaxe não preposicional (como os verbos declarativos epistémicos) e o transferido de sintaxe preposicional. Esta mudança de classe e de valência nos verbos em questão altera, igualmente, o subtipo sintático de estruturas formadas

<sup>79</sup> Adriano (2014) e Campos (2016) também só observaram construções completivas dequeístas em *corpora* orais, constituídos da TPA.

por relações de complementação finita, migrando de completivas F<sub>2</sub> ou objetivas diretas a completivas F<sub>4</sub> ou oblíquas. Ora, veja-se o contraste entre os seguintes pares de exemplos, sendo os dois primeiros enunciados extraídos da imprensa escrita ((95) e (97)) e os dois últimos ((96) e (98)) da imprensa oral:

(95) [...] o antigo presidente da FAF, que teve o mérito de colocar os Palancas Negras, no seu primeiro Mundial, em 2006 na Alemanha, pretendia **dizer** *que a FAF encontrava-se na condição de pedinte* (JD. “Sócio Palanca precisa-se”. 09 de março de 2017).

(96) a. [...] estamos a **dizer** todos em uníssono **de** *que nós queremos eleições livres* (Adriano 2014: 356).

(97) Mas esse prémio veio mostrar o contrário, levando-nos a **concluir** *que cada semente tem o seu tempo de dar frutos* (JAAL. “O fim da solidão da BD angolana”. 22 de novembro de 2016).

(98) a. O exercício que hoje foi feito levou-nos a **concluir de** *que este sistema de votação* [...] (Campos 2016: 54).

Em ((95) e (97)), os verbos *dizer* e *concluir* selecionam orações completivas F<sub>2</sub> ou objetivas diretas pelo facto de a respetiva valência ser de sintaxe não preposicional. Em ((96) e (98)), pelo contrário, selecionam completivas F<sub>4</sub> ou oblíquas, porque a valência dos mesmos é de sintaxe preposicional. Assim sendo, pode concluir-se, por um lado, que «las lenguas tienen la posibilidad de producir modificaciones en las categorías con el fin de posibilitar que algunos sintagmas desempeñen determinadas funciones para las que no estaban capacitados» (Gutiérrez Ordóñez 1997a: 152) e, por outro lado, que «[é] cultivada em permanência uma relação dialéctica entre os dados observados e a teoria linguística. Nesta linha de conduta, em caso de divergência entre os dados observados e a teoria, será, evidentemente, esta última que terá de mudar e não o inverso» (Clairis 2005: 19).

Do ponto de vista da participação das entidades no discurso, as orações completivas objetivas diretas ou F<sub>2</sub> reanalisadas (90-91) partilham das mesmas propriedades referenciais com as orações completivas oblíquas ou F<sub>4</sub> (87-89) pelo facto de nos dois tipos de estruturas o sujeito da oração superior ser diferente do sujeito da oração encaixada. Desta feita, e como forma de contribuição à sintaxe descritiva do português, os dados analisados revelam que “o efeito de referência disjunta”, para além da morfologia verbal ou da oposição funcional indicativo e conjuntivo (cf. Duarte 2003: 610), também é determinado pelo subtipo sintático de oração completiva, porque, entre as completivas argumentais estudadas, só as completivas objetivas diretas ou F<sub>2</sub> admitem disjunção e correferência entre o sujeito da oração superior e o sujeito da oração encaixada. Na secção seguinte, proceder-se-á à caracterização dos padrões posicionais

dos clíticos pronominais em estruturas completivas finitas, fenómeno já estudado por Soquessa (2017: 58) que observou a ocorrência da próclise numa completiva F<sub>4</sub> nominal num *corpus* constituído do JA, conforme consta em (67f) aqui reescrito em (99):

(99) [...] mas arrepiado com **a sensação de que me roubaram os bons tortulhos** [...].

#### 4.2.4. Sintaxe posicional dos clíticos em estruturas completivas finitas

O padrão posicional do pronome átono em (99), de acordo com Martins (1994: 93), é categórico em todas as épocas do português. Não obstante, e considerando o facto de que o *corpus* estudado por Martins já não poderá explicar usos linguísticos mais atuais da história estrutural da língua portuguesa, foram observadas na imprensa escrita angolana construções que atestam a variação livre entre anteposição e posposição de clíticos pronominais em vários subtipos sintáticos de orações completivas finitas:

**Tabela 5: Sintaxe posicional dos clíticos em estruturas completivas finitas**

Subtipo sintático	Próclise	Ênclise	Mesóclise
F <sub>1</sub>	07	01	01
F <sub>2</sub>	11	03	-
F <sub>4</sub>	01	01	-
F <sub>5</sub>	01	-	-
Total	19	05	01

Para além da variação livre entre anteposição (100) e posposição (101) de clíticos pronominais, a Tabela 5 atesta a ocorrência da mesóclise (102) em estruturas completivas finitas, fenómeno sintático já em “atlas linguísticos” do PE e PB (cf. Soquessa 2017; Suelela 2017), porém, pode, igualmente, ser ilustrador, tal como se refere ao longo do presente trabalho, de que uma língua natural, como o português, não é um sistema fechado ou elaborado previamente por gramáticos; é, sem dúvida, um sistema dinâmico e funcional porque «se adapta constantemente às necessidades dos utentes» (Martinet 1995: 49).

(100) a. É compreensível *que as autoridades e a sociedade civil se preocupem com as questões ambientais* (JA. “A defesa do ambiente”. 02 de novembro de 2016).

b. É preciso *que todos se registem* (JA. “Todos ao registo eleitoral. Líder do maior partido na oposição acredita na vitória nas eleições de Agosto”. 12 de março de 2017).

c. É positivo *que se trabalhe para que haja desenvolvimento dos municípios* (JA. “Os servidores e as comunidades”. 27 de março de 2017).

d. É verdade *que o plantel também se colocou do seu lado* (JD. “Na corda bamba”. 01 de novembro de 2016).

e. É preciso, ainda, *que se actualize este ano o registo dos instrumentos musicais tradicionais de cada província e a sua difusão pelos centros culturais* (JAAL. “Carolina Cerqueira define desafio tridimensional da Cultura”. 17 de janeiro de 2017).

f. Acontece *que a melhor maneira de se familiarizar com estes aspectos tão caros à escrita é justamente ler* (JAAL. “Escritores Mediáticos na proa da fama efêmera de uma geração sem nome”. 14 de fevereiro de 2017).

g. Porque eu penso, e *é bom que se diga, temos uma vida aparente, de luxo na miséria* (JAAL. “30 anos a trabalhar um sonho”. 11 de novembro de 2016).

h. O comandante pediu-lhes *que se pautem por um comportamento exemplar* (JA. “Reforço da segurança escolar”. 05 de novembro de 2016).

i. [...] exige *que se redobrem os esforços para conter as irregularidades* (JA. “Polícia apreende trinta mil litros de combustível na fronteira do Luvo”. 20 de novembro de 2016).

j. [...] e espera *que os empregos existentes na economia se mantenham estáveis* e que se criem novas oportunidades, tendo em conta as intenções de investimentos públicos (JA. “Salários vão ser reajustados”. 24 de novembro de 2016).

k. [...] permite *que a página se adapte ao dispositivo a partir do qual se acede* (JA. “Marca Angola valorizada em Espanha”. 27 de janeiro de 2017).

l. [...] o meu espírito de desafio não permite *que me afaste daquilo que gosto de fazer, teremos novidades no próximo mês* (JA. “Ela é bomba” vence na categoria de Semba”. 31 de janeiro de 2017).

m. Penso *que se deve apoiar os nossos compatriotas* (JA. “Apoio ao xadrez”. 16 de janeiro de 2017).

n. Artur de Almeida e Silva refere *que se ensaiou “um primeiro passo” nesse sentido* (JD. “Artur promete acertar calendário do Girabola”. 14 de dezembro de 2016).

o. [...] rematou e acrescentou *que se sente encorajado para tal* (JD. “Artur promete acertar calendário do Girabola”. 14 de dezembro de 2016)

p. [...] não omitiram dados e não permitiram *que se procedesse de formas a garantir alguma vantagem para esta questão do voto* (JD. “Pente fino nos votantes”. 16 de dezembro de 2016).

k. [...] gostaríamos *que os Palancas Negras se fizessem presentes na edição* (JD. “Sonhar com Camarões”. 16 de janeiro de 2017).

r. O importante é *que não se acumulem problemas e se os pudermos prevenir melhor ainda* (JA. “Os servidores e as comunidades”. 27 de março de 2017).

t. Aliás, uma prova do *que acima se diz são os 13 meses de salários em atraso* (JD. “Quero ver o Artur sem “caça às bruxas””. 20 de dezembro de 2016).

(101) a. [...] acredita-se *que fazê-las durante o dia é susceptível de provocar calamidades ou desgraças pessoais* (JAAL. “MISOSO: Pedras angulares da Filosofia Cultural de Angola”. 17 de janeiro de 2017).

b. O director da repartição municipal do Ordenamento do Território, Urbanismo Ambiente, Joaquim Dongo Kosi, disse *que tal iniciativa enquadra-se na política do Executivo* (JA. “Famílias desfavorecidas receberam casas no Soyo”. 15 de dezembro de 2016).

c. [...] disse *que os membros do Conselho de Administração da Assembleia Nacional deslocaram-se ao município do Lobito* (JA. “Hotel da Assembleia aberto antes do final da legislatura”. 04 de dezembro de 2016).

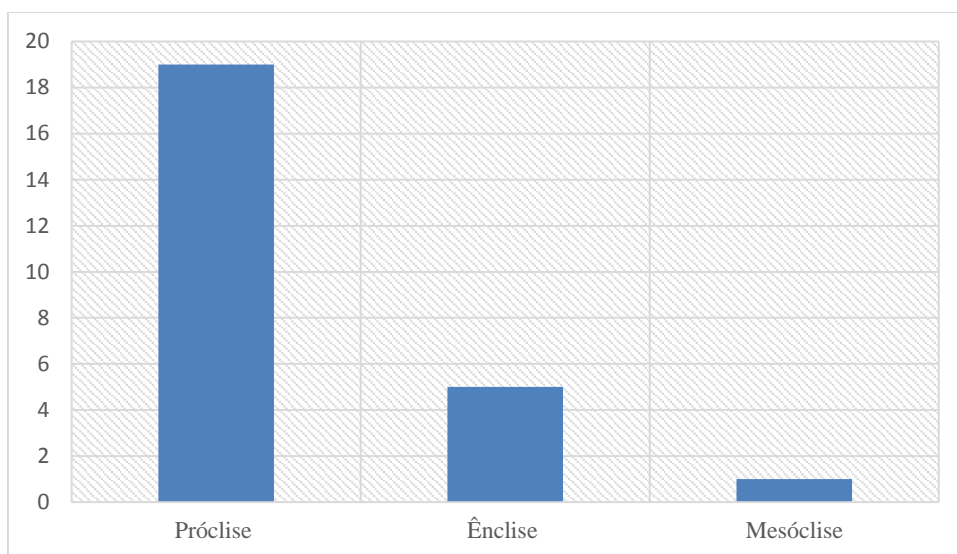
d. Fernando da Piedade Dias dos Santos lembrou aos deputados *que no próximo ano realizam-se as eleições gerais* (JA. “Mais investimento público”. 15 de dezembro de 2016).

e. Facto é *que nos média fala-se mais desses “escritores” do que dos seus escritos* (JAAL. “Escritores Mediáticos na proa da fama efêmera de uma geração sem nome”. 14 de fevereiro de 2017).



(102) a. [...] quando muita malta do nosso “association” julgava *que competitividade registrar-se-ia apenas entre aqueles dois*. (JD. “APF do Zaire reivindica direito de votar”. 20 de novembro de 2016).

Estatisticamente, os casos de variação livre dos clíticos pronominais, muito embora ainda em baixo rendimento funcional no PA, são indicadores, seguindo Coseriu, de que «o sistema representa o conjunto de oposições funcionais (distintivas) comprováveis no mesmo falar, as regras distintivas segundo as quais esse se realiza e, por conseguinte, os limites funcionais de sua variabilidade» (1987: 140):



**Gráfico 3: Sintaxe posicional dos clíticos em estruturas completivas finitas**

A derrogação ao princípio segundo o qual a próclise é o único padrão posicional dos clíticos pronominais em orações subordinadas finitas em todas as épocas da história da língua (cf. Martins 1994), seria mais sintomático se se alargasse o estudo a outros tipos de construções discursivas formadas por subordinação oracional. Paulino Adriano, por exemplo, observou variação livre entre anteposição e posposição pronominal clítica em estruturas adjetivas:

(102) a. [...] para retirar os sinistrados *que encontravam-se presos no veículo* (Adriano 2014: 401).

## **CAPÍTULO V**

# **DAS PROPRIEDADES SEMÂNTICO-PRAGMÁTICAS DAS ESTRUTURAS COMPLETIVAS FINITAS NA NORMA ANGOLANA DO PORTUGUÊS**

O presente capítulo visa descrever alguns dos aspetos semântico-pragmáticos intrínsecos às relações de complementação finita no PA. Para tal, serão descritas, respetivamente, i) as oposições funcionais entre construções completivas declarativas, interrogativas e exclamativas, ii) as estratégias discursivas de seleção de construções completivas assertivas e não assertivas, iii) as propriedades gramaticais, semânticas e axiológicas de construções completivas que terão perdido o traço [+] assertivo; [+] irrealidade e iv) a dependência temporal em estruturas completivas finitas igualmente atestadas no acervo textual constituído da imprensa escrita angolana. Desta feita, visa-se, por conseguinte, alargar a abordagem sobre a natureza estrutural e funcional de construções completivas na variedade angolana do português, até então centrada no estudo das completivas oblíquas e na seleção modal (cf. Gonçalves 2013; Adriano 2014; Campos 2016). Assim, o presente capítulo poderá ser um espaço adequado a uma abordagem integral e complementar entre três disciplinas linguísticas cujas premissas teóricas e metodológicas foram definidas pelas escolas de Genebra, Praga e Paris: semântica, pragmática e axiologia. Saussure é, sem dúvida, «quem funda a semântica moderna com a sua teoria do signo» (Mounin 1972: 130). Ao assinalarem que «[e]n el lenguaje en su *función de comunicación* hay que distinguir dos direcciones de gravitación: una en la cual el language es «situacional», esto es, cuenta con elementos extralingüísticos complementarios (*lenguaje práctico*) (CLP 1929: 31), os signatários das teses do Círculo Linguístico de Praga lançavam as premissas para o surgimento e posterior desenvolvimento da pragmática no quadro da linguística estrutural a exemplo da fonologia e da sociolinguística.

### **5.1. Da sintaxe funcional às fronteiras entre a semântica, axiologia e pragmática**

Para além da sintaxe funcional, a primeira articulação é objeto da axiologia, disciplina linguística estrutural proposta por Martinet em 1973. Na linha de Martinet (1995: 57) e seguidores (Hoyos-Andrade 1992: 114; Marçalo 1992: 92; Santos 2003: 72), a axiologia ou semântica funcional é a ciência do significado, contrariamente à semântica cujo objeto é o sentido: «o significado, conceito-chave da análise axiológica, é passível de ligação directa à análise sintáctica (que, aliás, é o seu fundamento) e actua ao nível da frase. Já o sentido, enquanto conceito-chave da semântica, inclui forçosamente os dados do uso, informações pragmáticas e actua no conjunto do enunciado» (Santos 2003: 72).

Parece certo que poderá ser pouco produtivo “reatar” discussões sobre a distinção formal e substancial entre sentido e significado por se tratar, julga-se, de um problema de teoria e

filosofia da linguagem mais do que de linguística descritiva. Talvez esta tenha sido a apreciação de Lyons e Osório, quatro anos depois da teoria axiológica de Martinet em Londres e 31 em Portugal:

Sentido é o termo usado por alguns filósofos para aquilo que outros descreveram simplesmente como o seu significado, ou, de maneira mais restrita ainda, como o seu significado cognitivo ou descritivo (Lyons 1980: 163).

Não podemos, contudo, omitir o facto de que a noção de *sentido* deriva da noção de *valor* (Osório 2004: 34).

Nesta conformidade, a semântica e a axiologia são áreas disciplinares afins pelo objeto de estudo, que é a significação das unidades da primeira articulação. Porém, são áreas disciplinares distintas pelo procedimento de trabalho que adotam: i) a semântica isola e descreve traços significativos das unidades sintagmáticas; ii) a axiologia isola e descreve traços valorativos que se opõem entre unidades sintagmáticas. Pouco interessará, conforme já se fez alusão, polarizar a abordagem. A sintaxe funcional, axiologia e pragmática são áreas disciplinares cujo objeto contribui para a expressão da experiência dos indivíduos, pois, a frase, o enunciado e o discurso, formados de processos de hierarquia e dependência entre monemas e sintagmas (coesão e coerência), são os três principais planos de «realización individual y ocasional del lenguaje» (Coseriu 1978: 38). Em outros termos: quer sejam disciplinas linguísticas ou extralinguísticas, a semântica e axiologia são formas de saber e de trabalho complementares e indispensáveis a quem pretenda realizar estudos descritivos sobre a significação. Se em matéria da enunciação «o falante conta com o contexto para modificar o sentido das unidades (monemas ou sintemas)» (Marçalo 1992: 94), a pragmática será uma disciplina transversal e fronteira entre a sintaxe, semântica e axiologia pela tarefa de explicar e descrever aspetos referenciais, situacionais ou contextuais inerentes a um determinado fenómeno linguístico. Em várias partes da teoria linguística de Martinet, há elementos implícitos que permitem reforçar a importância de uma abordagem interdisciplinar, transversal e complementar entre a sintaxe, semântica, axiologia e a pragmática. A comunicação, em sintaxe funcional, reproduz a experiência através da constituição e reconstituição de significado:

La sintaxis funcional se basa en la comprobación de que el hombre utiliza el lenguaje – que existe en forma de lenguas diversas – para comunicarse. Lo que desea comunicar forma parte de lo que puede llamarse su experiencia (Martinet 1978: 180).

La syntaxe, au sens large du terme, est l'examen de tout ce qui permet de restituer le sens global du message à partir de la succession des monèmes» (Martinet 1979: 153).

Do desenvolvimento precedente, pode aduzir-se que as disciplinas linguísticas em análise (sintaxe, semântica, axiologia e pragmática) são indispensáveis para a prossecução dos

objetivos previstos para este trabalho e outros trabalhos sintáticos de natureza descritiva, porquanto a linguagem verbal é simultaneamente i) expressão da experiência através de relações de hierarquia entre unidades da primeira articulação, ii) significação e representação dos dados da experiência e iii) contextualização/adequação da experiência comunicada ou significada. Coseriu parece perentório sobre a essência da linguagem verbal: «[c]onsiderada em sua realidade histórica, a linguagem é **logos semântico** que, nos atos de falar, apresenta ulteriores determinações: isto é, sem deixar de ser semântica, é, ademais, **fantástica** (poesia), **apofática** (expressão lógica) ou **pragmática** (expressão prática) (Coseriu 1979: 182).

## 5.2. Completivas declarativas, interrogativas e exclamativas

As construções completivas declarativas (731 ocorrências)<sup>80</sup>, descritas como completivas plenas em 4.2.1. e F<sub>2</sub> em 4.2.2, tiveram maior produtividade funcional no *corpus* que as interrogativas totais (nove ocorrências) e interrogativas e exclamativas parciais (nove ocorrências). Apesar do baixo rendimento funcional, as completivas interrogativas totais ou indiretas, cujo traço distintivo formal é o transpositor *se*, partilham das propriedades sintáticas das completivas declarativas por admitirem sujeito correferente (103) e disjunto (104) e por serem prototipicamente functivos que preenchem os espaços requeridos por functemas F<sub>2</sub>:

(103) a. É bom que anualmente façamos consultas regulares para **sabermos** *se temos esta ou aquela doença* (JA. Cuidados com a saúde”. 31 de janeiro de 2017).

b. Na verdade, **não sei** *se serei capaz de satisfazer as expectativas* (JA. “A globalização da indiferença”. 12 de março de 2017).

c. [...] a Federação Angolana de Futebol tem de **ver** bem *se acata ou não a "sugestão" avançada pelo ministro* (JD. “A sugestão do ministro”. 28 de fevereiro de 2017).

(104) a. **Perguntam-me** *se o funge deve ser retirado da dieta de um atleta. E eu digo que podemos e devemos comer* (JA. “Especialistas ajudam atletas”. 30 de abril de 2017).

b. [...] a grande questão que se coloca agora é **saber** *se os atletas consentem um último sacrifício, e evitar que o percurso do técnico termine manchado* (JD. “Na corda bamba”. 01 de novembro de 2016).

c. **Vamos ver** *se o projecto de ter uma equipa sénior feminina de basquetebol não fique na intenção* (JD. “Passivo milionário enferma Benfica”. 27 de fevereiro de 2017).

Em (103), a correferência de sujeito, tal como já se referiu com Neves (2002) e Duarte (2003), deve-se ao facto de o sujeito da oração subordinante (sujeito morfológico de primeira pessoa, em (103a-b)) partilhar das propriedades gramaticais do sujeito da oração encaixada (sujeito morfológico de primeira pessoa (103a-b) e terceira pessoa (103c)). Desta feita, as completivas interrogativas totais ou indiretas são estruturas que não impõem restrições referenciais entre o

---

<sup>80</sup> Vd. tabelas 2 e 3.

sujeito da oração matriz e o da oração encaixada, padrão idêntico ao das completivas plenas ou F<sub>2</sub>, porém, diferente ao das completivas F<sub>1</sub> ou subjetivas e F<sub>4</sub> ou oblíquas. Do ponto de vista semântico e axiológico, os enunciados de (103-104) parecem revelar que, na norma atual do PA, as completivas totais ou interrogativas indiretas são de flexão modal zero, ou seja, não admitem oposição funcional entre indicativo e conjuntivo, por um lado e, por outro lado, não admitem reforço de traços sémicos de [+] irrealidade/ [+] mundo possível. Assim, tal como em espanhol, «[I]as substantivadas por el si completivo suelen ir en indicativo o potencial, pues ya los propios transpositores caracterizan su predicado como incierto o dudoso» (Martínez 1999: 60).

Foram igualmente observadas no *corpus* orações completivas interrogativas (105) e exclamativas (106) parciais introduzidas por transpositores pronominais e adverbiais e selecionadas por predicadores epistêmicos (*entender, saber*), declarativos (*demonstrar, ilustrar*) e sensitivos (*ver*) cuja matriz morfológica é formada por um verbo suporte (*conseguir, ir, poder*):

(105) a. Até não consigo entender **como** *é possível eles reivindicarem o direito de votar nas eleições da FAF, quando não o fizeram pela APF* (JD. “Eles não podem tomar esta posição”. 24 de novembro de 2016).

b. Até o final da tarde (de ontem), vamos saber **quantos** *países estão para vir a fim de decidirmos sobre o arranque da actividade amanhã (hoje)* (JD. “Ausências adiam Zonal IV”. 28 de abril de 2017).

c. Era difícil saber **quem** *era o familiar consanguíneo e o vizinho* (JA. “A globalização da indiferença”. 12 de março de 2017).

d. **Não vejo** *como podem destruir involuntariamente as provas, logo não acredito nesse cenário* (JA. “Investigar antes de prender”. 09 de março de 2017).

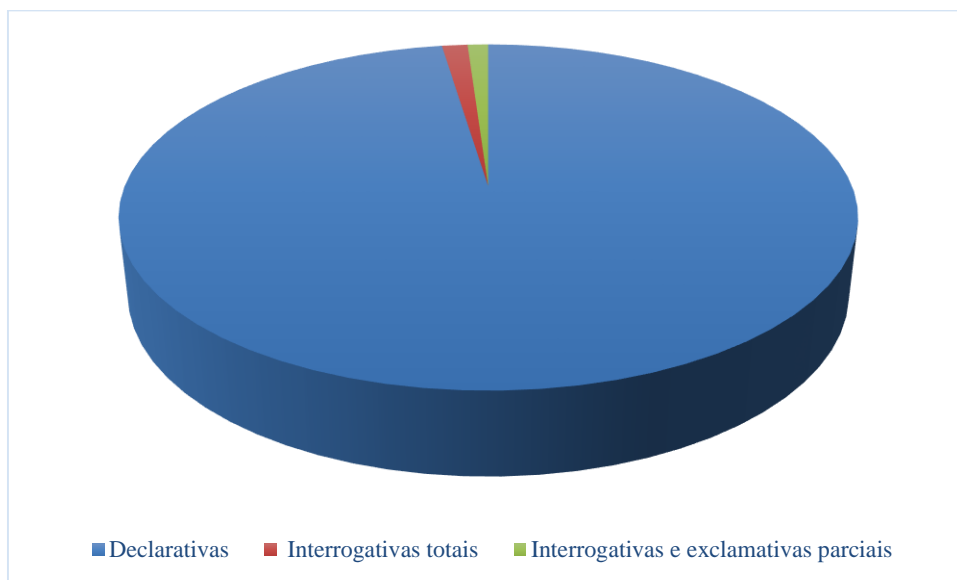
e. Um conto onde se **pode ver** *como algumas pessoas usam o mal para terem êxitos* (JAAL. ““Antropologia Recreativa”, ou a Decomposição do Homo Sapiens”. 17 de janeiro de 2017).

(106) a. No final do acto, os galardoados mostraram-se satisfeitos com os troféus alcançados, disseram que tais distinções demonstram **quão** *aplicados estiveram em favor da causa do futebol nacional* (JD. “Presidente Carlos Hendrick recebeu troféu”. 30 de novembro de 2016).

b. Em termos globais, o ténis tem dado passos significativos e que podem nos ilustrar **o quão** *longe podemos ir caso sejam cumpridos todos os pressupostos* (JD. “Tempos novos”. 20 de janeiro de 2017).

Em termos funcionais, as completivas interrogativas e exclamativas parciais também são construções formadas pelo mecanismo da transcategorização sintática, afinal, são, como assinala bem Bechara, verdadeiras estruturas *qu-* que perderam o respetivo «contorno melódico» (2009: 465). Relativamente à participação das entidades na enunciação, não foram observadas construções interrogativas (105) e exclamativas (106) parciais cujos sujeitos da oração regente e regida são correferentes. A amostra obtida não é representativa para se falar

de restrições referenciais nestes subtipos semânticos de orações completivas finitas. Do rendimento funcional das completivas declarativas (731 ocorrências), interrogativas totais (dez ocorrências) e interrogativas e exclamativas parciais (oito ocorrências) no *corpus* constituído de três dos mais representativos periódicos da imprensa angolana:



**Gráfico 4: Subtipos semânticos e pragmáticos de orações completivas finitas**

### 5.3. Completivas assertivas e não assertivas

Na literatura linguística sobre o PA, Adriano (2014: 294) e Campos (2016: 51) observaram, na imprensa oral e escrita angolana, cerca de 12<sup>81</sup> casos de transposição semântica de orações completivas cujos sintagmas superiores, muitos dos quais pertencentes à subclasse dos adjetivos avaliativos (*importante, bom, fundamental*) e verbos volitivos (*querer, esperar*), selecionam indicativo na oração subordinada, em vez do conjuntivo; oração completiva assertiva, em vez de oração completiva não assertiva:

(107) a. [...] **é importante** que o nosso presidente **se preocupa** também com a nossa cultura (Adriano 2014: 303).

b. [...] aquelas pessoas também que / não sabem seguir no Partido /então **é bom** que **apostam** no Partido (*Idem*).

(108) a. [...] eu **quero** que o Partido **ajuda-nos** na melhoria das propinas escolares (Adriano 2014: 305).

<sup>81</sup> Oito ocorrências por Adriano (2014) e quatro por Campos (2016).

b. [...] ou ainda por falta de esclarecimento, se **pretende** que uns **têm** prevalência sobre os demais (Campos 2014: 51).

Este quadro de transposição axiológica ou reconversão semântica observado por Adriano e Campos parece mais frequente nos utentes do sistema oral e escrito do PA. Indo aos factos: os trabalhos atentos à linguística das línguas, como a presente gramática da frase, são pelo realismo imanente na observação e descrição de usos concretos. Das 820 construções completivas, registadas no *corpus* e analisadas (cf. Tabela 3), foram observadas 73 ocorrências de orações completivas não assertivas, irrealis ou hipotéticas, valor muito abaixo do esperado (9%) relativamente à produtividade no sistema, se comparado com as completivas assertivas ou factuais cuja frequência é de 90% (747 ocorrências). Na generalidade dos casos, as completivas não assertivas foram seleccionadas por sintagmas avaliativos (109), volitivos (110) e deônticos (111):

(109) a. **É compreensível** *que as autoridades e a sociedade civil se preocupem com as questões ambientais* (JA. “A defesa do ambiente”. 02 de novembro de 2016).

b. [...] **é importante** *que empenhemos todos os nossos esforços e energias no trabalho comum de dar corpo aos projectos* (JA. “Um momento especial”. 10 de novembro de 2016).

c. **É positivo** *que se trabalhe para que haja desenvolvimento dos municípios* (JA. “Os servidores e as comunidades”. 27 de março de 2017).

d. **O importante** *é que não se acumulem problemas e se os pudermos prevenir melhor ainda* (JA. “Os servidores e as comunidades”. 27 de março de 2017).

(110) a. [...] **pedindo** aos seus apoiantes *que estejam voluntariamente nas urnas a monitorizar o processo de votação* (JA. “Trump vai à frente de Hillary Clinton”. 03 de novembro de 2016).

b. **Esperamos que seja o MPLA** (JA. “Pré-campanha tem início em Dezembro”. 06 de novembro de 2016).

c. [...] o partido **pretende** *que os cidadãos continuem a depositar confiança no seu programa de governação* (JA. “Pré-campanha tem início em Dezembro”. 06 de novembro de 2016).

d. **Queremos** *que os nossos bancos comerciais comprem dinheiro, de modo a criarem investimentos e ajudem a financiar os projectos que temos cá no país* (JA. “Início Economia Investimentos Bons negócios com a China”. 08 de novembro de 2016)

(111) a. Esse atraso [...] **obrigou** *a que estejamos numa espécie de repetição daquilo que foram os esforços feitos após a proclamação da Independência Nacional, 41 anos atrás* (JA. “Um momento especial”. 10 de novembro de 2016).

b. [...] **exige** *que se redobrem os esforços para conter as irregularidades* (JA. “Polícia apreende trinta mil litros de combustível na fronteira do Luvo”. 20 de novembro de 2016).

c. **Recomendamos** *que, este ano, seja actualizado o registo das manifestações artísticas angolanas* (JAAL. “Carolina Cerqueira define desafio tridimensional da Cultura”. 17 de janeiro de 2017).

d. [...] **exige** *que se redobrem os esforços para conter as irregularidades* (JA. “Polícia apreende trinta mil litros de combustível na fronteira do Luvo”. 20 de novembro de 2016).



Foram, igualmente, observadas orações completivas selecionadas por predicadores causais como verbos principais de estruturas perifrásticas (112), bem como predicadores avaliativos e epistémicos de dupla seleção modal (113) e por predicadores cujo valor de irrealidade é determinado pela adjacência de um monema de negação (114):

(112) a. As cooperativas estão efectivamente a **fazer** com *que os estrangeiros não tenham espaço no nosso território* (JA. “Mais diamantes e menos receitas”. 16 de janeiro de 2017).

b. Assim sendo, **vamos fazer** com *que aquelas cooperativas com melhor performance se transformem em pequenas empresas* (JA. “Mais diamantes e menos receitas”. 16 de janeiro de 2017).

c. “As cooperativas estão efectivamente a **fazer** com *que os estrangeiros não tenham espaço no nosso território* (JA. “Mais diamantes e menos receitas”. 16 de janeiro de 2017).

d. [...] a antecipação feita pela Confederação Africana de Boxe na semana passada sobre a realização do Campeonato Africano de Brazzaville qualificativo ao Campeonato do Mundo [...] **faz** com *que os países com limitações financeiras cancelassem à última da hora a participação no zonal IV* (JD. “Ausências adiam Zonal IV”. 28 de abril de 2017).

(113) a. [...] mas **não vemos** nada *que sugira [que esta nova sondagem] esteja correcta*”, disse o assessor (JA. “Trump vai à frente de Hillary Clinton”. 03 de novembro de 2016).

b. **Não acredito** *que seja este o único e mais grave dos problemas* (JD. “Quero ver o Artur sem “caça às bruxas””. 20 de dezembro de 2016)

(114) a. Alguns jovens **acreditam** *que o Carnaval seja algo para os mais velhos* (JA. “Grupo de carnaval na disputa do pódio”. 24 de fevereiro de 2017).

b. A partir da barragem do Laúca, Pedro Sebastião **acredita** *que com o fornecimento de energia, o desenvolvimento económico do município ganhe outro impulso* (JA. “Quedas de Calandula potenciam o turismo”. 22 de fevereiro de 2017).

c. **Duvido** *que haja mudanças no futebol*” (JD. ““Duvido que haja mudanças no futebol””. 16 de novembro de 2016).

O tratamento estatístico dos dados revelou maior produtividade dos predicadores volitivos (36 ocorrências) que os demais por se assinalar 24 ocorrências de predicadores avaliativos, quatro de predicadores deônticos, cinco de predicadores causativos, três de predicadores de dupla seleção e duas de predicadores cujo valor de irrealidade/mundo possível é determinado pela adjacência de um monema de negação:

**Tabela 6: Predicadores não assertivos**

Predicadores	Frequência	Porcentagem
Volitivos	36	49
Avaliativos	24	33
Deônticos	06	04
Causativos	12	1
Dupla seleção	03	04

Relativamente às completivas assertivas, as mais produtivas no *corpus* foram as selecionadas por predicadores declarativos (376 ocorrências) - *explicar, informar, dizer, fazer saber, referir, sublinhar, adiantar, esclarecer, acrescentar, avançar, frisar* -, secundados pelas subclasses dos predicadores epistémicos (195 ocorrências) – *verdade, é verdade, facto, informação, esperanças, tese, pensamento, conhecimento; claro, é claro, consciente* – e avaliativos (173 ocorrências) – *entender, achar, alertar, pensar, acreditar, parecer*. Com baixo rendimento funcional, destacam-se as completivas assertivas selecionadas por predicadores psicológicos pronominais e não pronominais (12 ocorrências) – *lembrar, recordar, esquecer* – e sensitivos (cinco ocorrências) - *sentir*. Do rendimento funcional dos predicadores assertivos no *corpus*:

**Tabela 7: Predicadores assertivos**

Predicadores	Frequência	Percentagem
Declarativos	376	49
Epistémicos	195	26
Avaliativos	173	23
Psicológicos	12	1
Sensitivos	05	1

Os valores constantes nas tabelas 6 e 7 são indicadores, mais uma vez, de que no PA e nas demais normais nacionais do português as noções de evidencialidade e mundo real se sobrepõem às noções de irrealidade e de mundo possível nas cadeias discursivas de expressão da experiência. Fora do padrão do quadro de referência das outras construções observadas e já exemplificadas e como forma de complementação aos trabalhos de Adriano (2014) e Campos (2016), foram observados seis casos de transposição axiológica de orações completivas finitas cujas propriedades são marcadas pela perda do valor de irrealidade/mundo possível do sintagma verbal da oração encaixada, migrando, desta feita, de orações completivas não assertivas a assertivas:

(115) a. [...] a Direcção **quer** *que eu continuo*, mas nos próximos dias inclusive irei ter uma reunião com o director-geral (...). (JD, “Sambilas precisam de Albano César”, 17/11/2016).

b. [...] no sentido de **fazer** *com que aquelas áreas que de alguma forma funcionavam como charmariz dos estrangeiros deviam ser outorgadas aos angolanos, sob forma de cooperativa* (JA. “Mais diamantes e menos receitas”. 16 de janeiro de 2017).

c. **É consensual**, com efeito, *que a ajuda angolana ao povo sul-africano durante os anos de exílio do ANC (1960-1990) foi, historicamente, de grande valia* (JA. “Os símbolos da Namíbia e a libertação de Nelson Mandela”. 28 de fevereiro de 2017).

e. Isso **faz** *com que o passivo tende a aumentar* (JD. “Passivo milionário enferma Benfica”. 27 de fevereiro de 2017).

f. **Não restam dúvidas** de que *Bangão é um artista insubstituível*. (JAAL. “30 anos a trabalhar um sonho”. 11 de novembro de 2016).

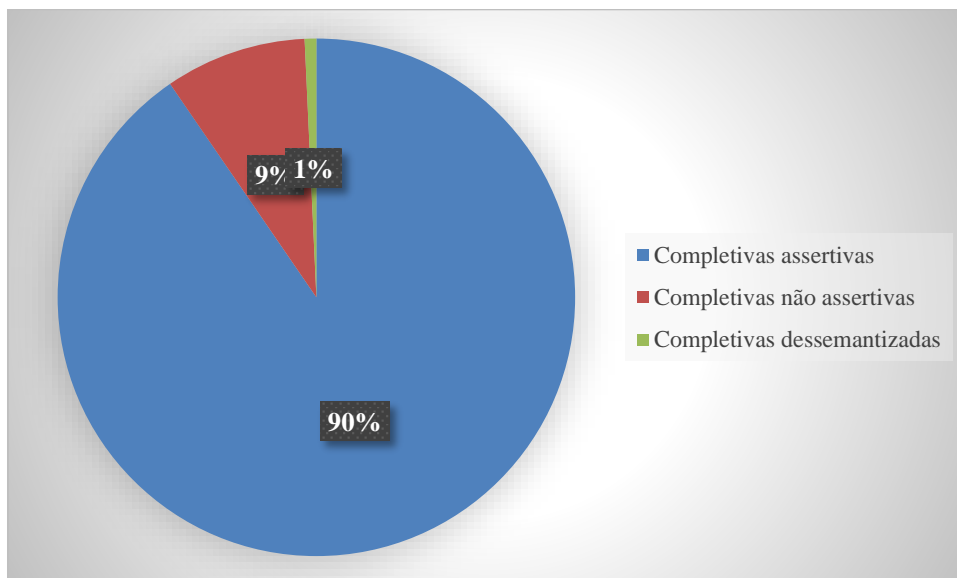
Se o conjuntivo é uma “área crítica” na regência de orações completivas em português, o indicativo não estará muito longe disso, visto que também se observou a transposição semântica com predicadores que “hipoteticamente” selecionam exclusivamente o modo indicativo:

(115) **É certo** que depois da eleição do elenco de *Artur de Almeida e Sila* **pudesse haver** outras questões prioritárias, embora, esta também seja (JD. “FAF em dia de decisão”. 08 de março de 2017).

Em (115), a transposição axiológica, semântica ou significativa ocorreu de forma inversa: de representação de mundo real à representação de mundo possível e, portanto, de uma oração completiva finita assertiva a uma oração completiva finita não assertiva ou irreal. Na trilha de Fonseca e Suelela (2017: 114), e orientados pelo princípio de «[e]l cambio en el modo se corresponde con el cambio en el significado» (Bosques 1990:156), os enunciados de ((114)-(115)), bem como outros do mesmo tipo, passarão a ser denominados orações completivas dessemantizadas se, por conseguinte, se entender com Ramos que dessemantizar «significa dizer que o item/a expressão linguística não tem apenas o significado denotativo e original, pois perde algumas características semânticas e ganha novas. Ao ganhar novas propriedades semânticas, é usada em outros contextos, o que caracteriza o parâmetro da **extensão**» (Ramos 2016: 39).

A transposição axiológica ou semântica, tal como a transposição sintática, decorre do funcionamento e dinâmica dos sistemas linguísticos. Acredita-se que, no PA, a reconversão significativa de orações completivas assertivas e não assertivas e vice-versa seja determinada pela força ilocutória dos falantes e pela modalidade discursiva assumida pelo falante no momento da enunciação. Na versão mais clássica, modalidade, contrariamente ao tempo e aspeto, «differs from tense and aspect in that it does not refer directly to any characteristic of the event, but simply to the status of the proposition» (Palmer 2007: 1). Assim sendo, mais do que diferenças de forma, as orações completivas assertivas, não assertivas e dessemantizadas são variantes estruturais que se opõem e se alternam no sistema escrito do PA. É nesta conformidade que se entende com Martinet e seguidores que semântica não é sinónimo de axiologia, muito embora sejam disciplinas complementares: a semântica estuda «os diferentes efeitos de sentido que se podem encontrar numa mesma unidade» (Martinet 1995: 59); a axiologia estuda «los valores que se oponen y se distinguen entre sí – de las unidades bien establecidas (Hoyos-Andrade 1992:114).

Do ponto de vista da produtividade ou rendimento funcional no *corpus*, as orações completivas dessemantizadas, comparativamente às assertivas e não assertivas, representam, por enquanto, «microvariações na variedade angolana do português» (Campos 2016: 86):



**Gráfico 5: Classificação semântico-pragmática de estruturas completivas**

Os casos de transposição axiológica, a nível dos modos verbais, contribuem para a elevação das estratégias de representação de evidencialidade/ mundo real (90%) no PA. A tendência de modalizar o discurso por parte dos falantes poderá estar na base da reconversão semântica dos modos verbais no PA. modalizar o discurso é, portanto, a atitude linguística que alude às «apreciações do locutor sobre o conteúdo proposicional das orações e seus interesses e intenções quanto às tarefas enunciação» (Azaredo 1990: 122).

#### **5.4. Completivas dependentes e independentes**

Já se fez alusão em 3.2.5 que a DT é, a exemplo de outros aspetos estudados ao longo do presente trabalho, um mecanismo de determinação, hierarquia, dependência e interdependência entre monemas ou sintagmas verbais superiores e encaixados para a representação de eventos, construção de significados factuais ou hipotéticos e cumulativamente para a comunicação e expressão da experiência. Daí o seu enquadramento nas gramáticas de dependência (Tesnière 1988) e funcional (Martinet 1979 e 1985; Alarcos Llorach 1982) e, claro, nesta gramática da frase sobre a norma angolana de português.

Aludiu-se, de igual modo, que a oposição axiológica entre orações completivas dependentes e independentes é determinada pela natureza semântica do verbo superior, pois só os verbos superiores, que selecionam o modo conjuntivo na oração subordinada, impõem restrições temporais ao verbo encaixado. Reapreciando as proposições de Bosque e Oliveira sobre este assunto tão pertinente quanto complexo em matéria de complementação oracional finita:

La concordancia temporum exige que la forma morfofonológica que presenta cualquier verbo en subjuntivo, se determine por medio de los rasgos [+/- pasado] del verbo de la oración principal (Bosques 1990: 185).

Os verbos declarativos (declarar, dizer, jurar) e os verbos de crença (achar, acreditar, julgar) selecionam basicamente o modo indicativo no verbo da oração subordinada. De modo geral, estes verbos não impõem restrições quanto aos tempos do indicativo no verbo subordinado (Oliveira 2013: 543).

De acordo com o exposto acima, aduz-se que, em orações completivas não assertivas ou de conjuntivo, podem distinguir-se três principais sequências temporais: i) presente + presente, como em (56a-b) abaixo retomado em (116); ii) pretérito + pretérito, como em ((59c)) e (94a)) abaixo retomados em (117) e iii) condicional + pretérito, como em (118):

(116) a. **Queremos que haja correspondência entre as forças policiais de Angola e do Congo.**  
b. [...] **exige que se redobrem os esforços** para conter as irregularidades.

(117) a. [...] **obrigou a que as autoridades angolanas passassem a abordar de uma forma mais incisiva a questão do combate à dependência do petróleo.**  
b. [...] eu **gostava que fosse bom por exemplo revitalizar o cargo de director técnico.**

(118) a. [...] **gostaríamos que os Palancas Negras se fizessem presentes na edição** (JD. “Sonhar com Camarões”. 16 de janeiro de 2017).  
b. **Seria bom que todos os protagonistas do processo eleitoral, sobretudo os partidos políticos, tivessem em linha de conta a importância de manterem uma postura democrática** (JA. “Péssimos exemplos de práticas políticas”. 22 de abril de 2017).

No *corpus* formado da imprensa escrita angolana, foram observadas cerca de sete construções que atestam a rutura destes padrões e parecem evidenciar uma eventual inexistência de restrições temporais na regência de orações completivas não assertivas ou de conjuntivo na norma nacional do português em estudo:

(119) a. O comandante **pediu-lhes que se pautem por um comportamento exemplar** (JA. “Reforço da segurança escolar”. 05 de novembro de 2016).  
b. Esse atraso [...] **obrigou a que estejamos numa espécie de repetição daquilo que foram os esforços feitos após a proclamação da Independência Nacional, 41 anos atrás** (JA. “Um momento especial”. 10 de novembro de 2016).

c. Aos efectivos dedicados à comunicação e imagem, **pediu** *que estejam atentos às notícias veiculadas nas redes sociais, sobretudo as que procuram criar o pânico e a insegurança nas comunidades* (JA. “Estão garantidas eleições seguras no próximo ano”. 15 de dezembro de 2016).

d. [...] e **pediu** ao Governo que **faça** *tudo no sentido de atender às necessidades dos jogadores que se encontram no Gabão* (JD. “Antónia Ribeiro promete trabalhar em prol do desenvolvimento da modalidade no país”. 20 de janeiro de 2017).

e. [...] **desejou** *que os trabalhadores sejam fiéis na relação conjugal*. (JA, “UNTA pede disciplina sexual aos trabalhadores”, 16/12/2016)

f. Nas nossas reuniões, **pedimos** aos taxistas *que tenham uma conduta exemplar*. (JA, “Táxis em Luanda melhor ordenados”, 16/12/2016)

g. [...] **pediu** aos fiéis *que apoiem o novo missionário para que este cumpra plenamente a sua missão*. (JA, “Novo pastor apresentado aos metodistas”, 28/02/2017)

De modo inverso, e ainda marginal pelo baixo rendimento funcional no sistema (uma ocorrência), observou-se uma oração completiva não assertiva ou de conjuntivo cuja sequência temporal é formada por presente + pretérito imperfeito:

(120) [...] a antecipação feita pela Confederação Africana de Boxe na semana passada sobre a realização do Campeonato Africano de Brazzaville qualificativo ao Campeonato do Mundo [...] **faz** *com que os países com limitações financeiras cancelassem à última da hora a participação no zonal IV* (JD. “Ausências adiam Zonal IV”. 28 de abril de 2017).

Desta feita, depreende-se que, no PA, as orações completivas não assertivas ou de conjuntivo não impõem restrições temporais entre o verbo superior e o encaixado pelo facto de o pretérito ser um tempo dependente do presente (119) e o presente ser um tempo dependente do pretérito (120), alargando, assim, o número de sequências temporais do conjuntivo a cinco, contrariamente ao que ocorre no PE cujas sequências temporais do conjuntivo são essencialmente três (presente + presente; pretérito + pretérito; condicional + pretérito). Das sequências temporais de estruturas completivas não assertivas ou de conjuntivo no PA: i) presente + presente (116), ii) pretérito + pretérito (117), iii) condicional + pretérito (118), iv) pretérito + presente (119) e presente + pretérito (120).

Considerando o facto de que as completivas assertivas ou de indicativo são estruturas que não impõem restrições temporais e a julgar pelo elevado rendimento funcional no sistema (cf. Gráfico 5), a *consecutio temporum* e as orações completivas dependentes ou co-temporais vão apresentando-se, gradualmente, como fenómenos da sintaxe periférica da norma angolana do português:

(121) a. **Explica** *que a melanina chega à fábrica em estado bruto e é imediatamente sujeito a um processo de tratamento* (JA. “Móbilias de qualidade fabricada em Luanda”. 16 de novembro de 2016).

b. O dirigente **explicou** *que o congolês democrata tinha contrato com o clube até 2018* (JD. “Lundas apostam no ataque”. 13 de novembro de 2016).

c. Adelino **acredita** *que um dia os irmãos Caracol voltarão a estar todos juntinhos*. (JAAL. “30 anos a trabalhar num sonho”. 11 de novembro de 2016).

d. Jacks da Conceição **recordou** *que a gestão desportiva do clube é feita com o apoio e a compreensão dos treinadores* (JD. “O nosso basquetebol”. 27 de fevereiro de 2016).

e. **Sublinhou** *que do grupo de finalista farão parte os do curso de Direito, Economia, Administração Pública, Agronomia, Informática de Gestão e de Enfermagem* (JA. “Instituto de Investigação agrária chamado a investir no Huambo”. 14 de dezembro de 2016).

f. [...] os movimentos anti-apartheid **perceberam** *que o apartheid não desmoronaria sem luta armada*. (JA. “Os símbolos da Namíbia e libertação de Nelson Mandela”. 28 de fevereiro de 2016).

Em (121), distinguem-se várias oposições temporais que, muito embora seja regra em construções de indicativo, alargam a frequência de completivas independentes no sistema escrito do PA:

- Presente + presente (121a) / futuro (121c);

- Pretérito + pretérito (121b) / presente (121d) / futuro (121e) / condicional (121f).

De forma análoga ao conceito de “suspensão da coerência”, adotado no quadro do funcionalismo linguístico de Tübingen (cf. Coseriu 1978: 39), pode admitir-se que a “suspensão” da DT ou inexistência de restrição temporal (119-120) em completivas de conjuntivo na imprensa escrita angolana terá sido determinada pelo fenómeno de referência disjunta, pela tendência de não enunciar eventos simultâneos - recorde-se o princípio segundo o qual «na superfície do texto, a descrição de ventos anteriores deve preceder a descrição de eventos posteriores, de modo a que se gere coerência (Lopes e Carapinha 2011: 98) – e, na linha de alguém com maior autoridade, pela lei do menor esforço: «[s]iempre que tengamos la oportunidade de presenciar la aparición de una nueva concordancia, veremos que no surge de una necesidad de clarificar las conexiones entre los diferentes segmentos de una oración, sino por el funcionamiento de lo que normalmente se llama mínimo esfuerzo» (Martinet 1978: 136).

Em síntese, e uma vez que os dados tendem a situar a DT no plano da sintaxe não nuclear do PA, a expressão de eventos simultâneos em completivas não assertivas ou de conjuntivo deve ser vista sempre como um quadro ideal ou de referência, pois o quadro real, que é o sistema funcional da língua comprovado e atestado historicamente na comunidade falante, revela ser um fenómeno gramatical não categórico na norma culta do PA cuja ocorrência permite a satisfação das necessidades comunicativas dos seus utentes.

## CONCLUSÃO

Fiéis ao princípio da linguística das línguas de André Martinet de que «[l]a práctica de la descripción ganará, ciertamente, cuando se distingan mejor de lo que se ha hecho hasta ahora dos tempos en el trabajo, por un lado operación de análisis y de clasificación de los datos, por outro la presentación de los resultados del análisis» (Martinet 1978: 170), foi possível desenvolver a presente gramática da frase, através de formas linguísticas mais estáveis, cujos resultados, na sequência de outros já conhecidos (Mingas 2002; Costa 2006; Costa 2013 e 2015; Undolo 2014; Chicuna 2015; Mudiambo 2015), poderão contribuir para o conhecimento do PA como uma norma nacional do português diferente, por exemplo, da norma europeia.

A preferência pela complementação oracional finita a outros aspetos gramaticais, como as unidades da segunda articulação e o léxico, deveu-se ao facto da existência de uma escassa produção sobre a sintaxe do PA, situação de que davam conta Gonçalves (2013), Adriano (2014) e Campos (2016) e que ainda não se alterou. Assim, no plano sintático, foram observadas construções que atestam a instabilidade estrutural e funcional de orações completivas oblíquas introduzidas por sintagmas nominais, adjetivais e verbais cuja valência determina a ocorrência de uma preposição antes da expansão nominal, adjetival ou verbal. Não obstante, e como forma de se revelar que «[t]udo pode mudar numa língua» (Martinet 2014: 192) ou que «[a] sincronia não é uma superfície plana (Martinet 1995: 42), essa “preposição argumental” é apagada fonética e lexicalmente no PA. Assim, e a julgar pelo rendimento proporcional no sistema, a oposição entre orações completivas preposicionadas e orações completivas não preposicionadas perdeu pertinência comunicativa na norma angolana do português, tal como terão notado, recentemente, Fonseca e Suelela (2017).

Foi, igualmente, observada instabilidade funcional em matéria da sintaxe posicional dos clíticos em estruturas completivas finitas cujos padrões estão em variação livre entre anteposição e posposição, fenómeno eventualmente nunca atestado na história estrutural da língua portuguesa pelo facto de a próclise ter sido o único padrão posicional dos clíticos em orações subordinadas finitas ao longo dos três últimos períodos da história do português (cf. Martins 1994; Suelela 2017). Inversamente, foram observados no *corpus* clíticos pronominais sintaticamente cumulativos (com funções de complemento direto e indireto) que atestam a existência de arcaísmos funcionais no português escrito em Angola, alargando, desta feita, o quadro do sistema dos pronomes clíticos bifuncionais (acusativos e dativos) a três pessoas (*me, te, lhe* ou



*le; nos, vos, lhes* ou *les*), contrariamente à norma do português europeu cujo quadro dos pronomes clíticos bifuncionais é formado por duas pessoas (*me, te; nos, vos*).

A abordagem integrada e complementar entre o funcionalismo sintático e o funcionalismo pragmático permitiu observar, no quinto e último capítulo do trabalho, casos de emprego do modo indicativo pelo modo conjuntivo, fenómeno axiológico e pragmático decorrente da transposição semântica inerente às línguas naturais cuja pertinência foi determinante para a redução dos níveis de oposição funcional entre orações completivas assertivas e não assertivas no sistema escrito (e, também, oral) do PA. Esta gradual tendência de barrar a oposição funcional entre completivas assertivas e não assertivas na norma angolana do português foi acentuada em função da maior produtividade de predicadores factuais no *corpus* que contribuem para que a enunciação seja [+] mundo real, evidencial ou assertiva. De igual modo, um corpo razoável de enunciados atesta que a oposição funcional conjuntivo, tempo-dependente e indicativo, tempo-independente, é um fenómeno barrado no PA, porquanto foram observadas sequências temporais não simultâneas em completivas de conjuntivo ou não assertivas. Os factos falam por si e permitem, por um lado, reafirmar, com Martinet e Clairis, que «[u]ma língua não é um produto acabado, é uma actividade» (Martinet 1995: 46) e «[c]ada língua em plena sincronia apresenta zonas de maior ou menor estabilidade e a todos os níveis» (Clairis 2008: 21); por outro lado, que a gramática da frase da norma angolana do português não é e nunca terá sido idêntica à das outras normas nacionais.

Nos diferentes capítulos do presente trabalho, foram apresentadas algumas contribuições à linguística geral e à linguística portuguesa descritiva:

- Introdução da noção de transposição semântica ou axiológica no domínio da linguística funcional francesa e espanhola;
- Proposta de integração das modalidades no quadro da Axiologia, para além da Sintagmática por serem unidades transpositivas e valorativas;
- Assunção da Semântica e da Axiologia como disciplinas gerais da significação: formas de saber e de trabalho complementares e indispensáveis a quem pretenda realizar estudos sobre a significação;
- Proposta de reformulação, no domínio da linguística portuguesa descritiva, do conceito de tópico marcado, atentando às relações de determinação sintática e não ao sujeito, conforme se defende;

- Proposta de integração, no domínio da linguística portuguesa descritiva, do critério sintático que atente à oposição entre completiva subjetiva, objetiva e oblíqua para o estudo do efeito de referência disjunta, para além da “morfologia verbal ou da oposição indicativo e conjuntivo” (Duarte (2003: 610);
- Proposta de reformulação, no âmbito da linguística portuguesa descritiva, de certa terminologia sobre a complementação oracional.

Não se pretendeu com este trabalho homenagear o Grande Mestre Jorge Morais Barbosa a quem cabe o mérito de introduzir o funcionalismo de André Martinet e Alarcos Llorach em Portugal. Se a tal nos aproximámos, a satisfação é toda nossa, o que nos dá a oportunidade de seguirmos os passos já trilhados por pesquisadores como Santos (2003), Amorim (2003), Osório (2004), Fonseca (2006), Marçalo (2009) e Silva (2009).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adriano, Paulino Soma. (2014). *Tratamento morfosintático de expressões e estruturas fráscas do Português em Angola*. (Tese de Doutoramento não editada). Universidade de Évora, Évora.
- Ahern, Aoife. (2008). *El subjuntivo: contexto e efectos*. Madrid: Arcos/Libros, S. L.
- Alarcos Llorach, Emilio. (1982) [1970]. *Estudios de gramática funcional del español*. Madrid: Gredos.
- \_\_\_\_\_. (1977). Metodología estructural y funcional en Lingüística. *Revista española de lingüística*, 7/ 2, 1-16.
- \_\_\_\_\_. (1994). *Gramática de la lengua española*. Real Academia Española. Madrid: Espasa Calpe.
- Ali, M. Said. (1964). *Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Alonso-Cortés, Ángel. (2002). *Lingüística*, Madrid: Cátedra.
- Amorim, Maria Clara Figueiredo. (2003). *A Posição do Sujeito em Português. Estudo Sintático, Semântico e Informativo* (Dissertação não editada). Universidade de Coimbra: Coimbra.
- Aristóteles. (1985). *Organon. Categorías e Periérmeneias*. trad. de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores.
- Assunção, Carlos e Araújo, Carla. (2019). Entries on the history of corpus linguistics. *Linha D'Água* (Online), 32/1, 39-57.
- Austin, John Langshaw. (1989) [1962]. *How to do things with words* (2.<sup>a</sup> ed.). Oxford: University Press.
- Azeredo, José Carlos de. (1990). *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Azevedo, Milton M. (1976). *O subjuntivo em português*. Petrópolis: Vozes.
- Bagno, Marcos. (2008). *Preconceito linguístico: o que é? como se faz?* (50<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Loyola.
- \_\_\_\_\_. (2011). *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- Barbosa, Jorge Morais. (1998). Le système verbal du portugais. In: Bentolila, Fernand (dir.). *Systèmes verbaux*. Louvain: Peeters, 71-86.
- Barbosa, Pilar. (2013). Subordinação argumental finita. In: Raposo, Eduardo Paiva *et al.* *Gramática do Português* (v. 2). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1821-1897.

- Barros, Enéas Martins de. (1985). *Nova Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Atlas.
- Barros, Diana Luz Pessoa de. (2010). Os sentidos da gestualidade: transposição e representação gestual. *Cadernos de Semiótica Aplicada*, 8/2, 1-14.
- Barboza, Jeronymo Soares. (1830). *Grammatica Philosophica da Linguagem Portuguesa*. Lisboa: Academia Real de Sciencias.
- Bechara, Evanildo. (2009). *Moderna gramática portuguesa* (37ª ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna.
- Borba, Francisco da Silva. (1991). *Introdução aos estudos linguísticos*. São Paulo: Pontes.
- Bosque, Ignacio. (1990). *Indicativo y subjuntivo*. Madrid: Tauros.
- Bloomfield, Leonard. (1984). *Language*. Chicago: University Press.
- Brito, Ana Maria Barros de. (1991). *A Sintaxe das Orações Relativas em Português*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Brito, Ana Maria. (2003). Categorias sintáticas. In: Mateus, Maria Helena Mira *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 325-432.
- Brito, Ana Maria; Duarte, Inês e Matos, Gabriela. (2003). Frases com tópicos marcados. In: Mateus, Maria Helena Mira *et al.* *Gramática do Português*. Lisboa: Caminho, 489-506.
- Camara Jr., Joaquim Mattoso Camara. (1970). *Estrutura da Língua Portuguesa* (25ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1981). *Problemas de lingüística descritiva* (10ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Campos, Doriela Marisa Dias. (2016). *Estruturas de complementação verbal finita no português em Angola. Um contributo para a análise da variação linguística em variedades com normas não padronizadas*. (Dissertação de Mestrado não editada). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Casanova, Isabel. (2012). *Dicionário Terminológico*. Lisboa: Plátano.
- Casteleiro, João Malaca. (1981). *Sintaxe transformacional do adjetivo - regência das construções completivas*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- \_\_\_\_\_. (2014). *A arte de mandar em Português: estudo sintático-estilístico baseado em autores portugueses e brasileiros*. Rio de Janeiro: Lexicon.
- Castilho, Ataliba T. de (2003). *Proposta funcionalista de mudança lingüística: Lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização das preposições do eixo transversal no português brasileiro*. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/ATCastilho001.pdf>. Acesso a: 05 de set. 2017, 1-30.
- \_\_\_\_\_. (2010). *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Plátano.

- Castilho, Ataliba T. de e Basílio, Margarida (orgs.). (2002). *Gramática do Português Falado*, vols. 1-3 (4ª ed.). Campinas: UNICAMP.
- Círculo Linguístico de Praga. (1970) [1929]. *El Circulo de Praga. Tesis de 1.929*. trad. espanhola de Maria Inés Chamorro. Madrid: Alberto Editor/Corazon.
- Corneille, Jean-Pierre. (1982). *A linguística estrutural: seu alcance e seus limites*. Coimbra: Almedina.
- Costa, António Fernandes da. (2006). *Rupturas Estruturais do Português e Línguas Bantu em Angola*. Luanda: UCAN.
- Costa, João. (2008). *O advérbio em português europeu*. Lisboa: Colibri.
- Costa, Teresa Manuela José Camacha da. (2013). *Os empréstimos das línguas bantu no Português falado em Angola. Um estudo lexicológico da variante angolana*, Luanda: Edição da Autora.
- \_\_\_\_\_. (2015). *Umbundismos no Português de Angola. Proposta de um dicionário de Umbundismos*. (Tese de Doutoramento não editada). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Chicuna, Alexandre Mavungo. (2014). *Portuguesismos nas línguas bantu. Para um dicionário Português-Kyombe*. Lisboa: Colibri.
- Chomsky, Noam. (1978) [1965]. *Aspectos da Teoria da Sintaxe*. trad. de José António Meireles e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra : Arménio Amado.
- \_\_\_\_\_. (1980) [1957]. *Estruturas Sintáticas*. trad. de Madalena Cruz Ferreira. Lisboa: Edições 70.
- Clairis, Christos. (2008). *No Rumo de uma linguística inacabada: ensaio de linguística funcional*. trad. portuguesa de Maria Joana Vieira Santos. Coimbra: Almedina.
- Coseriu, Eugenio. (1978). *Gramática, semântica, universales. Estudios de linguística funcional*. Madrid: Gredos.
- \_\_\_\_\_. (1979). *Sincronia, diacronia e história. O problema da mudança lingüística*. trad. de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. São Paulo: Presença.
- \_\_\_\_\_. (1987a). *Teoria da linguagem e lingüística geral*. trad. de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. São Paulo: Presença.
- \_\_\_\_\_. (1987b). *O homem e a sua linguagem* (2ª ed.). trad. de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. São Paulo: Presença.
- Cunha, Celso e Cintra, Lindley. (2014) [1984]. *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (21ª ed.). Lisboa: João Sá da Costa.
- Dik, Simon C. (1981) [1978]. *Functional grammar*. Amsterdão: Foris Publications.

- Dirven, René e Fried, Vilém. (1987). *Functionalism in Linguistics*. Amsterdam / Filadélfia: John Benjamins Publishing Company.
- Duarte, Inês. (1987). *A Construção de Topicalização na Gramática do Português. Regência, Ligação e Condições sobre Movimento*. (Tese de Doutorado não editada). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- \_\_\_\_\_. (2003). Subordinação completiva: as orações completivas. In: Mateus, Maria Helena Mira *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 595-651.
- \_\_\_\_\_. (2013). Construções de Topicalização. In: Raposo, Eduardo Paiva *et al.* *Gramática do Português* (vol. 2.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 401-423.
- Fonseca, Maria do Céu. (2006). *Historiografia linguística portuguesa e missionária. Preposições e posposições no séc. XVII*. Lisboa: Colibri.
- \_\_\_\_\_. (2013). *Perspectivas para um estudo sintático*. Évora: Centro de Estudos em Letras.
- Fonseca, Maria do Céu e Suelela, David. (2017). Complementação finita no português de Angola: para uma gramática da frase. *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português* 53, 123-153.
- Gleason Jr., H. A. (1961). *Introdução à linguística descritiva* (2ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gili Gaya, Samuel. (1980). *Curso superior de sintaxis de español* (13ª ed). Barcelona: Bibliograf.
- Gonçalves, Miguel. (2002). *A interjeição em português. Contributo para uma abordagem em semântica discursiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gonçalves, Sebastião Leite e Sousa, Gisela Cássia. (2013). Orações substantivas em função de sujeito e de objeto nas fases arcaica e moderna do português. *Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, v. 9, n. 2. Disponível em: <<http://www.lettas.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica>>. Acesso em: 2 fev. 2017.
- Gonçalves *et al.*, Anabela. (2013). Sequências temporais em completivas finitas: restrições semânticas e efeitos de aquisição. *Textos selecionados, XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Coimbra: APL, 433-452.
- Gonçalves, Anabela e Raposo, Eduardo Paiva. (2013). Verbo e sintagma verbal. In: Raposo *et al.*, Eduardo Paiva. *Gramática do Português* (vol. 1). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1155-1221.

- Gonçalves, Perpétua. (2013). O português em África. In: Raposo, Eduardo Paiva *et al.* *Gramática do Português* (vol. 1). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 157-178.
- Gutiérrez Ordóñez, Salvador. (1997a). *Principios de sintaxis funcional*. Madrid: Arco/Libros.
- \_\_\_\_\_. (1997b). *La oración y sus funciones*. Madrid: Arco/Libros, S.L.
- Halliday, M. A. K. (1985). *An introduction to functional grammar*. Londres: Edward Arnold.
- Halliday, M. A. K.; McIntosh, Angus e Strevens, Peter. (1974) [1964]. *As ciências linguísticas e o ensino das línguas*. trad. de Myrian Freire Morau. Petrópolis: Vozes.
- Hengeveld, Kees e Mackenzie, J. Lachlan. (2008). *Functional discourse grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press.
- Hernandez Alonso, Cesar. (1996). *Gramática funcional del español* (3ª ed.). Madrid: Gredos.
- Hoyos-Andrade, Rafael. (1983). O estado da linguística segundo o funcionalismo. *Alfa*, 27. São Paulo, 1-8.
- \_\_\_\_\_. (1992). *Introducción a la lingüística funcional*. Yerbabuena: Santafé de Bogotá.
- \_\_\_\_\_. (1994). Dois funcionalistas franceses em confronto. *Alfa*, 38. São Paulo, 97-107.
- Instituto Nacional de Estatística. (2016). *Censo 2014. Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola*. Luanda: INE.
- Lima, Rocha. (1992) [1972]. *Gramática normativa da língua portuguesa* (31ª ed.). Rio de Janeiro: José Olympio.
- Lobo, Maria. (2003). *Aspectos da Sintaxe das Orações Subordinadas Adverbiais do Português*. (Tese de Doutoramento não editada). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Lopes, Isabel. (2006). *As “Orações Subordinadas” em Português Europeu. Uma proposta de Análise* (Tese de Doutoramento em Linguística Portuguesa não editada). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Lopes, Ana Cristina Macário e Carapinha, Conceição. (2011). *Texto, coesão e coerência*. Coimbra: Almedina.
- Luzia, Domingas. (2010). Tipos de conflitos causados pela interferência de sociolectos de comunidades. *Oficina de Trabalho sobre o Acordo Ortográfico de 1990*. Luanda: Mayamba, 101-112.
- Lyons, John. (1980) [1977]. *Semântica* (vol. 1). Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes.
- Mahmoudian, Mortízia. (1979). *Linguistique Fonctionnelle. Débats et Perspectives*. Paris: Presses Universitaire de France.

- Marçalo, Maria João Broa Martins. (1992). *Introdução à Linguística Funcional*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- \_\_\_\_\_. (2009). *Fundamentos para uma Gramática de Funções Aplicada ao Português*. Évora: Centro de Estudos em Letras.
- Marques, Rui. (1995). *Sobre o valor dos modos conjuntivo e indicativo em português*. (Dissertação de Mestrado não editada). Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Mateus, Maria Helena Mira e Carneira, Esperança. (2007). *Norma e Variação. O essencial sobre linguística*. Lisboa: Caminho.
- Martinet, André. (1971) [1965]. *A Linguística Sincrônica. Estudos e Pesquisas*. trad. de Liliâne Arantes. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- \_\_\_\_\_. (1975). Sémantique et Axiologie. In: *Revue Roumaine de Linguistique*, XX/5, pp. 539-542).
- \_\_\_\_\_. (1978) [1975]. *Estudios de sintaxis funcional*. Madrid: Gredos.
- \_\_\_\_\_. (1979). *Grammaire fonctionnelle du français*. Paris : Crédit.
- \_\_\_\_\_. (1985). *Syntaxe générale*. Paris : Armand Colin.
- \_\_\_\_\_. (1995) [1989]. *Função e dinâmica das Línguas*. trad. portuguesa de Jorge Morais de Barbosa e Maria Joana Vieira Santos. Coimbra: Almedina.
- \_\_\_\_\_. (2014) [1960]. *Elementos de Linguística Geral*. Lisboa: Plátano.
- Martínez, José Antonio. (1994a) *Funciones, categorías y transposición*. Madrid: Istmo, S.A.
- \_\_\_\_\_. (1994b). *Propuesta de Gramática Funcional*. Madrid: Istmo.
- \_\_\_\_\_. (1999). *La Oración compuesta y compleja*. Madrid: Arco Libro, S.L.
- Martins, Ana Maria. (1994). *Clíticos na História do Português*. (Tese de Doutoramento não editada). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Mendes, Amália. (2013). Processos de gramaticalização. In: Raposo, Eduardo Paiva *et al.* *Gramática do Português* (vol. 1). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 249-292.
- Mingas, Amélia. (2000). *Interferências do Kimbundu no português falado em Lwanda*. Porto: Campo das Letras.
- \_\_\_\_\_. (2013). *Português Angolano. Entrevista ao Semanário Nova Gazeta*. 10 de Outubro de 2013. Luanda: Gem Angola Global Media, Lda.
- Móia, Telmo. (1992). *A Sintaxe das Orações Relativas sem Antecedente Expresso do Português* (Dissertação de Mestrado não editada). Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Moreira, Maria Isabel Antunes. (2016). *A linguística de corpus aplicada ao estudo do léxico nos contos da tradição oral* (Tese de Doutoramento não editada, vol. 1). Vila Real: UTAD.



- Mounin, Georges. (1973) [1972]. *A Linguística do Século XX*. trad. de Conceição Jardim e Eduardo Lácio Nogueira. Lisboa: Presença.
- \_\_\_\_\_. (1975) [1968]. *Introdução à Linguística* (3ª ed.). trad. de José Meireles. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- Mudiambo, Quibongue. (2014). *Estudos linguísticos sobre a lexicologia e a lexicografia de aprendizagem (aplicados) ao ensino da Língua Portuguesa*. Lisboa: Colibri.
- Nzau, Domingos Ndele. (2011). *A Língua Portuguesa em Angola. Um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização*. (Tese de Doutoramento não editada). Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Neves, Maria Helena de Moura. (1990). Estudos funcionalistas no Brasil. *D.E.L.T.A.*, 15 (n.º especial), 71-104.
- \_\_\_\_\_. (1997). *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP.
- Oliveira, Fátima. (2003). Tempo e aspecto. In: Mateus, Maria Helena Mira *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 129-203.
- \_\_\_\_\_. (2013). Tempo verbal. In: Raposo, Eduardo Paiva *et al.* *Gramática do Português*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 509-549.
- Osório, Paulo. (2004). *Estudo sintático-axiológico do livro de falcoaria de Pero Menino*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Palmer, F. R. (2007). *Mood and Modality*. New York: Cambridge University Press.
- Pereira, Sandra Maria de Brito. (2003). *Gramática comparada de a gente: variação no português europeu*. (Dissertação de Mestrado não editada). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Peres, João Andrade e Mória, Telmo. (1995). *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Pinto, Alberto Oliveira. (2015). *História de Angola. Da pré-história ao início do século XXI*. Lisboa: Mercado de Letras.
- Pottier, Bernard. (1978). *Linguística geral. Teoria e descrição*. trad. e adaptação portuguesa de Walmírio Macedo. Rio de Janeiro: Presença.
- Rabanales, Ambrosio. (2005). Queísmo y dequeísmo en le español de Chile. *Onomázein*, 12/2, 23-53.
- Ramos, Jocinéia Andrade. (2016). *Construção “subjativa” com é+adjetivo asseverativo* (Dissertação de Mestrado não editada). Universidade Federal Fluminense: Niterói.

- Raposo, Eduardo Paiva. (1983). *Introdução à gramática generativa. Sintaxe do português* (2ª ed.). Lisboa: Caminho.
- \_\_\_\_\_. (2013). Estrutura da frase. In: Raposo, Eduardo Paiva *et al.* *Gramática do Português* (vol. 1). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 303-394.
- Reis, Paula Cristina dos. (2017). *Onde, aonde e onde na norma culta do português brasileiro* (Dissertação de Mestrado não editada). Universidade Federal do Paraná: Curitiba.
- Ribas, Óscar. (2014). *Uanga*. Luanda: Grecima.
- Stock, Leo. (2009). *Gramática Latina*. Lisboa: Presença Editorial.
- Sperança-Crisuolo, Ana Carolina. (2014). *Funcionalismo e cognitivismo na sintaxe do português: uma proposta de descrição e análise de orações subordinadas substantivas para o ensino* [online]. São Paulo: UNESP.
- Santana, Liliana. (2010). *Relações de complementação no português brasileiro: uma perspectiva discursivo-funcional* [online]. São Paulo: Editora UNESP.
- Santos, Marcos Bispo. (2016). Ainda a questão: que gramática ensinar na escola? *Confluência* 51 – Revista do Instituto do Liceu Literário Português, 219-251.
- Santos, Maria Joana de Almeida Vieira dos (2003). *Os usos do conjuntivo em língua portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- Sardinha, Tony Berber. (2000). A Lingüística de Corpus: histórico e problemática. *D.E.L.T.A.*, 16/2, 323-367.
- Saussure, Ferdinand. (1985) [1916]. *Cours de Linguistique Générale*. Paris : Payot.
- Searle, John R. (1981). *Os actos de fala*. trad. de Carlos Vogt *et al.* Coimbra: Almedina.
- Silva, Ana Alexandra Lázaro Vieira da. (2009). *Estatuto sintáctico dos “advérbios”. Função e classe*. Évora: Centro de Estudos em Letras.
- Sória, Maria Vasconcellos de Paiva. (2013). *Nós e a gente e o sujeito nulo de primeira pessoa do plural*. (Dissertação de Mestrado não editada). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Soquessa, Nelson Víctor Muhongo. (2017). *Contributos para a caracterização do português de Angola: clíticos em contraste com o PE e o PB*. (Dissertação de Mestrado não editada). Universidade de Évora, Évora.
- Sousa, Gisele Cássia. (2007). *Gramaticalização das construções completivas: o caso do complemento oracional introduzido por Se*. (Tese de Doutoramento não editada). Universidade Estadual Paulista, São Paulo.
- Souza, Edson Rosa Francisco de. (2014). As orações completivas nominais nas variedades lusófonas. *XVII Congresso Internacional Asociación de Lingüística y Filología de América Latina*. ALFAL, 1-18.

- Suelela, David. (2017). *A estrutura da frase no português europeu e brasileiro. Estudo sintático de caráter sincrónico e diacrónico*. (Dissertação de Mestrado não editada). Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Tesnière, Lucien (1988) [1959]. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris: Éd. Klincksieck.
- Undolo, Márcio Edu da Silva. (2014). *Caracterização da norma do português em Angola*. (Tese de Doutoramento não editada). Universidade de Évora, Évora.
- Vigón Artos, Secundino. (2007). Influências do funcionalismo alarquiano em Portugal. *Península, Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 4, 203-212.
- Vilela, Mário. (1999). *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- Xavier, Maria Francisca. (1996). Dos problemas de constituição às potencialidades de utilização de *corpora*: o caso do CIPM. In: Nascimento, Maria Fernanda Bacelar do, Rodrigues, Maria Celeste e Gonçalves, José Bettencourt (coord.). *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. 1. Lisboa: APL, 159-164.

## **Corpus**

[http:// www. jornaldeangola.sapo.ao/](http://www.jornaldeangola.sapo.ao/)

[http:// www. jornaldosdesportos.sapo.ao/](http://www.jornaldosdesportos.sapo.ao/)

[htt:// www. jornalcultural.sapo.ao/](http://www.jornalcultural.sapo.ao/)

<http://www.cipm.fcsh.unl.pt>

<http://www.corpusdoportugues.org>

<http://www.clul.ulisboa.pt>

[http://www.gutenberg.org.WikiPage](http://www.gutenberg.org/WikiPage)

<http://www.publico.pt>

<http://www.oglobo.com>

<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>



# **ANEXOS**

## A. CORPUS DO JA

JORNAL DE ANGOLA				
N.º	Data	Autor	Título	subgénero
01	01/11/2016	João Dias	“Manuel Vicente e Temer têm encontro em Brasília”	Notícia
02	02/11/2016	Manuel Albano	“Tuneza estreia espectáculo”	Notícia
03	02/11/2016	Laura Bernardo	“A defesa do consumidor”	Opinião
04	03/11/2016	João Dias	“Nova embaixada em Brasília”	Notícia
05	03/11/2016	N.A	“Trump vai à frente de Hillary Clinton”	Notícia
06	05/11/2016	André da Costa	“Reforço da segurança escolar”	Reportagem
07	06/11/2016	Josina de Carvalho e Elautério Silipuleni	“Pré-campanha tem início em Dezembro”	Notícia
08	08/11/2016	Madalena José, Yara Simão e Edna Dala	“Bons negócios com a China”	Reportagem
09	08/11/2016	Rodrigues Cambala	“Quatro milhões já actualizaram dados eleitorais”	Notícia
10	10/11/2016	Victor Pedro	“População é aconselhada a pagar impostos”	Notícia
11	13/11/2016	Victor Carvalho	“Um momento especial”	Opinião
12	13/11/2016	N. A	“Fusão em Benguela e Lobito aumenta a produção de água”	Reportagem
13	13/11/2016	N.A	“Preços de terrenos têm debate público”	Notícia
14	16/11/2016	Kumuêno da Rosa e Edna Dala	“Móveis de qualidade fabricada em Luanda”	Reportagem
15	19/11/2016	N.A	“Jornalismo e responsabilidade”	Opinião
16	20/11/2016	João Mavinga	“Polícia apreende trinta mil litros de combustível na fronteira do Luvo”	Reportagem
17	20/11/2016	Manuel Albano	“Cacuaco alberga ciclo de cinema nacionalista”	Notícia
18	20/11/2016	N.A	“Hidelbrando de Melo faz incursão na cultura”	Notícia
19	20/11/2016	Lourenço Bule	“Funcionários públicos beneficiam de formação”	Notícia
20	20/11/2016	N.A	“Reunião do banco central considerou subir os juros”	Notícia
21	24/11/2016	Adelino Inácio	“Salários vão ser reajustados”	Notícia
22	24/11/2016	Dionísio David	“Casos de malária com menos óbitos”	Notícia
23	24/11/2016	Nicodemos Paulo	“Japão garante mais apoios para acções de desminagem”	Notícia

24	25/11/2016	Jaquelino Figueiredo	“Várias centenas de jovens ingressaram na JPMLA”	Notícia
25	25/11/2016	N.A	“MPLA lamentou morte de militante”	Notícia
26	28/11/2016	N.A	“Fidel foi exemplo de humildade e patriotismo”	Opinião
27	28/11/2016	N.A	“Mulheres sensibilizadas a integrar a organização”	Notícia
28	28/11/2016	Estanislau Costa	“Ministro quer universidades mais produtivas”	Notícia
29	29/11/2016	Arcângela Rodrigues	“Administradores municipais empossados”	Notícia
30	30/11/2016	N.A	“Recomendações da ONU apresentadas em Luanda”	Notícia
31	01/12/2016	Carlos Paulino	“Autoridades preocupadas com o abandono de idosos”	Notícia
32	01/12/2016	N.A	“Tiger Woods volta a jogar”	Notícia
33	01/12/2016	António de Brito	“Santa Rita de Cássia perde treinador”	Notícia
34	02/12/2016	Venâncio Vítor	“Centenas de casos registados”	Notícia
35	02/12/2016	N. A	“Detecção do vírus da sida por auto-exame”	Notícia
36	02/12/2016	Armindo Pereira	“Carlos Luís continua no Boxe”	Notícia
37	02/12/2016	Anaximandro Magalhães	“Cangola domina competição”	Notícia
38	03/12/2016	N. A	“As contas da Sonangol”	Opinião
39	04/12/2016	Jesus Silva	“Hotel da Assembleia aberto antes do final da legislatura”	Notícia
40	04/12/2016	N. A	“Forte investimento na formação é prioridade na vida das pessoas”	Notícia
41	04/12/2016	N. A	“Um reforço de muito peso”	Opinião
42	14/12/2016	N. A	“Seleção sénior de andebol regista atraso nos trabalhos”	Notícia
43	14/12/2016	Marcelino Wambo e Estácio Camassete	“Instituto de investigação Agrária chamado a investir na produção”	Notícia
44	14/12/2016	Nicodemos Paulo	“Centenas de estudantes preparam monografias”	Notícia
45	14/12/2016	Alberto Coelho	“Estado gasta milhões para sustentar presos”	Notícia
46	14/12/2016	Madalena José	“Marca de cerveja Sagres é produzida em Angola”	Notícia
47	14/12/2016	António Cristóvão	“Angola disputa presença na final”	Notícia
48	15/12/2016	Jaquelino Figueiredo	“Famílias desfavorecidas recebem casas no Soyo”	Notícia
49	15/12/2016	Adelina Inácio	“Mais investimento público”	Notícia
50	15/12/2016	André da Costa	“Estão garantidas eleições seguras no próximo ano”	Notícia

51	15/12/2016	Daniel Benjamim	“Disponibilizados meios para o registo eleitoral”	Notícia
52	15/12/2016	N.A	“Malária é problema de saúde global”	Notícia
53	15/12/2016	Armindo Pereira	“Libolo garante apuramento”	Notícia
54	15/12/2016	Teresa Luís	“Medalha de prata em ginástica é ganha pela selecção angolana”	Notícia
55	16/12/2016	Manuel Albano	“Henriques Artes encerra temporada”	Notícia
56	16/12/2016	João Pedro	“Táxis em Luanda melhor ordenados”	Notícia
57	16/12/2016	Armando Sapalo	“Reabertura do aeroporto do Dundo acelera desenvolvimento económico”	Notícia
58	16/12/2016	N.A	“Presidente da República envia mensagem a Deby”	Notícia
59	16/12/2016	Walter António	“UNTA pede “disciplina sexual” aos trabalhadores”	Notícia
60	16/01/2017	Gabriel Bunga	“Cinco mil vagas na UAN”	Notícia
61	16/01/2017	N. A	“Expansão do ensino especial em todo município do Dande”	Notícia
62	16/12/2017	N. A	“Governo inicia programa de saúde escolar”	Notícia
63	16/01/2017	N. A	“Reforçar as medidas de prevenção”	Notícia
64	16/01/2017	Gabriel Bunga	“Matriculas começam hoje em todo o país”	Notícia
65	16/01/2017	N. A	“Segurança reforçada para posse de Trump”	Notícia
66	16/01/2017	N. A	“Mais diamantes e menos receitas”	Notícia
67	16/01/2017	Natacha Roberto	“Condutas de água fabricadas no país”	Reportagem
68	16/01/2017	N. A	““Baronesa do Kilamba” está amnistiada”	Notícia
69	16/01/2017	Anaximandro Magalhães	“Equipa militar volta às vitórias”	Notícia
70	16/01/2017	Manuela Jacinto	“Apoio ao xadrez”	Opinião
71	16/01/2017	Juvenal António	“Admissão na UAN”	Opinião
72	27/01/2017	José Ribeiro	“Marca Angola valorizada em Espanha”	Opinião
73	27/01/2017	Cândida Bessa	“Aprovado crédito ao Tesouro”	Notícia
74	27/01/2017	Manuel Albano	“Associação de Dança de Angola na forja”	Notícia
75	27/01/2017	Roque Silva	“Homenagem ao cancionero nacional”	Notícia
76	27/01/2017	N. A	“Qualidade da despesa discutida em Benguela”	Notícia
77	27/01/2017	N. A	“Hélder Caculo apresenta livro em Benguela”	Notícia
78	27/01/2017	Mário Clemente	“Dezenas de grupos disputam fase provincial”	Notícia
79	27/01/2017	Dominiano N’jila	“Arquidiocese de Luanda prepara Semana Teológica Internacional”	Notícia
80	27/01/2017	N. A	“Humanização na saúde salva mais vidas”	Notícia
81	31/01/2017	Agostinho Lucas	“A União Africana”	Opinião



82	31/01/2017	Cátia Ramos	““Ela é bomba” vence na categoria de Semba”	Reportagem
83	31/01/2017	Alfredo Ferreira	“Longa-metragem estreia em Nambuanguo”	Notícia
84	31/01/2017	Mário da Conceição	“Cuidados com a saúde”	Opinião
85	31/01/2017	Delfina Victorino	“Assegurados apoios para o Carnaval”	Notícia
86	21/02/2017	Arão Martins	“Estratégia para a formação de quadros é executada”	Notícia
87	22/02/2017	Francisco Curihingana	“Quedas de Calandula potenciam o turismo”	Opinião
88	23/02/2017	Carlos Paulino	“Negligência agrava a tuberculose”	Notícia
89	23/02/2017	Estanislau Costa	“João Lourenço leva alento ao Toco”	Reportagem
90	24/02/2017	Adriano de Melo, Manuel Albano, Mário Cohen e Roque Silva	“Grupo de Carnaval na disputa do pódio”	Reportagem
91	25/02/2017	Gabriel Bunga	“Conjunto residencial dá boa vida”	Notícia
92	26/02/2017	João Pedro	“O dia-a-dia dos jovens no CANFEU”	Notícia
93	26/02/2017	N. A	“Ruas do Rangel entram em obras de reabilitação”	Notícia
94	26/02/2017	Domingos Mucuta	“Rigor no reconhecimento dos diplomas”	Notícia
95	26/02/2017	Victor Carvalho	“Palavras desadequadas”	Opinião
96	27/02/2017	N. A	“Jovens recebem informação sobre o empreendedorismo”	Notícia
97	27/02/2017	Natacha Roberto	“Aumenta produção de colchões”	Reportagem
98	28/02/2017	N. A	“Ministra da Cultura saúda religiosos”	Notícia
99	28/02/2017	N. A	“Batata-doce resistente produzida na Somália”	Notícia
100	28/02/2017	N. A	“Novo pastor apresentado aos metodistas”	Notícia
101	28/02/2017	José Ribeiro	“Os símbolos da Namíbia e a libertação de Nelson Mandela”	Opinião
102	08/03/2017	Edvaldo Cristóvão	“Formação no feminino dá poder às mulheres”	Reportagem
103	09/03/2017	N. A	“Bloco Democrático define a estratégia”	Notícia
104	09/03/2017	N. A	““Caso do kota do Bisno”: Leitura da sentença dentro de uma semana”	Notícia
105	09/03/2017	N. A	“Governo pretende dinamizar sector da Hotelaria e Turismo”	Notícia
106	09/03/2017	N. A	“Prevista crise mundial no sector do petróleo”	Opinião
107	09/03/2017	N. A	“Estados devem combater a pesca ilegal”	Notícia
108	09/03/2017	Kilssia Ferreira	“Investigar antes de prender”	Entrevista

109	09/03/2017	N. A	“Museu da Moeda: Grupo de mulher Africana dá exemplo de determinação”	Notícia
110	09/03/2017	N. A	“Parlamentos de Angola e de Portugal: Programa de cooperação é assinado hoje”	Notícia
111	09/03/2017	N. A	“Forças Armadas iniciam instrução”	Notícia
112	09/03/2017	Fula Martins	“Nova formação procura espaço”	Notícia
113	09/03/2017	N. A	“Lucas Ngonda recebe apoio do Comité Central da FNLA”	Notícia
114	09/03/2017	N. A	“Bloco Democrático define a estratégia”	Notícia
115	09/03/2017	Bernardino Manje	“Fernando Heitor deixa a UNITA”	Notícia
116	09/03/2017	N. A	“Vendedores ambulantes recebem kits”	Notícia
117	12/03/2017	Guilherme Alberto	“A globalização da indiferença”	Opinião
118	12/03/2017	João Dias	“Aproveitamento hidroeléctrico de Laúca: Chefe de Estado dá início ao enchimento da albufeira”	Notícia
119	12/03/2017	Osvaldo Gonçalves	“Papel preponderante no Desenvolvimento: Mulher rural é pedra basilar em Angola”	Opinião
120	12/03/2017	Alberto Cafussa	“Divergências ideológicas ou a procura de lugar ao sol”	Opinião
121	12/03/2017	Gabriel Bunga	“Todos ao registo eleitoral”	Notícia
122	14/03/2017	Adelina Inácio	“Bornito de Sousa apresenta dados aos Parlamentares: Deputados garantem maior mobilidade”	Notícia
123	14/03/2017	N. A	“Assim não há mais a perder”	Opinião
124	14/03/2017	N. A	“Tchobari aguardado na Europa”	Notícia
125	14/03/2017	N. A	“Ana Paula Sanches apresenta tecelagem no Camões	Notícia
126	27/03/2017	Alfredo Ferreira	“Os servidores e as comunidades”	Opinião
127	27/03/2017	Venâncio Víctor	“Casos de fuga à paternidade estão a aumentar em Malanje”	Notícia
128	27/03/2017	Jomo Fortunato	“Ângela Ferrão volta à Trienal: cantora prepara lançamento no mercado do seu segundo CD “Minhas raízes””	Crítica musical
129	27/03/2017	Manuel Fontoura	“Perfil de João Lourenço em ampla divulgação”	Notícia
130	27/03/2017	Cândido Lince	“Ecos de uma memória adormecida”	Opinião
131	27/03/2017	Maximiano Filipe	“Professores do ensino geral responsabilizados pelos actos”	Notícia
132	22/04/2017	N. A	“Tribunal Constitucional sem candidaturas formais”	Notícia
133	22/04/2017	N. A	“PRS prepara Congresso”	Notícia

134	22/04/2017	Quintino Kahamene e Domingos Calucipa	“Respeito pela tradição”	Notícia
135	22/04/2017	Gabriel Bunga	“MPLA ajusta lista de candidatos”	Notícia
136	22/04/2017	N. A	“Dia Mundial da Terra”	Opinião
137	22/04/2017	Victor Carvalho	“Péssimos exemplos de práticas políticas”	Opinião
138	22/04/2017	Venâncio Victor	“Produção de peixe é prioridade”	Notícia
139	22/04/2017	Madalena José	“Instalação de cidades custa triliões de dólares”	Notícia
140	22/04/2017	N. A	“Cabo submarino mais perto da costa angolana”	Notícia
141	22/04/2017	Arão Martins	“Mulheres aderem à campanha agrícola”	Notícia
142	22/04/2017	Elautério Silipuleni	“Governador Kundi Paihama pede empenho de docentes”	Notícia
143	22/04/2017	António Capitão	“Garantidas vagas para o ensino geral”	Notícia
144	22/04/2017	Roque Silva	“Confirmados novos artistas para a gala”	Notícia
145	22/04/2017	Amilda Tibéria	“Memórias de Paulo Kussy retratadas em obras de arte”	Notícia
146	30/04/2017	Kumuênho da Rosa	“A festa das nossas eleições”	Opinião
147	30/04/2017	Josina de Carvalho e André Brandão	“João Lourenço promete combater as assimetrias”	Notícia
148	30/04/2017	N. A	“Fernando da Piedade em Roma: Acordo com a Itália amplia as relações”	Notícia
149	30/04/2017	Ana Paulo	“Mulheres em busca de conhecimento”	Reportagem
150	30/04/2017	Filipe Zau	“O mundo de desigualdade em que vivemos”	Opinião
151	30/04/2017	Manuela Gomes	“Sonangol poupa com a redução de custos”	Notícia
152	30/04/2017	Marcelo Manuel	“Camabatela em franco progresso nas infra-estruturas”	Notícia
153	30/04/2017	Manuel Fontoura	“Mototaxistas aprendem Código da Estrada”	Notícia
154	30/04/2017	Kamuanga Júlia	“Reforçada dieta das crianças do lar de São João Calábria”	Notícia
155	30/04/2017	N. A	“Reconhecido papel da medicina tradicional”	Notícia
156	30/04/2017	N. A	“Igreja apresenta na capital nova organização filantrópica”	Notícia
157	30/04/2017	N. A	“Médico angolano lidera federação dos cardiologistas”	Notícia
158	30/04/2017	Manuel Albano	“Kilamba acolhe Feira de Cultura e Artes”	Notícia
159	30/04/2017	Roque Silva	“Márcio Batalha participa em salão do livro”	Notícia
160	30/04/2017	Armindo Pereira	“Especialistas ajudam atletas”	Notícia

161	30/04/2017	N. A	“Etona renova o mandato como secretário da UNAP”	Notícia
-----	------------	------	--------------------------------------------------	---------

## B. CORPUS DO JD

<i>JORNAL DOS DESPORTOS</i>				
Nº	Data	Autor	Título	Subgénero
01	01/11/2016	Betumeleano Ferrão	“Na corda bamba”	Opinião
02	02/11/2016	N. A	“Real pode garantir apuramento”	Notícia
03	03/11/2016	Augusto Fernandes	“O triunfo da paciência sobre o imediatismo”	Opinião
04	03/11/2016	Jorge Neto	“Paulo Talaia apita clássico”	Notícia
05	06/11/2016	Silva Cacuti	“Pérolas projectam campeonato africano”	Notícia
06	08/11/2016	Gaudêncio Hamelay	“Libolo espera erguer troféu”	Notícia
07	08/11/2016	N. A	“Mourinho quer jogadores corajosos”	Notícia
08	11/11/2016	Arão Martins	“Lundas apostam no ataque”	Notícia
09	10/11/2016	Betumeleano Ferrão	“João Machado assume novo desafio”	Notícia
10	16/11/2016	Augusto Panzo	““Duvido que haja mudanças no futebol”	Entrevista
11	19/11/2016	Melo Clemente	“Pronto para outra”	Entrevista
12	17/11/2016	Avelino Umba	“Sambilas prescindem de Albano César”	Notícia
13	17/11/2016	Silva Cacuti	“Custódio sai com o dever cumprido”	Entrevista
14	17/11/2016	Morais Canamua	“Ivo Trança crucifica direcção”	Entrevista
15	20/11/2016	Augusto Panzo	“1º de Agosto e Petro jogam para o equilíbrio”	Opinião
16	20/11/2016	Augusto Panzo	“APF do Zaire reivindica direito de votar”	Notícia
17	20/11/2016	N. A	“Dirigente do Equador condenado por corrupção”	Notícia
18	20/11/2016	N. A	“Associados aprovam relatório e contas”	Notícia
19	20/11/2016	N. A	“Carlos Teixeira lidera comissão eleitoral”	Notícia
20	20/11/2016	Álvaro Alexandre	“André destrona Nicolau Monteiro”	Notícia
21	21/11/2016	António Félix	“Candidatos de costume”	Opinião
22	24/11/2016	Betumeleano Ferrão	“Vamos à luta homens!...”	Opinião
23	24/11/2016	Augusto Panzo	“O resgate da hegemonia”	Opinião
24	28/11/2016	António Félix	“Liga no “binóculo” e árbitros desafinados”	Opinião
25	28/11/2016	Francisco Carvalho	“Festa africana começa hoje no Kilamba”	Opinião
26	28/11/2016	Augusto Panzo	“Nossa arbitragem está ao nível do nosso futebol”	Entrevista

27	28/11/2016	Paulo Caculo	“Interclube conquista a taça”	Notícia
28	30/11/2016	Manuel Neto	“Dirigente projecta nova época da equipa”	Entrevista
29	30/11/2016	Paulo Caculo	“Sorteio acontece hoje em Luanda”	Notícia
30	30/11/2016	Augusto Panzo	“FAF entrega troféus aos melhores da época”	Notícia
31	06/12/2016	N. A	“Atacante do Kabuscorp quer mais oportunidades”	Notícia
32	14/12/2016	Melo Clemente	“Angolanos anima jornada”	Notícia
33	14/12/2016	Francisco Carvalho	“Angolanos defrontam Swazis”	Notícia
34	14/12/2016	Paulo Caculo	“Zé Augusto deixa Sagrada Esperança”	Notícia
35	14/12/2016	Augusto Panzo	“Direcção aposta num técnico português”	Notícia
36	16/12/2016	Betumeleano Ferrão	“Pente fino nos votantes”	Notícia
37	16/12/2016	Manuel Neto	“Lateral Pataca deixa Kabuscorp”	Notícia
38	16/12/2016	N. A	“Dia de reflexão”	Opinião
39	16/12/2016	N. A	“Real Madrid está na final”	Notícia
40	20/12/2016	Carlos Calonga	“Quero ver o Artur sem “caça às bruxas””	Opinião
41	20/12/2016	Silva Cacuti	“Malawi e Suazilândia partem sem Ouro”	Opinião
42	20/12/2016	N. A	“Manchester City desperta na Inglaterra”	Notícia
43	20/12/2016	Manuel Neto	“Médio Nelito quer ser campeão”	Notícia
44	20/12/2016	Augusto Panzo	“Empresa IBPR amplia iniciativa”	Notícia
45	21/12/2016	N. A	“Cartas dos Leitores”	Opinião
46	21/12/2016	N. A	“City e United podem jogar nos Estados Unidos”	Notícia
47	21/12/2016	Sérgio Vieira Dias	“Pintar trava ascensão de Ngueve”	Notícia
48	21/12/2016	Benigno Narciso	“APF define representantes”	Notícia
49	21/12/2016	Paulo Caculo	“Mano troca Kabuscorp pelo Interclube”	Notícia
50	26/12/2016	Daniel Melgas	“Pintar promete uma equipa melhor”	Notícia
51	26/12/2016	N. A	“Desafios à vista”	Opinião
52	27/12/2016	N. A	“Trabalho em curso”	Opinião
53	27/12/2016	Carlos Calongo	“Por onde começar Artur?”	Opinião
54	27/12/2016	António Félix	“Artur entra em campo”	Opinião
55	28/12/2016	N. A	“Promessas eleitoralistas”	Opinião
56	30/12/2016	N. A	“Melhores prémios”	Opinião
57	30/12/2016	Teixeira Cândido	“Futebol é outra vez a dor-de-cabeça”	Opinião
58	30/12/2016	Matias Adriano	“Um ano para esquecer”	Opinião
59	30/12/2016	Valódia Kambata	“Chara avalia propostas dos clubes”	Notícia
60	30/12/2016	Álvaro Alexandre	“Raimundo e Tito aquecem urnas”	Notícia
61	06/01/2017	Matias Adriano	“Todos para Benguela”	Opinião
62	06/01/2017	Teixeira Cândido	“Aprendam agora ou nunca”	Opinião

63	06/01/2017	N. A	“Angolanos confiantes	Opinião
64	16/01/2017	N. A	“Sonhar com Camarões”	Opinião
65	16/01/2017	N. A	“Barça começa negociações com Messi para renovação de contrato”	Notícia
66	16/01/2017	Augusto Panzo	“Ekren Asma está satisfeito com a equipa”	Notícia
67	16/01/2017	Betumeleano Ferrão	“Defesa do Girabola sem grande agitação”	Opinião
68	20/01/2017	N. A	“Tempos novos”	Opinião
69	20/01/2017	N. A	“Presidente da FATM traça estratégias”	Entrevista
70	20/01/2017	Paulo Caculo	“Elefantes e Leonardos travam jogo de “barba rija””	Notícia
71	20/01/2017	Augusto Panzo	“João Pintar está satisfeito com o plantel”	Notícia
72	20/01/2017	N. A	“Caála e Interclube próximos adversários”	Notícia
73	20/01/2017	N. A	“CPLL vence Nacional em Benguela”	Notícia
74	20/01/2017	N. A	“1º de Agosto defronta dois adversários”	Notícia
75	24/01/2017	Carlos Calongo	“Memórias dos Palancas durante o CAN do Gabão”	Opinião
76	24/01/2017	António Félix	“Nós temos de crescer para depois aparecer”	Opinião
77	24/01/2017	Valódia Kambata	“Torres assume comando dos Polícias”	Notícia
78	24/01/2017	Paulo Caculo	“Campeão decide apuramento: Costa do Marfim é obrigado a vencer hoje o opositor Marrocos”	Notícia
79	24/01/2017	Edgar Pontes	“Todos pelo desporto”	Opinião
80	24/01/2017	N. A	“A renúncia do Benfica”	Opinião
81	24/01/2017	N. A	“Conte celebra regresso de Diogo Costa”	Notícia
82	24/01/2017	N. A	“Girabola em projecção”	Opinião
83	29/01/2017	Betumeleano Ferrão	“Nomeação de Hélder Martins agita novamente arbitragem”	Opinião
84	29/01/2017	Pedro Augusto	““Vamos tentar resgatar a principal competição nacional””	Opinião
85	29/01/2017	Avelino Umba	“Sambilas empatam na Catumbela”	Notícia
86	29/01/2017	João Constantino e Sérgio V. Dias	“Lista A prioriza senhoras. Elenco de Paulo Madeira promete transformar clubes em instituições de utilidade pública”	Notícia
87	29/01/2017	N. A	“Campanha acerrada”	Opinião
88	30/01/2017	N. A	“A renúncia do Benfica”	Opinião
89	30/01/2017	Paulo Caculo	“Teremos um Kabuscorp muito forte este ano”	Notícia

90	30/01/2017	Helder Jeremias	“Treinadores aguardam regulamento”	Notícia
91	11/02/2016	Gaudêncio Hamelay	“Federação aposta na formação de atletas. Níveis de desenvolvimento agradam órgão reitor da modalidade”	Notícia
92	11/02/2016	Rosa Panzo	“Mário Everdosa ganha bolsa para o mundial da Hungria”	Notícia
93	14/02/2016	N. A	“A dimensão do futebol”	Opinião
94	14/02/2016	Carlos Calongo	“É hora de agir e punir os culpados”	Opinião
95	15/02/2017	Arlindo Macedo	“Do realismo Benfiquista ao pragmatismo no joelho”	Opinião
96	15/02/2017	Paulo Caculo	“Bianchi apontado aos Palancas”	Notícia
97	18/02/2017	Jorge Neto	““O adversário está ao nosso alcance”. Plantel militar está confiante e acredita na passagem à outra fase”	Notícia
98	18/02/2017	Helder Jeremias	“Direcção de Matias Castro e Silva é extinta hoje em Assembleia”	Notícia
99	18/02/2016	N. A	“Dia de eleições”	Opinião
100	19/02/2016	Jorge Neto	““Temos a possibilidade de mudar o quadro”. 1º de Agosto confiante recebe hoje Kampala City no jogo para a segunda mão”	Notícia
101	19/02/2016	João Francisco	“Gustavo da Conceição “convidado” a assumir mais um mandato no COA”	Notícia
102	22/02/2017	Valódia Kambata	“Interclube prepara desafio com Petro”	Notícia
103	22/02/2017	Benigno Narciso	“Mário Soares corrige debilidades”	Notícia
104	25/02/2017	Augusto Panzo	“Estádio 4 de Janeiro beneficia de bancados”	Notícia
105	26/02/2016	N. A	“Cartas dos Leitores”	Opinião
106	27/02/2016	N. A	“O nosso basquetebol”	Opinião
107	27/02/2017	Gaudêncio Hamelay	“Passivo milionário enferma Benfica”	Notícia
108	27/02/2017	Júlio Gaiano	“Reviravolta “enlouquece” lobitangas”	Notícia
109	27/02/2017	Benigno Narciso	“Militares triunfam em tarde de falhanços”	Opinião
110	28/02/2016	N. A	“Benitez pode superar Villas-Boas na China”	Opinião
111	28/02/2016	N. A	“Asenjo com rotura de ligamentos no joelho”	Notícia
112	28/02/2017	Carlos Calongo	“A sugestão do ministro”	Opinião
113	28/02/2017	António Félix	“O ministro também viu”	Opinião
114	28/02/2017	N. A	“Os nossos relvados”	Opinião
115	28/02/2017	Manuel Neto	“Kabuscorp melhora desempenho”	Notícia
116	28/02/2017	N. A	“Cartas dos Leitores”	Opinião

117	28/02/2017	Paulo Caculo	“Reforços crentes no título”	Reportagem
118	28/02/2017	Augusto Panzo	“Amigos de Vicy jogam na cidade de Benguela”	Notícia
119	28/02/2017	Betumeleano Ferrão	“Luanda forma mais árbitros”	Notícia
120	28/02/2017	N. A	“Zidane descarta pressão do Barcelona sobre “rival””	Notícia
121	08/03/2017	N. A	“FAF em dia de decisão”	Opinião
122	08/03/2017	Arlindo Macedo	“O Dia 1 do renascimento”	Opinião
123	08/03/2017	N. A	“Palanquinhas redobram preparação”	Notícia
124	09/03/2017	N. A	“Vamos ao trabalho”	Opinião
125	09/03/2017	Policarpo da Rosa	“Erros de arbitragem já fazem morada”	Opinião
126	09/03/2017	Augusto Fernandes	“Sócio Palanca precisa-se”	Opinião
127	09/03/2017	Jorge Neto	“Já estou adaptado”	Notícia
128	09/03/2017	Silva Cacuti	““Marcha mulher vai às províncias”	Notícia
129	12/03/2017	N. A	“Agüero volta a marcar e City avança”	Notícia
130	12/03/2017	Rosa Panzo	“Xadrez brilha na festa do CNIL”	Notícia
131	12/03/2017	Silva Cacuti	“Entusiasmo marca homenagem à mulher”	Opinião
132	12/03/2017	Betumeleano Ferrão	“ASA sem margem de erro na visita ao Petro Atlético”	Opinião
133	12/03/2017	Júlio Gaiano	“Proletários e estudantes para mais um “dérbi” expectante”	Notícia
134	12/03/2017	Valódia Kambata	“Seleções da Sapú e Nova Vida empatam”	Notícia
135	14/03/2017	N. A	“Palanquinhas à labuta”	Opinião
136	14/03/2017	Carlos Calongo	“Os dois senhores de Beto Bianchi”	Opinião
137	14/03/2017	António Félix	“Bianchi não vai fazer praia”	Opinião
138	14/03/2017	N. A	“FAX quer mais competitividade nas provas”	Notícia
139	27/03/2017	N. A	“Tempo a Bento Bianchi”	Opinião
140	27/03/2017	N. A	“Associação de treinadores traça planos para o futuro. Criticados técnicos sem requisitos que orientam equipas no “Giro””	Notícia
141	27/03/2017	Jorge Neto	“1º de Agosto realiza dupla sessão de treino”	Notícia
142	27/03/2017	Paulo Caculo	“Angola faz treino de adaptação. Palancas defrontam amanhã os Bafana no segundo jogo de preparação”	Notícia
143	27/03/2017	Avelino Umba	“Sambilas prometem servir mais a Selecção Nacional”	Notícia



144	27/03/2017	N. A	“Real Madrid oferece proposta de renovação contratual a Isco”	Notícia
145	27/03/2017	Gaudêncio Hamelay	“Ginguba considera Libolo “difícil””	Opinião
146	27/03/2017	Álvaro Alexandre	“Denilson ameaça liderança de Clésio”	Notícia
147	27/03/2017	N. A	“Venda do Milan quase concluída”	Notícia
148	27/03/2017	N. A	“Mourinho condiciona saída de De Gea”	Notícia
149	28/03/2017	Gaudêncio Hamelay	“Kabuscorp prepara “duelo” com o Libolo”	Notícia
150	28/04/2017	Gaudêncio Hamelay	“Ausências adiam Zonal IV”	Notícia
151	28/04/2017	N. A	“Cestos para a final”	Opinião
152	28/04/2017	Matias Adriano	“A engenharia da FAF”	Opinião
153	28/04/2017	Teixeira Cândido	“Os clubes sabem da ideia da FAF”	Opinião
154	28/04/2017	Júlio Gaiano	“Proletários atentos esperam palanquinos”	Notícia
155	28/04/2017	Jorge Neto	“Neblú reencontra antigos colegas”	Notícia
156	28/04/2017	N. A	“Angola recusa organizar Afrobasket”	Notícia
157	28/04/2017	Rosa Panzo	“Nadar 12 Horas começa domingo”	Notícia
158	28/04/2017	Helder Jeremias	“Angolanos voltam de bronze ao peito”	Notícia
159	28/04/2017	N. A	“Totti ganha chuteira dourada”	Notícia
160	28/04/2017	N. A	“Mathieu deve sair no fim desta época”	Notícia
161	28/04/2017	N. A	“PSG interessado em Sánchez e Aubameyang”	Notícia
162	28/04/2017	N. A	“Leonardo Jardim candidato a prémio de melhor treinador”	Notícia
163	28/04/2017	N. A	“Aviadores “afirmam” toda a máquina”	Opinião
164	28/04/2017	Augusto Panzo	“Libolo no meio dos fortes”	Opinião
165	28/04/2017	N. A	“Velhas Guardas são homenageadas com medalha “Eduardo dos Santos””	Notícia
166	28/04/2017	N. A	“1 de Junho – Domant centraliza atenções”	Notícia
167	29/04/2017	N. A	“Reconhecimento oportuno”	Notícia
168	29/04/2017	Gaudêncio Hamelay	“Angola e África do Sul disputam o Zonal IV”	Notícia
169	29/04/2017	N. A	“Faia inaugura escola de formação”	Notícia
170	29/04/2017	Silva Cacuti	“Ministro abre convenção de fitness”	Notícia
171	29/04/2017	N. A	“Huambo acolhe Taça Unitel”	Notícia
172	29/04/2017	Sérgio V. Dias	“Antigo treinador do Maquis realça equilíbrio no Girabola”	Notícia
173	29/04/2017	N. A	“Petro e 1º de Agosto jogam no Sambizanga”	Notícia

174	29/04/2017	N. A	“Nuno Espírito santo lembra que apenas a vitória interessa”	Notícia
175	29/04/2017	N. A	“Presidente do Barcelona vai ser julgado”	Notícia
176	29/04/2017	Oswaldo Gonçalves	“Songo apanhado na liderança do Moçambola”	Notícia
177	29/04/2017	N. A	“Maliano Baye Ba assume a Mauritânia”	Notícia
178	29/04/2017	Melo Clemente	“Casos em busca da salvação”	Notícia

## C. CORPUS DO JAAL

<i>CULTURA: JORNAL ANGOLANO DE ARTES E LETRAS</i>				
N.º	Data	Autor	Título	Subgénero
01	11/11/2016	Matadi Makola	“30 anos a trabalhar um sonho”	Reportagem
02	14/11/2016	Gaspar Micoló	“A nossa crítica literária”	Opinião
03	21/11/2016	N. A	“Lopito Feijó esteve em Maouto na Feira Internacional do Livro”	Notícia
04	22/11/2016	Matadi Makola	“O fim da solidão da BD angolana”	Reportagem
05	22/11/2016	José Luís Mendonça	“De capital do Kongo a Mbanza da humanidade”	Reportagem
06	22/11/2016	José Luís Mendonça	“Domingos de Barros Neto na pele de um mona a ngamba”	Crítica literária
07	22/11/2016	José Luís Mendonça	“Suzana Inglês canta “Ngunzu””	Crítica musical
08	22/11/2016	N. A	“Independência”	Entrevista
09	22/11/2016	João Mavinga	“A divisão da fronteira Angola Congo – Kinshasa”	Opinião
10	22/11/2016	N. A	“Revista feita por jovens sobre arte angolana”	Notícia
11	14/12/2016	N. A	“A luta armada na África Austral”	Opinião
12	19/12/2016	Matadi Makola	“Ganham auditório e dormitório”	Reportagem
13	19/12/2016	Norberto Costa	“A propósito das artes plásticas angolanas”	Opinião
14	19/12/2016	N. A	“A Cremilda de Lima”	Entrevista
15	19/12/2016	Lourenço Mussango	“A webnotícia como ferramenta de divulgação da literatura”	Opinião
16	20/12/2016	Mário Araújo	“Natal: Razão da fé ou feriado comercial?”	Opinião
17	20/12/2016	N. A	“O legado literário de Carlos Pimentel”	Crítica literária
18	20/12/2016	Matadi Makola	“Zizi expõe “Nguimbi” Luanda, Luando, Luar, Lunar”	Crítica pictórica
19	20/12/2016	Matadi Makola	“III Trienal de Luanda: Pôr em evidência os sintomas comuns da cultura”	Entrevista

20	20/12/2016	N. A	“À memória de Eleutério Sanches e Carlos Pimentel”	Crítica pictórica
21	03/01/2017	N. A	“Prémio Mandela 2016: Audácia para Agostinho Neto”	Notícia
22	17/01/2017	N. A	“Carolina Cerqueira define desafio tridimensional da Cultura”	Reportagem
23	17/01/2017	António Fonseca	“Misoso: Pedras angulares da Filosofia Cultural de Angola”	Opinião
24	17/01/2017	Paulo Branco Lima	“Ruy Duarte de Carvalho: Vou lá visitar pastoras”	Crítica literária
25	17/01/2017	José Luís Mendonça	““Antropologia Receptiva”, ou a decomposição do Homo Sapiens”	Crítica literária
26	17/01/2017	João Fernando André	“Resumo literário da obra “A última ouvinte” de Gociante Patissa”	Crítica literária
27	17/01/2017	Matadi Makola	“Ekuiki II estreia Matias Damásio: Encenar as variáveis do seu Discurso Amoroso”	Entrevista
28	17/01/2017	N. A	“António Fonseca eleito Secretário-Geral da AAL”	Notícia
29	31/01/2017	N. A	“Irene Neto na Academia Galega da Língua Portuguesa”	Notícia
30	31/01/2017	N. A	“Crise: Palavra do ano 2016”	Notícia
31	01/02/2017	António Fonseca	“Jinongonongo e não “Jinongongo””	Opinião
32	01/02/2017	N. A	“Secretário de Estado enaltece organizadores”	Notícia
33	01/02/2017	Patrício Batsíkama	“UNAP celebra Cultura e Artes”	Opinião
34	01/02/2017	Matadi Makola	“Heavy C voz contra um problema não tão novo”	Opinião
35	14/02/2017	Luís Fernando	““Viver e morrer em Angola”: O livro triste de Paulino Soma”	Crítica literária
36	14/02/2017	Lourenço Mussango	“Escritores Mediáticos na proa da fama efêmera de uma geração sem nome”	Opinião
37	14/02/2017	N. A	“Rio de Janeiro recebe Certificado de Património Mundial da Unesco”	Notícia
38	14/02/2017	N. A	“Cônego Manuel das Neves, um dos paladinos do moderno nacionalismo angolano”	Opinião
39	14/02/2017	Jorge dos Santos Capitango	“Reforma Educativa em Angola: Contrariedades da Avaliação das Aprendizagens”	Artigo científico
40	14/02/2017	João Ngola Trindade	“Assimilacionismo e Paternalismo nas Relações Europa-África”	Artigo científico
41	03/03/2017	José Luís Mendonça	“industrialização do Carnaval”	Opinião

42	03/03/2017	Adriano de Melo	“Entre Veteranos e Estreantes: Disputa renhida na classe B na busca por um lugar ao sol”	Reportagem
43	03/03/2017	José Luís Mendonça	“União Amazonas do Prenda: “O Carnaval tem de voltar às Escolas”	Opinião
44	30/03/2017	Manuel Rui	“Nova obra de Manuel Rui O kaputo camionista e Eusébio, um livro marcante e memorável”	Crítica literária
45	30/03/2017	Quinito Kahameni e Elautério Silipuleni	“População celebra Centenário da morte do Rei Mandume em Oihole”	Notícia
46	30/03/2017	Pedro Ângelo da Costa Pereira	“A literatura sapiençal entre os kibala”	Artigo científico
47	30/03/2017	Dany Quissangu	“Anos dois mil sucessos e decadências do cinema angolano”	Opinião
48	30/03/2017	Adriano de Melo	“Galeria Tamar Golan Drama do Holocausto em arte”	Opinião
49	30/03/2017	Judite Sango	“O Carnaval Luandense como Identidade Cultural Nacional”	Opinião
50	30/03/2017	N. A	“A Ilha dos Cães estreia em Março em Angola”	Publicidade
51	01/04/2017	Patrício Batsíkama	“Dilembe: O pensamento político de José Eduardo dos Santos	Artigo científico
52	01/04/2017	Mário Araújo	“A pertinência da língua portuguesa no direito”	Opinião
53	01/04/2017	N. A	“A Igreja, dignidade à prática dos valores morais”	Opinião
54	01/04/2017	N. A	“Inscrições abertas: Literatura infantil da Lusofonia em concurso”	Notícia
55	01/04/2017	Adriano de Melo	““E assim vivi Benguela”: Os desafios da escrita de uma iniciante”	Crítica literária